

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/05/2022 a 31/05/2022

Indexação: "Coronavírus" or "COVID"

Documento 1/99

48.2022	Sessão Geral	Comissão 03/05/2022-09:16
Publ.: DCD 04/05/2022 -	BOHN GASS (PRESIDENTE)-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS COMISSÃO GERAL	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Transformação da sessão plenária em Comissão Geral para debate do diagnóstico, desigualdades e perspectivas do trabalho no Brasil, ao ensejo do transcurso do Dia do Trabalho. Determinação do rito procedimental da sessão. Leitura do discurso encaminhado pelo Presidente Arthur Lira sobre o tema da Comissão Geral.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Neste momento, transformo a sessão plenária em Comissão Geral, com a finalidade de debater o diagnóstico, as desigualdades e as perspectivas do mundo do trabalho no Brasil, em razão do transcurso do dia 1º de maio, Dia do Trabalho, comemorado no último domingo. Hoje, nós estamos em 3 de maio e este é o primeiro evento na Casa em razão do transcurso dessa data, e eu agradeço a possibilidade de realizarmos esta Comissão Geral.

O tempo reservado a cada um dos expositores estará limitado a 5 minutos. Em seguida, falarão os Líderes dos partidos pelo tempo também regimental de 5 minutos. Os demais Parlamentares falarão a seguir, pelo tempo de 3 minutos, conforme a ordem de inscrições.

Neste momento, vou fazer a leitura do discurso do Presidente Arthur Lira, a quem agradeço a confirmação da realização desta Comissão Geral, solicitada por mim, em requerimento referendado por mais de 300 Parlamentares. Houve, então, anuência por parte da Presidência na realização desta Comissão Geral.

O Sr. Presidente nos enviou o seguinte discurso:

"Senhoras e senhores, transformamos hoje a sessão plenária da Câmara dos Deputados em Comissão Geral para que possamos debater o 1º de Maio, Dia Mundial do Trabalho, com a seriedade e o



compromisso que a data conclama.

Início cumprimentando o Deputado Bohn Gass e os demais Parlamentares que assinaram o requerimento de Comissão Geral pelo espírito republicano inequivocamente demonstrado, ao provocar, nesta Casa, a análise dos desafios e das perspectivas do mundo do trabalho no Brasil.

Escolhemos salientar como ponto de partida quatro aspectos centrais para compreensão da realidade laboral brasileira contemporânea. O primeiro ponto a ser destacado é o trabalho remoto que se generalizou em muitos setores produtivos, aportando resiliência para a economia durante a pandemia. Antes da COVID-19, jamais poderíamos supor que transformações tão profundas, velozes e globais se instalariam nas relações empregatícias, alterando para sempre, em alguns casos, a maneira de trabalhar. É preciso sublinhar, no entanto, que essa modalidade de trabalho prejudicou aqueles que não possuíam os meios, os equipamentos e as habilidades para empregar tecnologia em suas tarefas. Descuidar, portanto, da inclusão digital dos mais carentes é o mesmo que deliberadamente excluí-los de muitas oportunidades do presente e do futuro.

O segundo aspecto que queremos focalizar é a taxa de informalidade, que segue em patamares preocupantes em nosso País. A cada dez trabalhadores, quatro são informais, e não há sinais claros de que esse índice possa vir a apresentar redução no curto prazo. Novamente, neste caso, os maiores prejudicados são aqueles já vitimados pela exclusão social, sempre vulneráveis diante das necessidades da proteção social.

Chegamos, então, ao terceiro e ao quarto aspectos, os mais relevantes, aliás. Falamos, senhoras e senhores, do desemprego e da inflação, assuntos recorrentes nos lares brasileiros e neste plenário, sobretudo nos últimos meses.

Em 2020 e 2021, atingimos níveis recordes para a série histórica de desempregados, com o índice na casa dos 15%. Felizmente, os dados mais atuais revelam que está em curso um processo de recuperação do emprego. A taxa de desocupação caiu para 11% no trimestre encerrado em janeiro deste ano, o menor resultado para o período desde 2016, sendo que ainda temos 12 milhões de brasileiros insones à espera de um salário.

Às inquietações do trabalhador brasileiro somou-se recentemente o infortúnio da inflação. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA em março de 2022 foi o maior para o mês em 28 anos. Energia, combustíveis, alimentos, tudo faz o poder de compra encolher de forma drástica. A cada mês, o salário e a paz do brasileiro terminam

mais cedo. É nesse cenário de adversidades que o desalento pode fazer morada, e o desânimo, encontrar forças para se disseminar. Não é à toa, aliás, que o número de jovens que não estudam nem trabalham aumenta a cada ano entre nós. Mas desesperança não combina definitivamente com o espírito da nossa Nação.

Por tudo isso, é crucial que os embates políticos que se aproximam olhem com responsabilidade para esses elementos da nossa realidade trabalhista. É fundamental que o poder público se empenhe no fortalecimento e na modernização do mercado de trabalho, o que passa, obviamente, pelo crescimento da economia e pela geração de empregos formais, que dependem diretamente da melhoria do ambiente de negócios e da atração de investidores que confiem num Brasil sólido.

Sem políticas públicas responsáveis, a criatividade e a determinação infindáveis dos trabalhadores brasileiros não passam de devaneios que nunca pagaram as contas de ninguém.

Cumprimentando todos os trabalhadores brasileiros, esta Casa reafirma, portanto, o seu compromisso de zelar pela continuidade da melhoria dos índices de desemprego e pelo fortalecimento das políticas econômicas responsáveis, que são as únicas garantias de um futuro digno para a Nação.

Senhoras e senhores, somente temos tanta dificuldade para descrever alguém sem fazer alusão à sua profissão porque o trabalho é, realmente, parte decisiva da nossa existência para a sobrevivência, para o pertencimento social e para o exercício da própria cidadania.

Nossos parabéns sinceros e efusivos a todas as trabalhadoras e trabalhadores do Brasil! Agradecemos a cada um por, diariamente, tornarem o nosso País ainda maior."

Este é o discurso que o nosso Presidente, o Deputado Arthur Lira, nos enviou. Obrigado.

Nós temos vários inscritos para falar, então farei o meu pronunciamento mais à frente, exatamente para dar oportunidade de, imediatamente, passarmos a ouvir os convidados que foram inscritos pelos Líderes partidários. Depois poderemos ouvir também os Parlamentares.

Vou passar a palavra, então ao primeiro orador, indicação feita pelo Partido Socialista Brasileiro - PSB.

Concedo a palavra ao Sr. Luiz Antonio Colussi, Presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, a nossa

querida ANAMATRA.

V.Exa. pode ocupar a tribuna para o seu pronunciamento. Estou muito agradecido, Dr. Luiz Antonio, pela sua presença, que engrandece esta Comissão Geral na data de hoje. A palavra está com V.Exa.

Documento 2/99

48.2022	Sessão Comissão Geral	03/05/2022-09:44
Publ.: DCD - 04/05/2022 -	BOHN GASS-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate do diagnóstico, desigualdades e perspectivas do trabalho no Brasil, ao ensejo do transcurso do Dia do Trabalho.

O SR. BOHN GASS (PT - RS) - Obrigado, Presidente dos trabalhos, Deputado Dionilso Marcon.

Srs. Deputados e Sras. Deputadas, nossos convidados, representações de centrais sindicais, lideranças presentes nesta Comissão Geral e todos os que estão nos acompanhando neste momento, aqui na Câmara dos Deputados e também pela Internet, o Primeiro de Maio é o Dia do Trabalho ou o Dia do Trabalhador e da Trabalhadora. Esta é uma data que homenageia a luta por direitos e vem lá de 1886, quando, em Chicago, nos Estados Unidos, trabalhadores foram às ruas reivindicar a redução da carga horária de trabalho, que na época era de 13 horas. Os trabalhadores queriam 8 horas de trabalho. Aquele movimento desencadeou - ora, vejam - uma greve geral e, em decorrência daquela greve geral, um confronto com policiais e a morte de dezenas de pessoas. Todos os símbolos da luta dos trabalhadores já estavam lá, 136 anos atrás. Então, parece-me que é oportuno que esta Casa debata o tema trabalho, porque, afinal, um século depois, ainda se exige que os trabalhadores lutem para ter seus direitos respeitados.

Rapidamente, quero lembrar outra mobilização histórica da luta trabalhadora, esta registrada lá no Rio Grande do Sul, em 1892, há 130 anos. Quatro líderes operários foram mortos, apenas porque reivindicavam a reabertura da União Operária do Rio Grande.

Menciono ainda que o Dia do Trabalho só é feriado porque, em 1925, o Presidente Artur Bernardes foi pressionado por trabalhadores brasileiros e imigrantes que pararam a cidade de São Paulo para exigir



melhores condições de trabalho.

Chegou, então, o ano de 1943. Desta data todos nos lembramos. Foi quando Getúlio Vargas editou a CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho, que quase foi destruída em recente reforma infelizmente aprovada por esta Casa, mas que ainda é um marco legal respeitável da organização do trabalho no Brasil.

Mas será que temos o que celebrar neste Primeiro de Maio de 2022? Eu respondo: pessoalmente acho não há o que comemorar, porque o que vejo é retrocesso. Vejo que muitas conquistas só obtidas com muita luta, como as que citei e tantas outras que poderia citar, históricas, estão sendo destruídas.

Então, senhores e senhoras, é a força simbólica desta data que torna relevante a realização hoje desta Comissão Geral, especialmente se considerarmos os desafios da reconstrução dos direitos de quem trabalha no Brasil, que foram destruídos pelo golpe - destruídos pelo golpe - que retirou o País do rumo do Estado Democrático de Direito. Ao dizer isso, agradeço a todos e a todas que estão nesta sessão e a cada Parlamentar que participa deste evento conosco.

Senhoras e senhores, todos os números do mercado de trabalho estão muito ruins. São 27,5 milhões - eu repito: 27,5 milhões - de brasileiros e brasileiras em situação de desalento, desemprego ou trabalhando menos do que o desejado. Além disso, dos 95 milhões de pessoas ocupadas, nada menos do que 36,4 milhões são informais. Os senhores sabem o que significa "informal"? Significa não ter qualquer proteção social, não contribuir para a Previdência Social, não se aposentar e não ter qualquer outro direito laboral. Ou olhamos para isso, ou nenhum outro debate sobre o desenvolvimento e a reconstrução do Brasil fará sentido. Nós precisamos olhar essa realidade. Hoje há 12,2 milhões de desempregados. Isso representa 11,2% da força de trabalho. Há 8,6 milhões de pessoas na chamada "força de trabalho potencial": são pessoas que poderiam estar trabalhando, mas não estão - 8,6 milhões de pessoas. Agora somem a isso 6,63 milhões de subocupados, os que trabalham menos do que poderiam trabalhar, os que vivem de bico, mas que poderiam trabalhar mais. Chegamos, então, a uma conclusão aterradora: há desperdício da capacidade de trabalho de 27,5 milhões de pessoas no Brasil hoje.

Falamos de números, mas são pessoas, são seres humanos, são homens e mulheres com a dignidade ferida, são pais e mães sem condições básicas de alimentar os seus filhos, de dar casa para eles. Poderíamos ficar desfilando mais números terríveis daqui, mas basta fazer a síntese:

metade da população economicamente ativa do Brasil hoje encontra-se

sem nenhum tipo de atividade econômica com proteção - metade. O nome disso, Sras. e Srs. Deputados, é "exclusão". Essa exclusão do presente atingirá o futuro dessas pessoas, comprometerá suas aposentadorias e o próprio regime previdenciário.

Por favor, não tentem simplificar ou se eximir de culpas dizendo que o cenário trágico é por causa da COVID. Isso é uma mentira completa. A culpa é do golpe, do programa Uma Ponte para o Futuro, das reformas tortas, das ações e decisões de Governos e deste Parlamento também que fizeram a população brasileira retroceder a patamares que remontam ao início do século passado, que retiraram direitos e enfraqueceram a organização sindical e popular. Os dados que eu mencionei aqui não diferem muito dos que já se verificavam em 2019, antes da pandemia. Por exemplo, de 2015 a 2019, portanto antes da pandemia, o número de trabalhadores subutilizados subiu 12 milhões. O mesmo vale para o número de desempregados, que, mesmo antes da pandemia, já deveria ter acendido todos os sinais amarelos do País. Portanto, não foi a pandemia, foi a reforma trabalhista, foi o congelamento do salário mínimo, foi o corte das políticas sociais, foi o corte dos investimentos públicos que prejudicou a indústria, que retirou o conteúdo nacional do Brasil na geração de emprego, foi o desmonte do Estado brasileiro, foram as privatizações a preço de banana, foi Temer, foi Bolsonaro e sua política que privilegia o mercado, e não o trabalho.

Não se pode negar que os números trágicos do mercado de trabalho escondem problemas profundos da sociedade brasileira que este "Desgoverno" insiste em negar: as brutais desigualdades estruturais decorrentes das diferenças de acesso, permanência e remuneração entre homens e mulheres, entre negros e brancos, que sobretudo alijam as mulheres negras - e a Procuradora falou muito bem sobre isto - dos postos mais qualificados de trabalho ou de melhores salários.

As mulheres, pessoal, são 52% da população economicamente ativa, representam 42% da população ocupada e 55% da população desempregada - e são 52% da população. Entre os desempregados, 64,6% são negros, pretos ou pardos. O rendimento médio mensal das mulheres é de 2.243 reais, e o dos homens é de 2.899, ou seja, 30% a mais. A renda média da população branca é de 3.413 reais e a da população preta é de 1.922 reais. Brancos ganham em média 77% a mais do que a população preta.

A herança colonial, a marca da escravidão e o racismo precisam ser enfrentados e superados. As desigualdades no Brasil têm, sim, cor e sexo.

E é neste lugar que temos que construir soluções que permitam derrotar os males do passado e do presente, alimentados por um

Governo racista, sexista e antidemocrático.

Não posso deixar de lado o papel do salário mínimo. Sim, o salário mínimo como instrumento de alavanca à economia dinamiza o mercado interno de consumo e empresta dignidade às nossas famílias. Desse salário roubou-se o ganho real. Sim, a decisão de acabar com a política de valorização do mínimo, que Lula e Dilma construíram com as centrais sindicais, foi do atual Governo, causando pobreza, perda do poder de compra dos trabalhadores e fome.

O DIEESE tem esse dado. Se fôssemos pegar de 2003 até o final do Governo Dilma, e o reajuste não tivesse sido feito acima da inflação, o salário mínimo estaria em 650 reais - 650 reais! Nós achamos pouco 1.212 reais, mas imaginem se fossem 650 reais para os dissídios, para os aposentados.

Por isso, há projeto de lei de minha autoria tramitando nesta Casa para que volte a política de ganho real de salário, com o reajuste acima da inflação, e não só pela inflação, que é alta, galopante e traz muitas perdas. Precisamos aprovar este projeto para dar real poder de ganho ao trabalhador.

Não posso encerrar minha fala sem tratar do campo. Eu vejo algumas entidades presentes aqui, como a FETTAR e a CONTAR. A agricultura familiar emprega 67% das pessoas ocupadas no campo, e mais de 10 milhões de pessoas foram duramente atacadas pelo golpe. Extinguiu-se o MDA, milhões de famílias rurais ficaram sem crédito, o Programa de Aquisição de Alimentos foi extinto e o seu substituto, o tal Alimenta Brasil, tem hoje 60 milhões de beneficiários, quando já teve 600 milhões.

O resultado disso tudo é evidente: está no bolso, na vida, no mercado e na fome. Em 2019, a cesta básica, em Porto Alegre, capital do Rio Grande do Sul, custava 446 reais. Hoje ela custa 734 reais. O salário está congelado e há esse número de desempregados. Como o povo vai se alimentar? Se quisermos ter um país, é preciso encarar tudo isso. É preciso retomar as políticas de valorização do salário mínimo, de geração de emprego e renda, de combate às desigualdades.

É preciso compreender que a tecnologia nos apresenta novas formas de trabalho. Os aplicativos de transporte, por exemplo, e outros meios de "uberização" precisam ter também uma legislação que proteja esses trabalhadores. Eles também são trabalhadores e trabalhadoras.

É preciso, sim, ter coragem para fazer a revogação da maldita reforma trabalhista. Repito, é preciso criar um ambiente no País para a revogação da maldita reforma trabalhista. E é isso o que mobiliza a nós Parlamentares e as centrais sindicais aqui presentes. É isso o que

umenta a nossa responsabilidade. E foi para encontrar o caminho para essa retomada que eu propus esta Comissão Geral.

Agradeço a todos que nos apoiaram, os que estão presentes, os que dela ainda vão participar. É neste plenário que nós vamos construir, junto com outras iniciativas, a retomada da construção do País. Temos um desafio rumo a 2023. Se tem uma coisa que nos enche de esperança é estarmos às portas de uma eleição presidencial. Isso mais do que tudo nos dará a chance de resgatar a dignidade do nosso povo.

Muito obrigado.

Documento 3/99

48.2022	Sessão Comissão Geral	03/05/2022-10:00
Publ.: DCD - 04/05/2022 -	HILDETE PEREIRA DE MELO--- ---	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate do diagnóstico, desigualdades e perspectivas do trabalho no Brasil, ao ensejo do transcurso do Dia do Trabalho.

A SRA. HILDETE PEREIRA DE MELO - Bom dia a todos e a todas, Deputados e Deputadas, militantes sindicalistas e feministas que estão nos ouvindo. Eu agradeço o convite para participar desta homenagem ao Dia do Trabalho. Há muitas mulheres presentes.

A pandemia entra em cena no Brasil em 2020, momento em que a economia brasileira vivia - e ainda vive - a maior crise econômica desde 1930, com estagnação e crise da saúde. Ora, essas duas crises, que se juntaram em 2020, vão trazer as mulheres para o centro das respostas aos problemas da sociedade brasileira, seja pela presença delas no sistema de saúde, seja no isolamento com as famílias, nas quais as mulheres são as rainhas do lar. Enfeitadas pela coroa fictícia do amor, as mulheres cuidam da humanidade.

A crise sanitária, portanto, potencializou as desigualdades do mercado de trabalho e o peso do trabalho da reprodução da vida, que a sociedade ignorou, quer dizer, que o poder ignorou. Do ponto de vista da ciência, da economia e da sociologia, esses temas são da segunda metade do século XX, quando as mulheres trazem visibilidade ao cuidado com as pessoas, porque elas cuidam da humanidade e cuidam das pessoas, da reprodução da vida. A isso hoje chamamos de economia dos cuidados.

Trazer para cena esse momento no Dia do Trabalho é significativo. Embora a data lembre as lutas trabalhistas dos operários e operárias, do século XIX ao século XXI as mulheres foram esquecidas. Portanto, agora nós entramos em cena. Por quê? As mulheres cuidam da humanidade. Por isso, elas também vão ao mercado de trabalho e escolhem as carreiras para as quais foram socializadas. Elas escolhem ser professoras, enfermeiras, médicas, atendentes de enfermagem; escolhem ainda os serviços sociais e são trabalhadoras domésticas. Quatro ocupações respondem por 76% dos empregos das mulheres no Brasil e no mundo. Mas por que essas ocupações pagam menos? As mulheres recebem menos do que os homens. O Deputado Bruno, que me antecedeu, já deu os números.

Agora é a hora de dizer que cuidar das pessoas também significa tirar da invisibilidade quem presta e quem recebe cuidados. Além de tudo, nós exigimos políticas públicas adequadas para esse tipo de questão. Ora, nós somos as principais responsáveis por essas tarefas em nossas famílias. Como o quê? Como um trabalho não remunerado, como um trabalho que nós prestamos por amor. Por amor à humanidade nós cuidamos das pessoas. E por isso nós levamos uma patada das pessoas.

Não temos políticas públicas. Das mulheres em idade ativa, praticamente metade delas são donas de casa. Elas vivem, portanto, da renda dos maridos. Mas até eles sumiram de casa, porque 40% das mulheres são chefes de família, e as que estão dentro do domicílio são também as trabalhadoras que vivem de tarefas pelas quais a sociedade paga pouco.

Quando se olha quem são essas mulheres, quer dizer, a discussão sobre os cuidados incluem outros fatores. Dependendo da profissão, se eu pego médicas que também são cuidadoras, elas são brancas. O curso superior de medicina ainda é branco.

O SR. PRESIDENTE (Bohn Gass. PT - RS) - Peço que conclua, Hildete.

A SRA. HILDETE PEREIRA DE MELO - Das trabalhadoras domésticas, 64% são mulheres negras, e elas recebem o pior rendimento da sociedade brasileira. Desde que existe estatística no País, as trabalhadoras domésticas representavam a maior categoria de trabalhadoras brasileiras de 1920 a 2013, e são elas as que tinham as piores remunerações da sociedade. Nem a legislação as reconhecia. Só em 2013 o Brasil reconheceu o trabalho doméstico remunerado como aquele que tinha direito às leis do trabalho. A reforma trabalhista das domésticas só foi regulamentada em 2016.

Portanto, nós estamos fazendo esse debate na Câmara no momento

em que se comemora o Dia do Trabalho, lembrando dos trabalhos gratuitos feitos por amor pelas mulheres que não são consideradas. Nós queremos políticas públicas que mensurem as tarefas que as mulheres realizam dentro de casa, cozinhando, lavando, limpando o banheiro, cuidando das pessoas, dos maridos, dos filhos, dos doentes.

É necessário que a sociedade reconheça tudo isso. Temos meios de mensurar esse tipo de trabalho para dizer que ele vale. Os trabalhos que as mulheres prestam por amor à sociedade representam 11% do PIB brasileiro. Nós temos formas de mensurá-los, mas é preciso que esta Casa, a Casa do Povo, promulgue políticas públicas que possam atender à questão dos cuidados, propondo uma contabilidade e trazendo uma legislação que estabeleça que mulheres e homens tenham igualdade salarial. Não é possível que as mulheres tenham mais escolaridade e ganhem 30% a menos, em média, que os homens.

Portanto, que este Dia do Trabalho seja uma data de reflexão. A economia do cuidado abrange tarefas de grande importância. A humanidade necessita ser cuidada. Esse trabalho, que milenarmente as mulheres prestam à sociedade, não pode ser simplesmente ignorado. O Estado não pode passar por cima dele com os homens no poder dizendo que esse tipo de trabalho é "coisa de mulher".

Vivam as mulheres! Vivam os trabalhadores!

Muito obrigada por nos ouvirem, por nos deixarem trazer a nossa palavra velada por tanto tempo para esta Casa.

Que políticas públicas sejam feitas, por favor!

Documento 4/99

48.2022	Sessão Comissão Geral	03/05/2022-10:28
Publ.: DCD - 04/05/2022 -	MARCON-PT -RS	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate do diagnóstico, desigualdades e perspectivas do trabalho no Brasil, ao ensejo do transcurso do Dia do Trabalho.

O SR. MARCON (PT - RS) - Obrigado, Deputado Elvino Bohn Gass, proponente desta sessão solene, desta audiência pública para discutir questões do trabalho, em razão do Dia do Trabalhador, comemorado em 1º de maio. Meus parabéns por esta iniciativa!



Quero saudar todas as trabalhadoras e os trabalhadores, assim como o Gabriel Bezerra dos Santos, da CONTAR do Rio Grande do Sul - ele representa aqui a Confederação Nacional dos Trabalhadores Assalariados e Assalariadas Rurais -, e a minha companheira Antônia Ivoneide, que faz parte de um movimento do qual participo e representa aqui as mulheres trabalhadoras rurais do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

No dia 1º de Maio, principalmente deste ano, muitos trabalhadores não estavam vivos nem para comemorar, nem para lembrar. A tal da pandemia que era uma gripezinha levou mais de 663 mil brasileiros, dos quais 95% eram trabalhadores.

Só o trabalho dá dignidade ao nosso povo. Eu vou citar aqui uma questão. Há uns 90 dias, companheiro Bohn Gass, lá no nosso Estado, no Município de Trindade do Sul, um trabalhador do frigorífico de frango da JBS saiu para o almoço e não voltou até hoje. Foi procurar uma árvore e tirou a própria vida. Aí dizem: "*Ele estava com depressão, estava com problema*". Sim. O problema dele era que o corpo estava na empresa, e a cabeça estava em casa.

Como é que ia comprar o arroz, o feijão, pagar a luz, pagar a água, com um salário de 1.300 reais, 1.400 reais? O que um trabalhador vai fazer com isso?

Outra questão é o desemprego. Outra questão, de que a doutora do Ministério Público do Trabalho falou, é a discriminação das minorias, dos negros. A maioria dos negros tem o pior serviço e o menor salário. Podem olhar para ver que é isso o que acontece.

Quero dizer ainda, antes de terminar, que nós temos que revogar a reforma trabalhista, a Carteira Verde e Amarela. Eu gostaria que meus colegas que a aprovaram aqui, pelo menos, trabalhassem 8 dias para ver como é bom estar em um balcão, em um posto de trabalho, como os nossos trabalhadores brasileiros estão. Então, temos que revogá-la.

Temos que revogar também a reforma da Previdência, que trouxe a idade mínima de aposentadoria de 62 anos para as mulheres e 65 anos para os homens, sendo 40 anos de contribuição. A nossa bancada votou contra isso, mas aqui os Deputados ganharam dinheiro público para votar contra o povo brasileiro. Alguns ganharam 40 milhões de reais; outros, 30 milhões de reais.

Outra questão que quero trazer é que esta semana vai haver o Dia da Enfermagem. Nós estamos aqui, como todos os trabalhadores e as trabalhadoras da enfermagem, na torcida para aprovar o Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, que já foi aprovado no Senado e está para ser

apreciado nesta semana aqui na Câmara.

Não adianta, meus colegas Deputados, vir aqui aplaudir o trabalho da enfermagem, se, na hora em que a categoria pede: "*Nós queremos o piso salarial nacional*", os Deputados dizem que não podem votar, isso e aquilo. Eu tenho dito hoje nas redes sociais que as mãos com que eu aplaudo os trabalhadores e as trabalhadoras da enfermagem vão ser as mesmas mãos com que eu vou votar favoravelmente a esse projeto aqui na Câmara.

Muito obrigado.

Esperamos que, no ano que vem, possamos celebrar o Dia do Trabalhador com vitória, e não só derrota, como nós estamos vendo no dia de hoje.

Documento 5/99

48.2022	Sessão Comissão Geral	03/05/2022-10:40
Publ.: DCD - 04/05/2022 -	RUDINEI MARQUES---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate do diagnóstico, desigualdades e perspectivas do trabalho no Brasil, ao ensejo do transcurso do Dia do Trabalho.

O SR. RUDINEI MARQUES - Bom dia, Deputado Bohn Gass.

Cumprimento também o Deputado Antonio Brito, autor do requerimento que me convidou para esta sessão. Cumprimento as senhoras e os senhores.

Falo em nome do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado - FONACATE, que representa 37 associações e sindicatos da área pública.

Deputado Bohn Gass, é sabido que o mundo hoje atravessa graves crises, como a crise ambiental, a crise econômica e social, a crise política, a crise da democracia e, agora, a crise sanitária. Todas essas crises aqui no Brasil se intensificam. Há uma crise no mundo do trabalho, Deputado. Eu participei da Conferência da OIT em 2019, uma conferência centenária, que tirou uma declaração pela decência do trabalho, quer dizer, por trabalho decente, por trabalho que valorize e coloque no centro da questão o ser humano. É isso que nós

precisamos fazer.

Infelizmente, como o Deputado Bohn Gass retratou há pouco aqui, nós estamos no caminho inverso, no caminho do retrocesso. No mundo do trabalho, parece que soltamos as quatro bestas do Apocalipse. Há subtração de direitos trabalhistas. A reforma da Previdência fez com que os trabalhadores tivessem que trabalhar mais, contribuir mais e receber menos na aposentadoria. Nós temos agora a retomada da inflação, que tira dinheiro do bolso do trabalhador. Temos, por consequência, a fome voltando para a mesa do trabalhador. Há pouco, num mercado em Brasília, nós vimos pessoas disputando para comprar cebola a 99 centavos o quilo. Isso é inconcebível! É o caos! É o caos! Nós estamos vivendo o caos. As crises se intensificam aqui no Brasil. Somos o 12º país no mundo em mortes pela COVID por milhão de habitantes.

Mas, Deputado Bohn Gass, a boa notícia é que, do caos, sobrevém a ordem. Como disse Nietzsche, em *Assim Falou Zaratustra*, é preciso que exista um caos dentro de si para dar à luz uma estrela cintilante. Essa estrela cintilante é a esperança do trabalhador por dias melhores. Não podemos deixar morrer essa esperança. Temos que lutar, como lutamos contra a PEC 32, da reforma administrativa, uma reforma que queria importar para dentro do serviço público a malfadada reforma trabalhista da iniciativa privada; uma reforma que trazia para dentro do serviço público a entrega do público ao privado via instrumentos de cooperação; uma reforma que propunha o fim do concurso público, porque os contratos temporários poderiam chegar a 10 anos; uma reforma que propunha a redução indiscriminada de salários em até 25%. Vencemos! Vencemos com o apoio de grandes Parlamentares, como foi o caso do Deputado Bohn Gass, que esteve conosco desde o primeiro momento.

O recado que queremos passar neste momento, aqui, agora, em celebração ao Primeiro de Maio, é justamente este: é necessária uma aposta na união, na luta, na combatividade da classe trabalhadora. Podemos, sim, vencer. Juntos, precisamos evitar que a reforma trabalhista seja importada para dentro do serviço público - a PEC 32 ainda está viva - e, mais do que isso, temos que derrotar a própria reforma trabalhista.

Obrigado, Deputado. Um abraço saudoso, caloroso e forte a todos os trabalhadores e a todas as trabalhadoras do Brasil.

Sumário

Debate do diagnóstico, desigualdades e perspectivas do trabalho no Brasil, ao ensejo do transcurso do Dia do Trabalho.

A SRA. SYLVIA LORENA TEIXEIRA DE SOUSA - Obrigada, Exmo. Sr. Deputado Bohn Gass, Presidente desta Comissão Geral, na pessoa de quem cumprimento todos os presentes.

Em nome da CNI, parablenizo a iniciativa do debate e agradeço pela oportunidade de participar.

O Dia do Trabalho é um dia de reflexão sobre a importância do trabalho e, com isso, também, uma reflexão sobre a necessidade de termos um país com uma economia forte, produtiva, sustentável e competitiva, pois só assim podemos gerar empregos e trabalho formal.

Há muito tempo, defendemos que o Brasil precisa superar as suas dificuldades estruturais, burocráticas, regulatórias e econômicas, que dificultam o crescimento do País.

O nosso País precisa de um ambiente de negócios que contribua para a expansão das atividades produtivas e das oportunidades de trabalho formal. Nesse sentido, a modernização trabalhista de 2017 foi e continua sendo uma peça fundamental nesse desafio de avanços que precisamos para tornar o nosso País inovador, dinâmico e capaz de produzir desenvolvimento econômico e gerar renda e trabalho formal para o brasileiro.

No que importa às leis do trabalho, esse avanço iniciou-se com a atualização da CLT em 2017, trazendo-a para o presente. E, ressaltado, não houve redução ou extinção de direitos trabalhistas, mas aperfeiçoamento da lei, considerando as novas formas de trabalhar e as novas formas de produzir.

Por meio de amplo debate legislativo, foram regulamentados temas importantes, como a negociação coletiva e o teletrabalho, e aperfeiçoados outros pontos específicos da legislação. Além disso, ela também tem contribuído com a segurança jurídica em relações do trabalho. Por exemplo, a reforma fortaleceu a negociação coletiva, gerando a efetiva valorização do diálogo entre trabalhadores e empresas, permitindo adaptações de acordo com as peculiaridades e necessidades de cada uma das partes. Ela fez isso oferecendo balizas claras sobre o que pode ser negociado entre empresas e sindicatos e o que não pode ser objeto de negociação, como os direitos

constitucionais.

A negociação coletiva, após a reforma, tem sido bem avaliada. No setor industrial, recente consulta da CNI apontou que 86% das empresas ouvidas estão satisfeitas com a negociação coletiva após a reforma, sendo que uma a cada três respondeu que está ainda mais satisfeita. Para 68% dessas indústrias, a satisfação decorre do aumento da segurança jurídica. Nessa pesquisa, 59% das empresas destacaram a melhoria da gestão dos colaboradores e mais de 50% agora dizem que dispõem de melhores condições de oferta de benefícios aos empregados.

Outro avanço importante foi a regulamentação do teletrabalho, trazendo para o setor privado regras já adotadas pelo próprio Poder Judiciário. Sem essa regulamentação, teria sido muito difícil atravessar o auge da crise da pandemia de COVID-19 nos empregos.

A modernização trabalhista, portanto, trouxe balizas legais a partir das quais empresas e trabalhadores conseguiram adaptar rotinas de trabalho e preservar empregos nesse período.

Podemos também destacar a queda da litigiosidade trabalhista. Antes da modernização, o conflito judicial crescia nas relações de trabalho no Brasil.

A partir da lei, o número de novos processos trabalhistas nas varas do trabalho reduziu, de 2016 a 2021, mais de 40%. Dentre outros motivos, isso ocorreu porque a alteração legislativa trouxe regras mais claras e mais modernas e, sobretudo, incentivou o diálogo e o uso de instrumentos de soluções de conflitos extrajudiciais.

Mas ainda é necessário continuar avançando em melhoria nas relações do trabalho, enfrentando desafios importantes no País. Precisamos superar a alta taxa de desemprego. Também é preciso ter foco na qualificação, no empreendedorismo e na relação de novas tecnologias com o trabalho. Ao mesmo tempo, estratégias para reduzir a informalidade devem ser priorizadas, pois a informalidade é a verdadeira precarização do trabalho. Para tanto, precisamos de um olhar amplo. O Brasil precisa de um ambiente de negócios que contribua para a expansão das atividades produtivas que, entre outras ações, fomenta a inovação e conte com um sistema tributário moderno, com infraestrutura adequada e com segurança jurídica.

O Dia do Trabalho é mais do que o dia do emprego. É importante buscar uma visão moderna que reconheça o vínculo entre o desenvolvimento social, o crescimento econômico sustentável e as relações de trabalho, sempre lembrando que a modernização trabalhista ocorrida em 2017 foi e está sendo uma parte essencial

nesse contexto.

Encerro ressaltando que, se trabalharmos juntos em prol do nosso País, podemos construir uma economia forte e com trabalho formal para todos.

Obrigada.

Documento 7/99

48.2022	Sessão Comissão Geral	03/05/2022-11:20
Publ.: DCD - 04/05/2022 -	VICENTINHO-PT -SP	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate do diagnóstico, desigualdades e perspectivas do trabalho no Brasil, ao ensejo do transcurso do Dia do Trabalho.

O SR. VICENTINHO (PT - SP) - Estimado Deputado Bohn Gass, Presidente desta Comissão Geral, caros colegas Parlamentares, nossos representantes dos trabalhadores das várias centrais sindicais do campo e da cidade, ouvindo aqui os pronunciamentos de cada um e de cada uma, comecei a me lembrar que todos esses sofrimentos que hoje estamos vivenciando experimentamos um pouquinho melhor na época em que Lula e Dilma foram Presidentes da República.

A agricultura familiar recebeu todo o apoio; Bolsonaro zerou esse apoio. Houve a ocupação e a legalização de vários assentamentos; Bolsonaro não colocou nenhum assentado no campo. Vivemos o pleno emprego, 96%; Bolsonaro gerou desemprego. O Brasil saiu do Mapa da Fome com Lula e hoje o Brasil vive no auge da fome. Houve um momento em que não tinha reforma trabalhista e nem da Previdência Social, acabaram-se as filas na Previdência e os trabalhadores passaram a comer bem, passaram a viajar, compraram seu carrinho, fizeram sua reforma.

Estou dizendo isso, Sras. e Srs. Deputados, porque não é Deus que quer essa miséria hoje. Isso é resultado de política destrutiva e criminosa que prejudica a nossa classe trabalhadora.

Para os senhores terem ideia, lá no ABC, que é a região onde eu moro, nós éramos, Sr. Presidente, 365 mil trabalhadores com carteira assinada, tínhamos direito a férias, a 13º salário, éramos sindicalizados, havia cláusulas sociais, fundo de garantia, aviso prévio. Esse número caiu antes da pandemia para 180 mil, o que significa

dizer que mais da metade da nossa classe trabalhadora está sem direitos. Inclusive, estou criando aqui a Frente Parlamentar em Defesa dos Trabalhadores da Economia Informal. Eu nunca vi fome na região industrial, estou vendo hoje na região do ABC, imaginem no Brasil como um todo.

Então, a nossa classe trabalhadora que gera riqueza está pobre! Os nossos irmãos do campo que produzem alimento passam fome! Os nossos companheiros que fazem casas, prédios e construções moram nas favelas, que crescem a cada dia, ou moram no centro de São Paulo, como hoje há mais de 30 mil pessoas morando nas ruas!

Por isso, meu querido Presidente, meu querido coordenador, nosso irmão Líder, digo para todos: o 1º de maio tem essa importância, a reflexão, a unidade das centrais, mas a classe trabalhadora precisa efetivamente dar um "não". E - ah, meu Deus! - seria tão bom se essa classe trabalhadora votasse nos seus representantes, porque, assim, deixaria os ricos votarem nos ricos, e nós teríamos mais de 95% de Deputados aqui. Aí, adeus, maldição!

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 8/99

48.2022	Sessão Comissão Geral	03/05/2022-11:24
Publ.: DCD - 04/05/2022	GUILHERME SILVEIRA	GUIMARÃES ROSA---
-	---	
CÂMARA	DOS	COMISSÃO GERAL
DEPUTADOS		COMISSÃO GERAL
		DISCURSO

Sumário

Debate do diagnóstico, desigualdades e perspectivas do trabalho no Brasil, ao ensejo do transcurso do Dia do Trabalho.

O SR. GUILHERME SILVEIRA GUIMARÃES ROSA - Bom dia a todos os presentes, trabalhadores e trabalhadoras, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

Gostaria, inicialmente, de agradecer especialmente ao Deputado Bohn Gass, que solicitou esta Comissão Geral, e também ao Deputado Elmar Nascimento, do União Brasil, que fez a nossa indicação individual para estar aqui, o convite para participar desta ocasião tão especial.

Eu me chamo Guilherme Guimarães Rosa. Sou servidor público, trabalhador, analista de comércio exterior, Presidente do Sindicato da

Associação dos Analistas de Comércio Exterior.

Acredito que eu tenha sido convidado para estar aqui hoje pelo meu papel como liderança de classe no serviço público, mas também pela importância de nossa carreira e iniciativas que objetivam levar a competitividade e o emprego aos setores produtivos.

O trabalho, como todos nós sabemos, não se resume ao trabalho regulamentado pela CLT. Fazem parte do mundo do trabalho os trabalhadores privados celetistas, os trabalhadores autônomos, os trabalhadores do lar e, dentre vários outros, nós trabalhadores do serviço público.

Para um número representativo de pessoas, o trabalho é um meio de realização, uma forma de se fazer útil para a própria família, comunidade ou nação. Às vezes, trabalhar é dar sentido à própria vida. Para a imensa maioria, o trabalho é necessariamente um meio de subsistência, um meio de colocar comida na mesa, leite na geladeira, pagar o aluguel e, quando possível, frequentar um cinema ou jogo de futebol, aproveitar as poucas horas livres que nos sobram.

Em um mundo no qual os direitos sobre os meios de produção já se encontram previamente fixados, o ser humano só nasce com o domínio do próprio corpo. Proteger o trabalho faz parte do nosso pacto coletivo de garantir que qualquer indivíduo tenha condições mínimas de negociar seu tempo e dedicação em bases justas.

É claro que as mudanças aceleradas na economia e o contexto social do Brasil tornam a proteção ao trabalho um grande desafio. Cada vez mais pessoas ingressam numa relação de trabalho, na qual a segurança para momentos de dificuldade é deixada à sua própria sorte. A era dos aplicativos e da inteligência artificial vai tornando diversas atividades obsoletas e aumentando o abismo entre trabalhadores de diferentes gerações e de diferentes níveis de formação. Para alguns, o progresso tecnológico possibilitou novas realidades de trabalho.

A pandemia de COVID-19 e o isolamento social difundiram o trabalho remoto em diversas profissões. Trouxe benefícios como a redução do tempo a deslocamento diário e a proximidade da família, mas também uma sensação frequente de estar de sobreaviso 24 horas por dia.

Entendo que lidar com as mudanças em curso no mundo do trabalho requer tanto políticas quanto atuação política. Requer políticas públicas desenhadas em conjunto com empresários e trabalhadores que permitam a requalificação constante da nossa mão de obra e seu direcionamento para novos setores em crescimento. E também políticas de suporte aos trabalhadores afetados pelo declínio de algumas atividades para as quais dedicaram parte significativa de suas



vidas. Já a esta Casa parlamentar cabe aperfeiçoar nosso arcabouço jurídico e fazer frente aos novos desafios trabalhistas. Saliento, contudo, que esse aperfeiçoamento não se deve confundir com mera desregulamentação e precarização. É possível se ajustar as novas formas de trabalho, as novas tecnologias e ainda assim aumentar a formalização dos vínculos e abrangência de nosso sistema de seguridade social. Não devemos abrir mão do pouco bem-estar social que conquistamos em favor de uma busca desmedida na redução de custos.

Modernizar nossa legislação também não significa enfraquecer o sindicalismo. Assim como os nobres Deputados, nós, líderes sindicais, exercemos um papel de intermediação de conflitos e busca de consensos. Somos uma alavanca importante no equilíbrio de forças entre os detentores do capital e os mais diversos tipos de trabalho. A literatura econômica está repleta de evidências de que os sindicatos podem também contribuir para a redução da desigualdade social. Como exemplo, cito o ganhador do Nobel e economista do trabalho, David Card. Em um dos seus artigos, identificou-se que a diminuição na sindicalização dos Estados Unidos, no fim do século passado, contribuiu para o aumento da desigualdade em trabalhadores privados. No mesmo período, o aumento da sindicalização do serviço público ajudou a reduzir o ritmo de crescimento das desigualdades nesse setor.

No serviço público brasileiro especificamente, enfrentamos dificuldades consideráveis na mobilização dos trabalhadores. A legislação federal não possibilita licença remunerada para mandatos classistas e o direito de greve de servidor ainda carece de regulamentação. Importante ainda que seja efetivado o comando previsto no art. 37, X, da nossa Constituição Federal, que assegura a revisão geral anual da remuneração dos servidores. É por desrespeito a esse dispositivo que a nossa carreira e diversas outras se encontram em estado de mobilização, cobrando abertura imediata de negociação com as autoridades do poder público. Não podemos aceitar a perda de um quarto do nosso poder de compra desde o último reajuste, ouvindo das autoridades que o recurso disponível no Orçamento só permite recomposição salarial para determinadas categorias selecionadas. Precisamos de sensibilidade e diálogo com cada entidade representativa dos servidores.

Por fim, aproveito a oportunidade para fazer uma pequena homenagem aos trabalhadores da carreira pública de analista de comércio exterior que represento. Somos uma carreira pequena e jovem a completar 25 anos de existência no próximo ano. Ainda assim, somos partícipes importantes no aumento da inserção do Brasil no comércio internacional e melhorias de nossa eficiência produtiva. Na pandemia, reinventamos nossos métodos e reforçamos nossa dedicação atuando

de forma emergencial na redução de tarifas na importação de produtos com problemas de abastecimento. Ajudamos o País a quebrar o recorde em sua corrente de comércio em 2021 e na redução significativa de alguns de seus custos de transação. Temos um compromisso com o Brasil e com a criação de empregos de qualidade para os nossos trabalhadores seja na agricultura seja na Economia 4.0.

Obrigado a todos. Desejo um 1º de maio de luta e esperança.

Documento 9/99

48.2022	Sessão Comissão Geral	03/05/2022-12:28
Publ.: DCD - 04/05/2022 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate do diagnóstico, desigualdades e perspectivas do trabalho no Brasil, ao ensejo do transcurso do Dia do Trabalho.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Deputado Bohn Gass, em primeiro lugar, quero agradecer ao nosso Líder, o Deputado Reginaldo Lopes, por me permitir falar nesta sessão tão importante em nome do Partido dos Trabalhadores, eu que coordeno o Núcleo de Trabalho e Administração Pública do PT aqui nesta Casa.

Parabenizo o nosso Líder, o Deputado Bohn Gass, que também, chamando esta sessão, colocou na pauta e na ordem do dia o debate dos trabalhadores e das trabalhadoras sobre o Primeiro de Maio.

Permito-me também saudar todos e todas que utilizaram a palavra em nome das centrais sindicais, das entidades que aqui representam esses trabalhadores. Eu o faço na pessoa do Valeir, que está aqui, da Central Única dos Trabalhadores - CUT, que eu também ajudei a fundar na década de 80, e que espelha, portanto, a organização de uma parcela importante do nosso povo trabalhador.

Presidente Bohn Gass, a economia brasileira patina. Engraçado, a economia patina, mas dizia o Presidente Jair Bolsonaro que a pandemia precisava andar por aí. Nas palavras do Governador de Minas Gerais, era para "viajar o vírus" por Minas Gerais e pelo País afora, porque com isso ia se proteger a economia. Assim dizia esse genocida Jair Bolsonaro: *"Ah deixa, deixa a pandemia se espalhar. Com isso, nós vamos recuperar mais facilmente a economia"*. E o que nós tivemos foi um genocídio durante a pandemia no Brasil! Foram 2 anos em que pessoas morreram, sem haver necessidade para que isso

ocorresse. Portanto, a responsabilidade é essencialmente do Governo Federal e do Presidente Jair Bolsonaro.

E a economia? A economia continua patinando, portanto, fazer o genocídio que ele fez, pelo contrário, ao invés de recuperar a economia mais rapidamente - como ela vem, Presidente Bohn Gass, recuperando-se em outros países -, aqui ela se aprofunda. E os números são terríveis! Nós temos uma recessão econômica, e olha que é uma recessão com o Governo aumentando taxa de juros! E quanto mais ele aumenta a taxa de juros, mais a recessão se amplia e a inflação não cede! E a inflação não cede, Deputado Bohn Gass, porque esse Jair Bolsonaro é um frouxo! Ele não tem coragem de colocar o dedo na ferida e fazer com que o preço da gasolina e do *diesel* sejam contidos, por meio de políticas públicas na PETROBRAS! Não! Ele segue a dolarização do preço internacional do combustível, ao invés de fazer, como fizeram Lula e Dilma, que abasileiraram o preço da gasolina, evidentemente, com a extração do óleo que vem do fundo do mar e a sua transformação em gasolina e *diesel* aqui no Brasil, nas refinarias brasileiras, as quais agora o Governo Bolsonaro ameaça, e já inicia um processo de privatização.

Então, o Presidente é um frouxo!

Ele não consegue controlar o processo inflacionário da forma que queria e vai aumentando a taxa de juros. Ele e Paulo Guedes colocam, portanto, o Brasil numa política recessiva e inflacionária, e o trabalhador sofre com o arrocho e com o desemprego. São 12 milhões de brasileiros desempregados; 4,8 milhões de pessoas que desistiram de procurar emprego; 17 milhões de brasileiros gostariam de trabalhar, mas não conseguem; 7,4 milhões subocupados; 34 milhões estão em ocupações sem proteção, o equivalente a 35% dos trabalhadores. O rendimento médio do trabalhador brasileiro é hoje de menos de 2.300 reais, e 54% daqueles que são ocupados - pasmem! - ganham 1.500 reais ou menos. Esse é o Brasil de Jair Bolsonaro.

Se nós formos falar dos preços, da inflação, os números são também alarmantes: 11,7% de inflação; 761 reais é o preço médio de uma cesta básica. O brasileiro, portanto, passa fome. O botijão de gás está a 110 reais, e o litro de gasolina já chega a 8 reais. Eu vou parar de falar em números, porque eles são deprimentes. Mas mais deprimente é esse Governo Bolsonaro.

Neste Primeiro de Maio, o grito do trabalhador é: "*Fora, Bolsonaro!*" Não é possível conviver com um Governo que incentivou no Brasil as mortes na pandemia, cometeu genocídio e levou a nossa economia para o buraco. Por isso, a nossa economia patina. A pandemia cedeu, mas o genocida sempre alimenta as possibilidades de retorno. Existe uma crise internacional. Mas quem paga a conta?

São os trabalhadores e trabalhadoras brasileiros.

Fora, Bolsonaro! Viva o Primeiro de Maio! Viva a Central Única dos Trabalhadores! Vivam as centrais sindicais! E viva também um novo Governo que virá, com certeza, para que voltemos a fazer o Brasil sorrir, para que no campo, ao invés de veneno, tenhamos os produtos da agricultura familiar, para sanar a fome do nosso povo, para alimentar o nosso povo nesse processo. É esse o desejo que nós temos neste Primeiro de Maio.

Deputado Bohn Gass, V.Exa. está de parabéns ao trazer este assunto para que o povo brasileiro discutisse.

Muito obrigado.

Documento 10/99

49.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/05/2022-14:24
Publ.: DCD 04/05/2022 -	PAULÃO-PT -AL		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação do texto original do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, esta Casa irá analisar exatamente amanhã um projeto que é o sonho de todos os trabalhadores e trabalhadoras do setor de enfermagem, um projeto que tramita aqui há um tempo razoável, mas infelizmente nunca foi priorizado. O Senado teve capacidade de articulação para aprovar esse projeto, e finalmente ele vai ser pautado aqui no dia 4, amanhã. Mas há um detalhe fundamental: não basta só pautar o projeto, que tem dois eixos principais, a luta pela carga horária para todos os trabalhadores e trabalhadoras da enfermagem e também a luta pelo seu piso salarial. Infelizmente, se esta Casa amanhã apresentar emenda ao projeto, não vai adiantar nada. Então, a apresentação de emenda é manobra, é golpe.

Se aprovarmos o projeto amanhã com emenda, o que vai ocorrer do ponto de vista processual? O projeto voltará para o Senado, haverá

lentidão e, por estarmos em ano eleitoral, dificilmente ele será aprovado para ter execução no mundo real, na prática.

Então, eu gostaria que todos os trabalhadores que estão nos acompanhando pelos meios de comunicação, principalmente a TV *Câmara*, e também pelas redes sociais participassem da mobilização de amanhã, quando gente do Brasil todo chegará aqui para visitar cada Parlamentar, principalmente os Deputados das suas bases e as Lideranças desta Casa.

Para o projeto ser aprovado de acordo com a expectativa da categoria, com o sonho da categoria, ele não pode sofrer emenda. Se houver emenda, repito, será uma manobra, um golpe, pois o projeto será devolvido ao Senado.

Portanto, esperamos que esta Casa vote a proposta na forma original, mantendo a carga horária, que é o sonho da categoria, e principalmente o piso salarial. Trata-se de uma categoria valorosa, que teve papel fundamental no início da pandemia da COVID-19, em meados do mês de fevereiro e no mês março de 2020, colocando a vida em risco em defesa do povo brasileiro.

Sr. Presidente, gostaria que este pronunciamento fosse divulgado nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 11/99

49.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/05/2022-14:44
Publ.: DCD 04/05/2022 -	- AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Ajuizamento, pelo Núcleo Agrário do PT, de Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental junto ao Supremo Tribunal Federal com vista à implementação, pelo Governo Federal, do disposto na Lei nº 14.275, de 2021, (Lei Assis Carvalho II), acerca da criação de medidas emergenciais de amparo a agricultores familiares do Brasil, para mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19. Apoio ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a bancada do Partido dos Trabalhadores, por meio do seu núcleo agrário, solicitou ao partido que desse entrada à ação no Supremo para que o Governo brasileiro pague a agricultura familiar.

Essa ADPF busca fazer justiça. Para nós, quando há lei aprovada, veto derrubado e lei promulgada, o recurso tem que ser pago.

É bom recordar, Deputado Rui Falcão, como foi a construção da lei que ganhou o nome Assis Carvalho, em apoio à agricultura familiar, para a produção de alimentos neste País.

Esta Casa se mobilizou. As organizações do campo se mobilizaram. Aprovamos a lei aqui. O Senado a aprovou. O Presidente a vetou. Veio para cá o veto. E a base do Governo disse: "*Não derrubem o veto, porque nós vamos rerepresentar o projeto*". Não rerepresentaram nada. Nós rerepresentamos o projeto, que foi aprovado aqui e aprovado no Senado. O Presidente vetou pela segunda vez. O Congresso derrubou o veto, e a lei foi promulgada.

Então, não resta outro caminho senão recorrer ao STF para que se determinem prazos para regulamentação e pagamento à agricultura familiar brasileira, para que ela produza alimentos.

Os preços exorbitantes hoje no Brasil não são só do gás, da gasolina, do óleo *diesel*; também temos problema no preço dos alimentos. Quanto mais produzirmos alimento, mais segurança haverá de que esse alimento vai chegar à mesa do povo da roça e de que esse alimento vai chegar à mesa do povo da cidade.

Nós, inclusive, vamos convocar o Ministro da Economia, na Comissão de Agricultura, para que venha explicar a este Congresso porque eles não pagam a Lei Assis Carvalho, já que o veto foi derrubado e a lei foi promulgada.

Declaro aqui o nosso apoio à Enfermagem. Tudo indica que amanhã vamos votar o projeto deles. A nossa bancada - e este Parlamentar - vai votar favoravelmente à Enfermagem.

Sr. Presidente, por favor, autorize a veiculação do nosso pronunciamento nos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado.

49.2022 Sessão Deliberativa 03/05/2022-15:08
Extraordinária - CD

Publ.: DCD
04/05/2022 - PAULO TEIXEIRA-PT -SP

CÂMARA DOS BREVES COMUNICAÇÕES
DEPUTADOS BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Mensagem da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB ao povo brasileiro.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro, venho a esta tribuna para ler a mensagem da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil ao povo brasileiro:

Mensagem ao povo brasileiro

59ª Assembleia Geral da CNBB

"A esperança não nos decepciona" (Rm 5,5).

Guiados pelo Espírito Santo e impulsionados pela Ressurreição do Senhor, unidos ao Papa Francisco, nós, bispos católicos, em comunhão e unidade, reunidos para a primeira etapa da 59ª Assembleia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, de modo on-line e com a representação de diversos organismos eclesiais, dirigimos ao povo brasileiro uma mensagem de fé, esperança e corajoso compromisso com a vida e o Brasil.

Enche o nosso coração de alegria perceber a explosão de solidariedade, que tem marcado todo o País na luta pela superação do flagelo sanitário e social da COVID-19. A partilha de alimentos, bens e espaços, a assistência a pessoas solitárias e a dedicação incansável dos profissionais de saúde são apenas alguns exemplos de incontáveis ações solidárias. Gestores de saúde e agentes públicos, diante de um cenário de medo e insegurança, foram incansáveis e resilientes. O Sistema Único de Saúde - SUS mostrou sua fundamental importância e eficácia para a proteção social dos brasileiros. A consciência lúcida da necessidade dos cuidados sanitários e da vacinação em massa venceu a negação de soluções apresentadas pela ciência. Contudo, não nos esquecemos da morte de mais de 660.000 pessoas e nos solidarizamos com as famílias que perderam seus entes queridos, trazendo ambas em nossas preces.



Agradecemos ainda, de modo particular, às famílias e outros agentes educativos, que não se descuidaram da educação das crianças, adolescentes, jovens e adultos, apesar de todas as dificuldades. Com certeza, a pandemia teria consequências ainda mais devastadoras, se não fosse a atuação das famílias, educadores e pessoas de boa vontade, espírito solidário e abnegado. A Campanha da Fraternidade de 2022 nos interpela a continuar a luta pela educação integral, inclusiva e de qualidade.

A grave crise sanitária encontrou o nosso País envolto numa complexa e sistêmica crise ética, econômica, social e política, que já nos desafiava bem antes da pandemia, escancarando a desigualdade estrutural enraizada na sociedade brasileira. A COVID-19, antes de ser responsável, acentuou todas essas crises, potencializando-as, especialmente na vida dos mais pobres e marginalizados.

O quadro atual é gravíssimo. O Brasil não vai bem! A fome e a insegurança alimentar são um escândalo para o País, segundo maior exportador de alimentos do mundo, já castigado pela alta taxa de desemprego e informalidade. Assistimos estarecidos, mas não inertes, os criminosos descuidos com a Terra, nossa casa comum. Num sistema voraz de "exploração e degradação" notam-se a dilapidação dos ecossistemas, o desrespeito com os direitos dos povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos, a perseguição e criminalização de líderes socioambientais, a precarização das ações de combate aos crimes contra o meio ambiente e projetos parlamentares desastrosos contra a casa comum.

Tudo isso desemboca numa violência latente, explícita e crescente em nossa sociedade. A crueldade das guerras, que assistimos pelos meios de comunicação, pode nos deixar anestesiados e despercebidos do clima de tensão e violência que vivemos no campo e nas cidades. A liberação e o avanço da mineração em terras indígenas e em outros territórios, a flexibilização da posse e do porte de armas, a legalização do jogo de azar, o feminicídio e a repulsa aos pobres não contribuem para a civilização do amor e ferem a fraternidade universal.

Diante deste cenário esperamos que os governantes promovam grandes e urgentes mudanças, em harmonia com os poderes da República, atendo-se aos princípios e aos valores da Constituição de 1988, já tão desfigurada por meio de Projetos de Emendas Constitucionais. Não se permita a perda de direitos dos trabalhadores e dos pobres, grande maioria da população brasileira. A lógica do confronto que ameaça o estado democrático de direito e as suas instituições transforma adversários em inimigos, desmonta conquistas e direitos consolidados, fomenta o ódio nas redes sociais, deteriora o tecido social e desvia o foco dos desvios fundamentais a serem

enfrentados.

Nesse contexto, iremos este ano às urnas. O cenário é de incertezas e radicalismos, mas, potencialmente carregado de esperança. Nossas escolhas para o Executivo e o Legislativo determinarão projeto de nação que desejamos. Urge o exercício da cidadania, com consciente participação política, capaz de promover a "boa política", como nos diz o Papa Francisco. Precisamos de uma política salutar, que não se submeta à economia, mas seja capaz de reformar as instituições, coordená-las e dotá-las de bons procedimentos, como as conquistas da Lei da Ficha Limpa, Lei Complementar nº 135, de 2010, que afasta do pleito eleitoral candidatos condenados em decisões colegiadas, e da Lei nº 9.840, de 1999, que criminaliza a compra de votos. Não existe alternativa no campo democrático fora da política e com ativa participação do processo eleitoral.

Tentativas de ruptura de ordem institucional...

O SR. PRESIDENTE (Coronel Tadeu. PL - SP) - Deputado Paulo Teixeira, vou-lhe dar uma sugestão: o senhor passe esse texto para a Mesa, que nós o colocaremos na íntegra na ata da sessão.

O SR. PAULO TEIXEIRA (PT - SP) - Faltam apenas três parágrafos.

(...)

Duas ameaças merecem atenção especial. A primeira é a manipulação religiosa, protagonizada tanto por alguns políticos como por alguns religiosos, que coloca em prática um projeto de poder sem afinidade com os valores do Evangelho de Jesus Cristo. A autonomia e independência do poder civil em relação ao religioso são valores adquiridos e reconhecidos pela Igreja e fazem parte do patrimônio da civilização ocidental. A segunda é a disseminação das fake news, que, através da mentira e do ódio, falseia a realidade. Carregando em si o perigoso potencial de manipular consciências, elas modificam a vontade popular, afrontam a democracia e viabilizam, fraudulentamente, projetos orquestrados de poder. É fundamental um compromisso autêntico com a verdade e o respeito aos resultados nas eleições. A democracia brasileira, ainda em construção, não pode ser colocada em risco.

Conclamamos toda a sociedade brasileira a participar das eleições e a votar com consciência e responsabilidade, escolhendo projetos representados por candidatos e candidatas comprometidos com a defesa integral da vida, defendendo-a em todas as suas etapas, desde a concepção até a morte natural. Que também não negligenciem os direitos humanos e sociais e nossa casa comum, onde a vida se desenvolve. Todos os cristãos somos chamados a preocuparmo-nos

com a construção de um mundo melhor, por meio do diálogo e da cultura do encontro, na luta pela justiça e pela paz.

Agradecemos os muitos gestos de solidariedade de nossas comunidades, por ocasião da pandemia e dos desastres ambientais. Encorajamos as organizações e os movimentos sociais a continuarem se unindo em mutirão pela vida, especialmente por terra, teto e trabalho. Convidamos a todos, irmãos e irmãs, particularmente a juventude, a deixarem-se guiar pela esperança e pelo desejo de uma sociedade justa e fraterna. Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, obtenha de Deus as bênçãos para todos nós.

Brasília-DF, 29 de abril de 2022.

Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Arcebispo de Belo Horizonte-MG

Presidente da CNBB

Dom Jaime Spengler

Arcebispo de Porto Alegre, RS

1º Vice-Presidente

Dom Mário Antônio da Silva

Bispo de Roraima, RR

2º Vice-Presidente

Dom Joel Portella Amado

Bispo auxiliar do Rio de Janeiro, RJ

Secretário-Geral

Sr. Presidente, peço que esta carta da CNBB seja publicada nos Anais desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 13/99

49.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/05/2022-15:28
Publ.: DCD 04/05/2022 -	- JONES MOURA-PSD -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Assassinato do guarda municipal Rodrigo Santos Soares, do Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro. Defesa de implementação, pelos governantes, do disposto na Lei Complementar nº 191, de 2022, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao estabelecimento do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

O SR. JONES MOURA (PSD - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, a segurança pública chora neste momento difícil uma perda muito importante para os munícipes de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro. Foi assassinado Rodrigo Santos Soares, agente de segurança pública de policiamento municipal que atuava como guarda municipal num importante patrulhamento de segurança pública e paz social da cidade.

A *Super Rádio Tupi*, importante emissora de rádio no Estado do Rio de Janeiro, divulgou nota dizendo que as suspeitas eram de uma represália do tráfico de drogas. Ele estava com sua filhinha de apenas 9 anos e, devido à atuação no policiamento municipal, foi reconhecido por traficantes. A filha de Rodrigo, de 9 anos, assistiu ao pai levar 9 tiros naquela cidade, porque ele simplesmente trabalhava para proteger as pessoas.

Esta é uma nota de lamento que quero trazer ao Congresso Nacional, à Câmara dos Deputados, ao meio político, à classe política, para que todos entendam o que nós queremos dizer quando falamos do trabalho da Guarda Municipal. Espero que todas as legislações necessárias sejam respeitadas, inclusive as que ainda precisam surgir.

Aqui fica o nosso lamento, mas também fica lavrado nos Anais desta Casa, na memória de toda a população, o nome do guarda municipal

Rodrigo Santos Soares, da cidade de São Gonçalo, do Estado do Rio de Janeiro.

Presidente, a Lei Complementar nº 191, de 2022, é a lei que nós aqui aprovamos e que vai restituir ao servidor da segurança pública e da saúde tudo aquilo que foi congelado por aquela pavorosa Lei Complementar nº 173, de 2020, que congelou os salários, os triênios, os quinquênios, os reajustes anuais dos servidores dos Municípios. A Lei Complementar nº 191 já está em vigor, e o nosso mandato já oficiou a todos os Prefeitos do Estado do Rio de Janeiro, para que eles respondam sobre seus posicionamentos no que tange ao cumprimento da lei que nós aprovamos. Nós temos que ser fiscais dessa lei. No Estado do Rio de Janeiro, serei incansável, e nós temos que estar lá para receber as respostas dos Prefeitos.

Eu quero aqui parabenizar o Prefeito Eduardo Paes, da cidade do Rio de Janeiro, que vem constantemente me mandando mensagens e dizendo: *"Estou aqui. Estou concluindo os estudos. Quero V.Exa. em nosso gabinete, para podermos dar respostas sobre a Lei Complementar nº 191"*.

Para concluir, Presidente, quero falar sobre o Prefeito Ramon, de Casimiro de Abreu, que também nos respondeu e disse estar preocupado. Essa lei está em vigor, e ele também quer cumpri-la, para resolver o problema dos valores que foram sequestrados da saúde e da segurança pública.

Presidente, nestes 30 segundos finais, eu quero dizer que profissionais da enfermagem, profissionais da saúde, vieram de toda parte do Brasil e estão aqui em Brasília. Amanhã é momento que, por acordo, iremos votar o piso salarial nacional da enfermagem. Parabéns a vocês que vieram! Vamos lotar as galerias! Vamos fazer pressão! Eu apresentei dois requerimentos de urgência, para a inclusão da matéria na pauta. Vamos lutar até o fim e vamos vencer. A todos os enfermeiros, eu digo: nós vamos vencer e conquistar esse piso nacional, porque vocês são merecedores.

Obrigado, Presidente.

Documento 14/99

49.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/05/2022-15:56
Publ.: DCD 04/05/2022 -	- GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Incoerência do discurso de Deputados opositores a respeito do quadro de carestia reinante no País, tendo em vista às suas manifestações a favor da decretação de lockdown pelos Governadores e Prefeitos Municipais. Ineficácia das medidas sanitárias de prevenção da Covid-19. Liberação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de recursos a Estados e Municípios para enfrentamento à epidemia de coronavírus.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Deputado Coronel Tadeu, Sras. e Srs. Parlamentares, como Vice-Líder do Governo Bolsonaro, eu preciso fazer algumas análises nesta tribuna, porque eu assisto aqui estarrecido, às vezes, a Deputados da Oposição com cara de paisagem reclamarem do preço da carestia no Brasil.

É aquela história: *"Se não fosse a pandemia, se não fosse o STF, se não fosse a imprensa militante, se não fossem as narrativas..."*

O Presidente Bolsonaro avisou, em março de 2020: *"Povo brasileiro, nós não podemos nos esquecer da economia. A economia também mata. Temos que cuidar da saúde e temos que cuidar da economia"*.

No meu Rio Grande do Sul, fecharam 130 mil CNPJs em função do *lockdown*. Agora eu pergunto: o *lockdown* é *fake news*, esse absurdo que dizem aqui de *fake news*? Isso é a mentira que se transformou, entre aspas, "em ciência". O *lockdown* - vão provar - não serviu para nada. As máscaras, as focinheiras, serviram para quê? Estavam a ciência e os especialistas - sempre os mesmos -, na televisão, falando, falando, falando, e tudo era *fake news*?

A picada... Aliás, não podemos falar vacina, senão - isso é liberdade de expressão, meu Deus do céu! - eles nos cortam da rede social. Se falarmos em vacina, não podemos questioná-la.

Eu aprendi em filosofia que questionar é uma sabedoria que constrói outro conhecimento, mas isso é proibido. Quem questionou a máscara, a vacina, aliás, quem duvidou de uma vacina experimental, foi colocado no calvário da história.

Mas o Presidente Bolsonaro fez a sua parte: mandou dinheiro para os Estados; mandou dinheiro para os Municípios; aumentou de 20 mil para 42 mil as UTIs no Brasil; segurou a barra da agricultura brasileira. O agro segurou este País.

Os mesmos que queriam que fechassem tudo, agora, estão aqui dizendo que a inflação está alta, que o preço da gasolina subiu. Sim,

mas o Brasil está igual ao Canadá, está igual à Europa.

Todos os países que fecharam tudo, infelizmente, estão vivendo este momento difícil, mas, mesmo assim, o Brasil já gerou mais de 3 milhões de empregos. E o nosso Governo está fazendo a sua parte. Bolsonaro está mais uma vez fazendo a sua parte. Aliás, faz a sua parte desde que assumiu este Governo, defendendo a liberdade de expressão, defendendo a família, defendendo a Pátria, com a bandeira verde e amarelo, defendendo, acima de tudo, Deus. Por isso, é Deus acima de tudo e o povo acima de todos.

Obrigado.

Documento 15/99

49.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	03/05/2022-16:00
Publ.: DCD 04/05/2022 -	BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro por mortes decorrentes da Covid-19 e pelo desastre da economia brasileira. Atuação da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS em benefício dos seus acionistas. Endividamento das famílias brasileiras. Elevação das espirais inflacionárias. Cenário de fome e carestia reinante no País.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente, Deputado Coronel Tadeu.

Quando Bolsonaro ironizou, desprezou a pandemia no Brasil, eu dizia naquela época que ele estava cometendo dois crimes. Ao não colocar a vacina, não respeitar a ciência, ele estava permitindo as mortes no nosso País. Então, ele cometeu um crime contra as pessoas e, por isso, é genocida. Mas ele ia cometer um segundo crime. Ao não tratar corretamente o tema da pandemia, ele ia prejudicar a economia. E prejudicou, porque os países que fizeram o seu serviço de atenção à saúde recuperaram a economia antes do Brasil. Bolsonaro é culpado tanto pelas mortes como pela péssima economia.

Então, não venham aqui dizer que foi por causa da pandemia que o nosso País está nesse desastre econômico. A inflação galopa, o desemprego é enorme, e o povo passa fome. Aliás, semana passada

um amigo meu fez a síntese melhor que podia acontecer. Ele disse o seguinte: *"O povo não compra comida porque não tem dinheiro. Se tem comida, não pode cozinhar porque o gás está tão caro, ou, se tem a comida, não pode colocar na geladeira porque não tem geladeira ou porque não consegue pagar a conta da luz"*.

Bolsonaro é responsável por toda a cadeia de pioras que houve no País. Para plantar, ele tira o subsídio, não ajuda o agricultor e faz com que gasolina, adubo, ureia, semente, tudo fique mais caro. E tira o subsídio para o transporte levar essa comida até o centro de consumidores. Olhem os caminhoneiros sofrendo hoje pelo preço do *diesel*. Isso é culpa do Bolsonaro. Quem iria comprar não compra porque o salário está congelado. Bolsonaro não ajuda o povo do Brasil. Isso é ilusão. Isso é mentir para o povo. Vamos olhar os dados, gente. Ele faz a política da PETROBRAS para agradar acionista.

Então, cidadão do Brasil, quando você paga 8 pilas pela gasolina, 6, pelo *diesel*, está agradando de 1 a 2 acionistas, para quem Bolsonaro dá vantagens. E o povo brasileiro arca com essa grande dificuldade: 77% das famílias estão endividadas. Em abril tivemos a inflação mais alta dos últimos 27 anos. O povo está na fila do osso, e Bolsonaro está agradando acionista com uma política equivocada para o desenvolvimento do País.

Ao não tratar bem a pandemia, o Presidente quebrou a economia. Então, ele é responsável pelas duas situações ruins: pelas 600 mil pessoas mortas e, ao mesmo tempo, pela economia arrasada.

É preciso esperar. A eleição vem aqui.

Ainda hoje Lula disse que a PETROBRAS não é apenas uma indústria do petróleo, é uma indústria de desenvolvimento para gerar de novo aquecimento econômico e consumo no País, para que a economia gire corretamente para o bem e pela qualidade de vida do povo.

Era este o registro que eu queria fazer.

Solicito que meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Presidente.

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.081, de 2021, e às Emendas de nºs 1 a 8, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. PAULO BENGTON (PTB - PA. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a todos que nos ouvem no dia de hoje, dia importante, mais uma vez, para a nossa República, para a nossa democracia.

Tenho em mãos a Medida Provisória nº 1.081, de 2021, que trata justamente sobre a doação de vacinas excedentes no Brasil para países que precisam ainda completar o seu sistema de imunização.

Quero cumprimentar todo o nosso Estado do Pará, que tem sido um dos Estados que mais têm avançado na vacina.

Quero cumprimentar também o Ministério da Saúde, na pessoa do Ministro Queiroga, e principalmente o nosso Presidente Jair Messias Bolsonaro.

Foram adquiridas 600 milhões de doses de vacina, entregues a cada Secretaria Estadual de Saúde, que, por sua vez, entregaram às Secretarias Municipais de Saúde. Hoje, quem quiser no Brasil ser imunizado, com a primeira, a segunda, a terceira dose - há essa opção para a pessoa que quiser ser imunizada -, tem essa oportunidade, porque a vacina está disponível. Assim, começo as minhas palavras.

Vou direto ao voto, Sr. Presidente.

"II. Voto do Relator

II.1 - Da Admissibilidade

II.1.1 - Do Atendimento aos Pressupostos Constitucionais de Relevância e Urgência

A medida provisória em análise atende aos requisitos de relevância e urgência, previstos no art. 62, *caput*, da Constituição Federal.

Como se depreende da mensagem do Presidente da República e da exposição de motivos que a acompanha, os fundamentos da urgência e da relevância justificam-se pela necessidade de imunizar a maior parte da população mundial contra a COVID-19 de modo tempestivo e o mais célere possível, para limitar a transmissão do vírus SARS-COV-

2", ou COVID-19, "e evitar o surgimento de novas variantes para as quais as vacinas se mostrem ineficazes.

Com efeito as falhas e deficiências vistas no processo de vacinação em alguns países podem comprometer a proteção da saúde em outras nações que já contam com grande parcela de sua população com o ciclo vacinal completo, em razão das diversas carências por eles enfrentadas e acentuadas pela própria pandemia. Assim, países que apresentam atrasos na vacinação de sua população podem servir como reservatórios do agente patogênico, que continua a se replicar descontroladamente e com maiores probabilidades de ocorrência de mutações e conseqüente surgimento de variantes mais transmissíveis e mais virulentas, que poderiam causar novos surtos de infecção, inclusive em locais com altos níveis de imunização da população, fenômeno vivenciado recentemente com a variante conhecida como Ômicron.

Dessa forma, a imunização da população mundial, de modo célere e em um intervalo de tempo que permita um alto percentual de pessoas imunizadas ao mesmo tempo, revela-se um diferencial decisivo para a resolução da pandemia, o que demonstra o atendimento de pressupostos de relevância e urgência para a adoção da medida provisória em análise.

II.1.2 - Da Constitucionalidade, Juridicidade e Técnica Legislativa

No que refere à constitucionalidade formal, constato que a matéria em apreço é passível de regulamentação por medida provisória, pois não incide em nenhuma das restrições contidas no art. 62, §§ 1º e 10, e no art. 246 da Constituição Federal.

Quanto à constitucionalidade material, verifico que a medida provisória em análise não afronta dispositivos de natureza material da Carta Magna. Ao contrário, a norma se mostra consentânea com os princípios que regem a República Federativa do Brasil nas relações internacionais, em especial o da prevalência dos direitos humanos e o da cooperação entre os povos para o progresso da humanidade, previstos nos incisos II e IX do art. 4º.

Quanto à juridicidade da matéria, entendo que as disposições veiculadas na MPV nº 1.081, de 2021, são jurídicas, pois se harmonizam com o ordenamento jurídico pátrio em vigor e não violam qualquer princípio geral do Direito, além de possuírem os atributos próprios a uma norma jurídica: novidade, abstração, generalidade, imperatividade e coercibilidade.

Em relação à técnica legislativa, também não há vícios na norma, estando os dispositivos redigidos de acordo com os preceitos da Lei

Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

No que tange às emendas apresentadas perante a Comissão Mista, considero que todas são constitucionais, jurídicas e de boa técnica legislativa.

II.1.3 - Da Compatibilidade e Adequação Financeira e Orçamentária

Quanto à admissibilidade financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.081, de 2021, não se vislumbrou desrespeito às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

De fato, a medida provisória em análise contempla matéria de caráter essencialmente normativo" - prestem atenção, senhoras e senhores -", pois somente autoriza a União a fazer doações de doses de vacinas de seu estoque, já adquiridas para uso na população brasileira, com a aquisição lastreada em autorização orçamentária e base financeira específica. Não há, no caso, aquisição de doses de imunizantes especificamente para a doação a outros países e, portanto, não acarreta repercussão na receita ou despesa da União.

A única exceção diz respeito às despesas necessárias para transportar os imunizantes do Brasil até os países beneficiados com a doação. A norma, entretanto, traz a ressalva de que essas despesas serão arcadas pelo país recebedor ou por dotações orçamentárias específicas para essas finalidades.

No que tange às emendas apresentadas perante a Comissão Mista, considero sem implicações orçamentárias e financeiras, visto não acarretarem repercussão direta ou indireta na receita ou despesa da União.

II.2 - Do Mérito

Inicialmente, gostaria de fazer uma menção especial à iniciativa e aos esforços do Governo Federal para combater efetivamente a COVID-19 com o fortalecimento de medidas preventivas como a promoção da imunização, inclusive em nível mundial.

A Medida Provisória nº 1.081, de 2021, é um excelente exemplo do comprometimento do atual Governo brasileiro com o espírito de solidariedade que precisa reger a convivência entre as diferentes nações.

Saliente-se que a preocupação do Governo, evidenciada com a edição referida norma, não ficou restrita somente às questões sanitárias e

epidemiológicas relacionadas com o combate à doença. A meu ver, o Governo brasileiro, por meio do Poder Executivo, sublinhou a relevância da cooperação internacional e da ajuda humanitária para as nações menos favorecidas ao redor do planeta em nossa luta contra os males da pandemia em curso, observando-se os princípios gerais do Direito Internacional e dos direitos humanos.

Além dos aspectos relacionados com a saúde humana, vale salientar o mérito da cooperação internacional, em especial quando motivada por razões humanitárias. A cooperação internacional e a prevalência dos direitos humanos constituem princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Estado brasileiro. Nesse sentido, o Brasil possui tradição, reconhecida internacionalmente, como uma nação que luta e se esforça para auxiliar outras nações que tenham, ainda que transitoriamente, os direitos humanos ameaçados de alguma maneira, como bem exemplificam as medidas recentes adotadas pelo Governo brasileiro com vistas ao acolhimento de imigrantes haitianos, afegãos, ucranianos", venezuelanos, entre outros.

"Para retornar à crise sanitária de importância internacional em comento, cumpre destacar que o Brasil já efetivou a doação de 5,1 milhões de doses do imunizante da Astrazeneca para a iniciativa Covax Facility, a aliança internacional liderada pela Organização Mundial da Saúde - OMS com o objetivo de garantir o acesso igualitário à imunização em todo o mundo. Além disso, outras 500 mil doses da vacina Sinovac foram doadas ao Paraguai. Ambas as doações foram acordadas em janeiro de 2022, por meio da assinatura de termos de doações.

Nesse contexto, considero a matéria em apreço meritória, uma vez que a imunização de grande parcela da população mundial se revela necessária para que a interrupção da circulação do vírus SARS-CoV-2 seja um objetivo alcançável. Tendo em vista o atraso da vacinação nos países mais carentes, a colaboração entre as nações para que a vacinação chegue a todos os lugares torna-se uma medida essencial para que o mundo possa atingir um nível de proteção contra o vírus que seja suficiente para a redução drástica no número de casos e de óbitos relacionados à infecção.

Além disso, a imunização mais difusa e equitativa em termos globais deve perdurar por um intervalo de tempo adequado, no qual a maioria das pessoas ao redor do planeta apresente alta imunidade em um mesmo período, o que reduz muito as possibilidades de transmissão do patógeno.

De fato, os países com baixa cobertura vacinal podem atuar como uma espécie de reservatório para o vírus, devido à continuidade das altas taxas de transmissão nas populações que permanecem com muitos



indivíduos suscetíveis à infecção. Essa maior suscetibilidade permite ao vírus uma atividade de replicação também mais ampla, algo que aumenta as chances de ocorrência de mutações e o consequente surgimento de novas variantes não detectáveis pelas defesas imunes até então obtidas, seja pela infecção prévia, seja pelo uso de imunizantes.

É importante salientar, ainda, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que o Brasil atingiu uma cobertura vacinal completa em cerca de 77% da população total, ou 88% da parcela elegível para o recebimento das doses", sendo, assim, um dos países que mais vacinou no mundo. "Esses são números que comprovam o efetivo compromisso do Governo brasileiro com a proteção da saúde de toda a população. Não foram poupados esforços dos diversos setores públicos na luta contra a COVID-19, pois já foram aplicadas aproximadamente 470 milhões de doses no País.

Os países da América Latina atingiram os seguintes índices de vacinação completa, a título comparativo: Suriname, 40,5%; Guiana, 46,2%; Venezuela, 50,2%; Colômbia, 69,6%; Peru, 81%; Bolívia, 50%; Paraguai, 48,3%; Argentina, 82%; Uruguai, 82,3%; Chile, 91,3%; e Equador, 78,6%.

Ademais, existem muitos países que apresentam índices extremamente baixos de cobertura vacinal, tais como" o país que eu tive oportunidade de conhecer bastante, através da sua história de vida e de muita luta, o Burundi, que fica na África. Sras. e Srs. Deputados, meu nobre Deputado José Priante, nobre Deputado Marcelo Moraes, "0,1% da população foi vacinada no Burundi; Haiti, 1,1%; Iêmen, 0,6%; República Democrática do Congo, 1,4%; Papua Nova Guiné, 2,9%; Madagascar, 3,8%; Sudão do Sul, 4,9%; República do Malawi, 4,5%; Tanzânia, 5,1%; Nigéria, 6,5%; Sudão, 8,1%; Síria, 8,4%; Afeganistão, 11,8%.

Poderíamos citar muitas outras nações com baixa cobertura vacinal para comprovar cabalmente o grande sucesso da imunização no Brasil, graças ao empenho e compromisso do Governo Federal", do SUS, de todas as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde, dos agentes de saúde - dou os meus parabéns e louvo todos os profissionais de saúde do Brasil - com todo o processo de vacinação, assim como para demonstrar a necessidade premente de ações de cooperação internacional fundadas na solidariedade entre os povos. O sucesso da vacinação no Brasil permite ao Ministério da Saúde a adoção do princípio da solidariedade em socorro às nações mais carentes, com a doação de imunizantes.

Diante dessa realidade, é importante lembrar os diferentes surtos que o mundo já experimentou com a COVID-19 anteriormente, até em

populações imunizadas. Recentemente, observaram-se recordes de infecções em muitos países devido ao surgimento de uma nova variante com maior capacidade de infectar inclusive indivíduos que já tinham desenvolvido a doença ou completado o esquema vacinal. Falo da variante denominada Ômicron. Tais surtos demonstram que a falta de equidade na distribuição das vacinas em nível global tem sido desastroso do ponto de vista epidemiológico.

As diferentes 'ondas' e os casos de reinfecção com o SARS-CoV-2 mostram que a imunização da população mundial em período coincidente com a duração da imunidade nos indivíduos é o caminho mais adequado para que a humanidade triunfe com o fim da pandemia. A redução drástica da suscetibilidade à infecção é importante para diminuir as chances de surgimento de variantes que não sejam detectáveis pelas defesas do organismo, algo que poderia perpetuar os ciclos de reinfecção do novo coronavírus.

Assim, diante das razões expostas, considero altamente meritória a Medida Provisória nº 1.081, de 2021, o que me leva à recomendação para o seu acolhimento.

No que tange às emendas apresentadas à medida provisória em análise, considero que, apesar das elevadas intenções de seus autores, não merecem o acolhimento por parte deste Relator, pelas razões a seguir expostas.

A Emenda nº 1 propõe o acréscimo de um dispositivo para prever que as doações devem ter como objeto somente produtos autorizados pela ANVISA. Todavia, tal previsão é desnecessária, pois o Brasil somente poderá doar doses presentes nos estoques públicos, e o Poder Público só está autorizado legalmente a adquirir produtos liberados pela autoridade sanitária federal. Se a aquisição de produtos não autorizados pela ANVISA é ilegal, obviamente, a doação de imunizantes não autorizados não será factível, tendo em vista que tais produtos inexistem nos estoques públicos. Portanto, esta emenda não é cabível a esta medida provisória.

As Emendas nºs 2 e 5 tratam da transparência e publicidade, que são princípios já fartamente contemplados no ordenamento jurídico relacionado com os atos da administração pública. Despicienda, portanto, se revela a inclusão de comandos no sentido de garantir respeito a princípios basilares do Direito Administrativo.

Quanto à Emenda nº 3, que trata da adoção do chamado passaporte sanitário para o ingresso de pessoas provenientes do exterior no território nacional, entendo que, além de veicular tema polêmico e que provavelmente será melhor debatido em proposição mais propícia, como um projeto de lei, perdeu espaço nos debates atuais em virtude



de não restar mais configurada a situação de emergência nacional em saúde pública em virtude da COVID-19." Também cabe lembrar que esta medida provisória fala de doação de vacinas; não está tratando de passaporte sanitário.

"A celeridade exigida para a apreciação de medidas provisórias, que possuem um prazo de apreciação muito exíguo, impede a discussão desse tema da forma aprofundada como deve ser, cabendo lembrar que a matéria tem sido regradada *pari passu* pelo Governo brasileiro por meio de normas infralegais, a saber, recorrentes portarias conjuntas da Casa Civil, do Ministério da Saúde e do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Em relação à Emenda nº 4, acerca da vacinação contra a COVID-19 em crianças com idade entre 5 e 11 anos, vale registrar que tal uso já foi viabilizado pelo Ministério da Saúde no âmbito do Plano Nacional de Operacionalização de Vacinação contra a COVID-19.

Com efeito, a vacinação de crianças nessa faixa etária está avançando de modo relativamente célere. Ademais, a definição sobre a inclusão ou não de determinados grupos populacionais em estratégias de imunização deve ser fundamentada em conclusões feitas pela ciência, por estudos clínicos e após a avaliação da autoridade sanitária competente para autorizar o uso de medicamentos no País, no contexto de uma dinâmica própria, incompatível com o processo de edição de norma legal, sendo mais compatível com a celeridade típica das normas infralegais.

Por último, Sr. Presidente, as Emendas de nºs 6 a 8, que sugerem a definição em lei de países que deverão receber automaticamente as doações brasileiras, independentemente da avaliação do Ministério da Saúde, nós consideramos igualmente inadequadas.

A doação de imunizantes será guiada por razões humanitárias e tendo como base critérios epidemiológicos, como a baixa cobertura vacinal do país beneficiário, as taxas de transmissão viral da região, a impossibilidade de aquisição das doses, entre outros aspectos que precisam ser avaliados caso a caso e quando o Brasil dispuser de vacinas para a doação.

O cenário epidemiológico da COVID-19 muda dia após dia e de modo muito rápido, como já vimos em algumas situações. Hoje, um país que demonstra descontrole da epidemia pode, em questão de dias, reverter tal cenário e apresentar taxas de transmissão muito baixas, enquanto outras nações controladas podem observar reversão do quadro com novos surtos de infecção.

Desse modo, não se mostra adequada a definição apriorística em lei,

sem qualquer respaldo em critérios epidemiológicos, de países que irão receber de modo automático doações brasileiras de imunizantes, pois essa forma de atuação não se mostra mais adequada do ponto de vista da saúde coletiva."

Concluo o meu voto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu querido e nobre amigo Joaquim Passarinho, do nosso Estado do Pará, prosseguindo a leitura:

"II.3 Conclusão do Voto

Ante todo o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.081, de 2021;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.081, de 2021, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista;

c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.081, de 2021, e das emendas apresentadas perante a Comissão Mista;

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.081, de 2021; e

d.2) pela rejeição das emendas apresentadas.

Sala das Sessões, em 3 de maio de 2022.

Deputado Paulo Bengtson

Relator"

Está lido o relatório, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Muito obrigado.

Documento 17/99

49.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	-03/05/2022-
	CD	18:44
Publ.: DCD - 04/05/2022 - ORLANDO SILVA-PCDOB -SP		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, oferecida à Medida Provisória nº 1.081, de 2021, acerca da doação, pelo Poder Executivo, de munizantes contra a Covid-19 a países estrangeiros, em caráter de cooperação humanitária internacional.

O SR. ORLANDO SILVA (PCdoB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PCdoB orienta "sim", por transparência na gestão pública, inclusive no caso das vacinas.

Esse Governo gosta de fazer tudo escondidinho. Por isso eles não aceitam nem divulgar informações elementares. Eles gostam de esconder tudo, porque fazem muita coisa obscura, muita coisa que sugere muita desconfiança. Por isso o Governo é contra a transparência, e nós queremos transparência.

Eu alerto a sociedade brasileira que esta medida provisória é muito boa. É muito importante permitir solidariedade entre os países, oferecendo insumos que vão dar base para a vacinação contra a COVID-19 em muitos lugares. Ela é importante. Mas não imagine o Governo que vai iludir o povo brasileiro, porque sabemos que isso aqui é para montar uma narrativa que aproxime o Governo de vacina, e esse Governo não tem nada a ver com as vacinas. Ele obstruiu as vacinas, é o responsável pela morte de milhares de brasileiros - milhares de brasileiros! Não vamos esquecer nunca!

Documento 18/99

49.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 03/05/2022- CD	18:52
Publ.: DCD - 04/05/2022 - JORGE SOLLA-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Plenário nº 1, oferecida à Medida Provisória nº 1.081, de 2021, acerca da doação, pelo Poder Executivo, de munizantes contra a Covid-19 a países estrangeiros, em caráter de cooperação humanitária internacional. Apelo ao Governo Jair Bolsonaro de pagamento de reajuste salarial concedido aos Agentes Comunitários de Saúde e aos Agentes de Combate às Endemias.



O SR. JORGE SOLLA (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a Oposição defende o voto "sim" e continua registrando que ninguém nesta Casa deveria ser contra a transparência, principalmente da informação para onde estão indo as vacinas que serão doadas a outros países. Ninguém nesta Casa poderia votar contra a garantia de estoque para os brasileiros que não completaram ainda seu esquema vacinal. Mas isso é parte desse Governo. É o Governo do escondidinho. É o Governo genocida. É o Governo que passa calote no pagamento do reajuste salarial dos agentes de saúde no Brasil! Não podemos nos esquecer disso. A pandemia não acabou. Ainda há uma parcela da população brasileira que precisa ser vacinada. E os profissionais de saúde continuam sendo atacados por esse Governo.

Quero aproveitar para fazer um apelo. Pague o que deve, Bolsonaro, aos agentes de saúde! O Congresso aprovou a lei do reajuste e a colocou no Orçamento. Você vetou. Seu veto foi derrubado. Assuma que perdeu e garanta o pagamento dos profissionais de saúde! Não continue dando calote nos profissionais de saúde que atuam em todo o Brasil!

Documento 19/99

49.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	-03/05/2022- CD	19:12
Publ.: DCD - 04/05/2022 - ZÉ NETO-PT -BA			
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO	

Sumário

Votação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Corte pelo Governo Federal de recursos orçamentários destinados à saúde pública. Expectativa de aprovação, pelo Senado Federal, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 2022, (nº 22, de 2011, na Câmara dos Deputados), acerca da remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Extinção do Regime Especial da Indústria Química - REIQ. Impacto sobre a cadeia produtiva de queijo muçarela. Natureza vexaminosa da criação do chamado orçamento secreto. Protesto contra a privatização da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS; das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nós teremos dois importantes momentos para a saúde do



Brasil amanhã nesta Casa.

O primeiro diz respeito à votação, no plenário da Câmara, do piso salarial da enfermagem - das técnicas e dos técnicos de enfermagem, das enfermeiras e dos enfermeiros, das parteiras, enfim, de toda a categoria. Esse piso tem que ser votado amanhã. Nós temos que fazer, Sr. Presidente, uma movimentação para enfrentar o Governo, que tirou 40 bilhões de reais da saúde. Nós temos que fazer frente ao Governo, para que a esses recursos, que devem ser devolvidos ao povo brasileiro, sejam acrescentados novos recursos, para que se estabeleça claramente que entidades filantrópicas e Municípios não terão que arcar com ônus oriundos desse importante projeto que vai ser votado amanhã nesta Casa. Há uma movimentação no sentido de criar um impasse, em função dos valores que serão evidentemente acrescentados para hospitais filantrópicos e também para Municípios.

Isso cabe, sim, à União, porque foi dessa forma, Sr. Presidente, que nós nesta Casa votamos a PEC 22, para garantir aos agentes comunitários de saúde e aos agentes de combate às endemias de todo o Brasil um piso de dois salários mínimos. Na ocasião, nós garantimos também aqui, neste plenário, que os recursos viriam da União e que eles não iriam contribuir, segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, para contabilização do teto de gastos com pessoal, que esse seria um outro problema a ser enfrentado.

Portanto, espero que amanhã, no Senado, naquela Casa do Congresso, haja a votação do projeto que aqui já foi votado, a PEC 22, que lá é a PEC 9 - está aqui o nosso Deputado Valtenir Pereira, autor da PEC 22. Espero que lá no Senado a PEC 9 também seja votada.

Importantes projetos, importantes decisões acontecem depois da pandemia, que ainda está em curso. Nós não temos ainda o final dela, mas, graças a Deus e graças à vacina, que poderia inclusive ter surtido efeito muito antes - muitos brasileiros morreram porque, infelizmente, no Brasil, o Governo Federal não comprou as vacinas a tempo devido à mentalidade do Presidente atual -, nós já estamos encontrando o final do túnel para essa pandemia.

É importante que se diga, Sr. Presidente, que essas duas categorias precisam ter amanhã, naquela Casa do Congresso Nacional, no Senado, a aprovação da PEC 9, e, nesta Casa, a aprovação do teto da enfermagem.

Sr. Presidente, eu não poderia deixar de tocar num assunto importante que hoje estava na pauta desta Casa e acabou não sendo votado: a extinção do regime especial da indústria química. Aí alguém vai dizer: "*A Esquerda está defendendo que não se tenha extinção de privilégios*". Eu ouvi alguém dizer hoje que era privilégio o Regime

Especial da Indústria Química - REIQ.

Gente, a indústria química está presente aqui no Brasil em 21 Estados, especialmente em São Paulo, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, na nossa querida Bahia, em Pernambuco, no Paraná e no Rio de Janeiro. A carga tributária média da indústria química é 84% mais elevada do que a de seus concorrentes.

Se nós começarmos a analisar o que está sendo feito no mundo, veremos que o mundo se fechou em copas. Os Estados Unidos estão investindo 4,6 trilhões de recursos públicos para fomentar sua economia, fortalecer sua economia, garantir competitividade, melhorar seu potencial de controle elétrico a partir do Estado, criar bancos de fomento, como os que existem no Reino Unido, especialmente na Inglaterra, que era a bambambã do neoliberalismo, que dizia que banco nunca poderia ser público.

Está todo mundo se fechando, e o Brasil se abrindo. De um lado, dizem: "*Vamos zerar o imposto sobre o queijo muçarela*". "*Ah, esqueçam, porque ninguém vai olhar para isso!*" É um queijo que não influencia praticamente nada no custo da inflação. Aliás, há diversas outras mercadorias - e não vou criar aqui esse embate - que são responsáveis pela geração da inflação, especialmente os combustíveis, que estão aí dolarizados. Daí, vão atrás do queijo muçarela, que é responsável por 60% da produção de queijo no Brasil e que vai dar um impacto muito grande na agricultura familiar, na indústria, em toda a cadeia produtiva do leite. E agora estamos assistindo aqui a mais uma deles: a extinção do Regime Especial da Indústria Química - REIQ.

Que País é este?

Sr. Presidente, será que não estão contentes com a desmoralização institucional que estão criando do Judiciário, com a desmoralização institucional que estão conseguindo fazer chegar a esta Casa? É uma vergonha essa história do orçamento secreto, que ainda vai explodir na imprensa. Ninguém se engane. Aonde nós chegamos na Bahia - e no Brasil não é diferente, porque é o que se comenta no Cafezinho -, há coisas absurdas e cabeludas. E vamos agora abrir e escancarar o mercado, vamos entregar o que temos de entregar, vamos vender a PETROBRAS, vamos vender a ELETROBRAS, vamos vender os Correios, vamos destruir a economia, vamos acabar com a vida dos trabalhadores. E isso tudo, Sr. Presidente, num momento de desastre econômico em que vive o País.

Assim, quero dizer que nós, do PT, não vamos fazer outra coisa, senão combater esses desvarios, esses devaneios absurdos que estão levando a nossa indústria, o nosso setor produtivo, a nossa agricultura

familiar, os trabalhadores, a economia como um todo ao caos.

Portanto, não à extinção do REIQ. É hora, sim, de repensarmos e reconduzirmos a indústria brasileira, o setor produtivo a gerar emprego, renda, competitividade e desenvolvimento.

Documento 20/99

52.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	04/05/2022-13:56
Publ.: DCD 05/05/2022 -	- CHARLES FERNANDES-PSD -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Votação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

O SR. CHARLES FERNANDES (PSD - BA. Sem revisão do orador.) - Obrigado, nobre Deputado Luiz Lima, que estava inscrito - só há nós dois aqui no plenário -, pela gentileza me ceder a vez.

Presidente Bismarck, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje é mais um dia de decisões importantes nesta Casa. Estamos sendo chamados para apoiar a mobilização de umas das categorias mais importantes, que trabalham com afeto e dedicação, cuidando de gente, da saúde e da vida das pessoas.

Os profissionais da enfermagem de todo o País, inclusive da Bahia, hoje buscam - e merecem - a aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, que trata do piso salarial da categoria e, sobretudo, do reajuste dos direitos históricos da classe e a sua valorização e reconhecimento pelo Congresso Nacional, pelo Governo Federal e pela sociedade, tendo em vista a relevância que representam no sistema de saúde pública.

Nos 2 anos de pandemia eles estiveram na linha de frente, nobre Presidente, foram solidários e muitos até perderam a vida nesta luta contra a COVID-19. No nosso mandato, sempre estivemos em contato direto com a categoria, reunindo e recebendo lideranças de vários Municípios da região sudoeste da Bahia. E hoje eles estão aqui presentes na Capital Federal, numa grande mobilização nacional em busca da valorização e do reconhecimento não só desta Casa, mas do

Governo.

Eu tenho certeza que haverá de ser vencida essa etapa tão importante para esses profissionais da área da saúde. Não tenho dúvida da sensibilidade também do nosso Presidente Arthur Lira e dos Líderes partidários, que fizeram um grande entendimento para colocar em pauta a votação do PL 2.564/20.

Portanto, este é um dia importante, um dia histórico para essa categoria, e eu tenho certeza de que esta Casa irá fazer a sua parte com muita responsabilidade, acima de tudo, achando a fonte financiadora, para que esses profissionais possam ter os seus direitos reconhecidos e valorizados.

Agradeço a V.Exa., Presidente Eduardo Bismarck.

Peço que divulgue o meu pronunciamento pelos meios de comunicação desta Casa e no programa *A Voz do Brasil*.

Agradeço também ao nobre colega Deputado Luiz Lima.

Documento 21/99

52.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	04/05/2022-14:16
Publ.: DCD 05/05/2022 -	- AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio da bancada do PT ao Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Sr. Presidente.

Nós estamos recebendo aqui no Parlamento brasileiro uma grande delegação, de todos os Estados brasileiros, inclusive do nosso querido Estado do Pará, de enfermeiros, enfermeiras e técnicos em enfermagem, que veio expressar a sua histórica luta em busca de ter o merecido piso salarial.

Eu me lembro de que, no período da pandemia, muitos colegas aqui

postaram vídeos e publicações elogiando o trabalho da enfermagem no combate à pandemia, no salvamento de vidas. Eu tenho dito que não basta postar vídeos reconhecendo o trabalho da categoria. A melhor forma de nós Parlamentares reconhecermos o trabalho dos enfermeiros e enfermeiras, técnicos e técnicas, é votarmos favoravelmente ao piso da enfermagem. A nossa bancada já fechou posição. A bancada do Partido dos Trabalhadores vai votar 100% favorável ao piso. E este Parlamentar, Deputado Airton Faleiro, vem acompanhando a luta desse segmentos desde o ano passado, porque esse projeto estava para ser votado desde o ano passado. Fizeram grandes e belas mobilizações mesmo em período de pandemia, mobilizações em redes sociais, mobilizações presenciais, e, mais uma vez, estão aqui para dizer que querem o seu piso aprovado.

Eu quero fazer um alerta à base do Governo: espero que a base do Governo vote conosco a favor da enfermagem, mas já antecipe ao Governo que não vete esse projeto. Infelizmente, aqui se aprovam projetos superinteressantes, mas o Presidente os veta, e aí tem que juntar o Congresso para derrubar o veto do Presidente. Isso não é bom para a saúde pública brasileira. Nós não estamos resolvendo um problema de um segmento ao estabelecermos o piso, que é de direito e de merecimento social deles, nós estamos resolvendo um incentivo a quem vai cuidar da saúde pública.

Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado.

Documento 22/99

52.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 04/05/2022-14:28
Publ.: DCD 05/05/2022 -	FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Declaração de voto a favor da aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Abastecimento de água na comunidade Chã do Marinho, no Município de Lagoa Seca, Estado da Paraíba.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)

- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores da TV *Câmara*, esta Casa tem a oportunidade de fazer uma votação histórica nesta quarta-feira, aprovando o projeto do piso salarial da enfermagem.

A Câmara Federal deve essa reparação histórica à enfermagem. Todos sabem que, há 22 anos, o Senado aprovou um projeto de lei que criava a carga horária da enfermagem, mas aquele projeto foi engavetado. Hoje nós temos a oportunidade de reparar essa injustiça e essa falta de atenção para com a enfermagem votando e aprovando o PL do piso salarial.

Essa categoria, que perdeu mais de mil profissionais durante a pandemia, merece ser valorizada, Sr. Presidente. Portanto, eu já declaro aqui o meu voto a favor do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, e peço aos demais colegas do Parlamento que também votem pela sua aprovação.

Viva a enfermagem brasileira! Vamos aprovar o PL 2.564!

Sr. Presidente, eu registro meus parabéns para a comunidade Chã do Marinho, em Lagoa Seca, na Paraíba, que vai ter o problema do abastecimento de água resolvido. Essa vitória aconteceu a partir de uma luta do nosso mandato, juntamente com o Vereador Nelson Anacleto, daquele Município.

Eu deixo registrado aqui meus agradecimentos à Direção da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - CAGEPA e ao Governador do Estado, João Azevedo. O melhoramento do abastecimento de água vai beneficiar cerca de 4 mil pessoas na comunidade de Chã do Marinho.

Um abraço a todos e a todas daquela comunidade, assim como à população de Lagoa Seca!

Sr. Presidente, peço que esses dois comunicados sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação da Casa.

Muito obrigado.

Documento 23/99

52.2022

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 04/05/2022-14:40

Publ.: DCD
05/05/2022 -

- CÉLIO MOURA-PT -TO

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Imediata aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Anúncio de lançamento da pré-candidatura do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à sucessão presidencial. Realizações do ex-Presidente da República.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, PL 2.564 já! Aprovação já!

Desde o início do nosso mandato, nós sempre defendemos, da tribuna da Câmara dos Deputados, o piso salarial da enfermagem. Quem ama cuida. Quem respeita valoriza. Sr. Presidente, aprovar o piso salarial da enfermagem é uma questão de justiça, gratidão e compromisso com a saúde do povo brasileiro.

Sr. Presidente, foram mais de 800 brasileiros e brasileiras, trabalhadores da enfermagem, que perderam a vida durante a pandemia do coronavírus. E hoje esses companheiros e companheiras que perderam a vida estão aqui representados e representadas por valentes operadores da enfermagem brasileira. Eu acredito nesta aprovação. O Partido dos Trabalhadores está fechado com a aprovação do PL 2.564.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 7 de maio, nós iremos lançar a pré-candidatura do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Presidente que tirou milhares e milhares de brasileiros da linha da fome e da miséria; o Presidente do Luz para Todos; o Presidente que criou 18 universidades federais e 456 institutos federais em todo o Brasil; o Presidente que criou UPAs por todo o Brasil; o Presidente que criou todas as políticas públicas, que revolucionou o direito dos trabalhadores, mas que, infelizmente, estão aí sendo retiradas, estão sendo perseguidas pelo atual Presidente, que não gosta de mulheres, não gosta de negros, não gosta de índios, não gosta de quilombolas e persegue o SUS.

Portanto, hoje é um dia especial. Por isso, todo o apoio ao Projeto de Lei nº 2.564.

Sr. Presidente, gostaria que a minha fala fosse registrada no programa *A Voz do Brasil*.

Extraordinária - CD

Publ.: DCD
05/05/2022 -

REJANE DIAS-PT -PI

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

A SRA. REJANE DIAS (PT - PI. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, é com muita alegria que subo à tribuna da Câmara Federal para falar de um projeto de suma importância para os profissionais da enfermagem - técnicos de enfermagem, parteiros, parteiras, auxiliares. Refiro-me ao piso salarial nacional desses profissionais, que foram fundamentais no enfrentamento da COVID-19.

Este ano, 2022, deverá ser o ano da enfermagem. Nós não podemos, de forma alguma, como Casa Legislativa, como a Casa do Povo, deixar de aprovar o PL 2.564/20. Há 30 anos, Deputada Erika, estes profissionais esperam a aprovação do piso. Esta aprovação é uma forma de valorizarmos estes profissionais, que somam, em todo o Brasil, mais de 2,5 milhões de pessoas. Eles estão nos leitos dos hospitais ajudando as pessoas a recuperar a saúde. Trata-se de indivíduos que estão em agonia, no momento mais difícil de suas vidas.

Portanto, trata-se de uma questão de justiça, que busca reparar a situação em que se encontra esta categoria tão essencial ao Sistema Único de Saúde.

Aproveito para solicitar aos demais colegas Parlamentares que não apresentem emendas, porque o projeto já veio do Senado. Se for apresentada alguma emenda, o que pode acontecer é o retorno deste mesmo projeto, que já veio aprovado do Senado, e uma demora maior na sua aprovação.

Nós queremos que ele seja aprovado o mais rápido possível pelo Planalto. Se o Governo Bolsonaro o vetar, eu não tenho dúvida nenhuma de que, com a sensibilidade que V.Exas. têm para com estes profissionais, fundamentais que foram no enfrentamento da COVID-19, nós iremos derrubar, sim, o veto.

Portanto, apelo para que o piso realmente seja aprovado e possamos resgatar a dignidade destes profissionais, que possamos, acima de

tudo, valorizar a vida, valorizar quem defende a vida, valorizar quem está nos leitos dos hospitais salvando vidas, como fazem nossos queridos profissionais da enfermagem.

Quero abrir a bandeira do meu querido Estado do Piauí e fazer uma homenagem a todos os seus profissionais da enfermagem.

Em nome deles, nós - nosso partido, o Partido dos Trabalhadores, a Deputada Rejane Dias e os demais partidos que aqui estão, até porque se trata de uma votação suprapartidária - vamos votar favoravelmente, reconhecendo a importância destes profissionais para o Sistema Único de Saúde, mas, principalmente, para a vida dos brasileiros e das brasileiras.

Muito obrigada.

Documento 25/99

52.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	04/05/2022-14:56
Publ.: DCD 05/05/2022 -	MÁRCIO JERRY-PCDOB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Importância de aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Sem revisão do orador.) - Presidente, colegas Deputados, faço um cumprimento especial a quem nos assiste agora pela Internet, ao povo brasileiro, especialmente ao querido povo do Maranhão.

Esta é uma data importantíssima aqui na Câmara dos Deputados. A aprovação do piso salarial nacional da enfermagem será a coroação de uma etapa da luta de muitos anos, uma luta que envolveu muita perseverança, muita capacidade de mobilização, de convencimento e de diálogo pelos profissionais da enfermagem - enfermeiros, enfermeiras, técnicos e técnicas de enfermagem, auxiliares de enfermagem, parteiros e parteiras. Hoje é uma data memorável, uma data histórica pela conquista que representa.

Fazemos aqui, mais uma vez, uma conclamação a esta Casa para que,

unanimemente, aprove este projeto de lei, sem emendas, a fim de que possamos dar celeridade ao processo de aprovação e fazer esta lei passar a vigor em nosso País. Como já disseram vários companheiros Parlamentares, sindicalistas, profissionais da enfermagem, não vamos aceitar veto. E, se houver, ele será derrubado aqui nesta Casa.

Quero reiterar a importância fundamental dessas categorias para a saúde pública do Brasil. Estamos ainda no final de uma tragédia, de uma imensa pandemia. Se não fossem os profissionais de enfermagem, essa pandemia teria números imensamente piores e mais trágicos.

Faço uma menção muito especial aos enfermeiros e enfermeiras, técnicos de enfermagem, auxiliares, parteiros e parteiras, a todos os profissionais da saúde do meu Estado do Maranhão. O resultado do esforço que fizeram, comandados pelo ex-Governador Flávio Dino e sua equipe, e agora comandados pelo Governador Carlos Brandão e equipe, foi que nós tivemos no Maranhão, graças a Deus, a menor taxa de mortalidade por COVID-19 proporcionalmente à população do Estado. Isso se faz com o aprimoramento de política pública de saúde. Não há possibilidade de se aprimorar essa política pública, sem a valorização dessas categorias.

Quero, neste momento, deixar um abraço a todos os profissionais da enfermagem, reiterando o que eu disse há pouco no evento, aqui na porta da Câmara dos Deputados: além de uma grande conquista, eles dão um grande exemplo ao País, um exemplo de compromisso com a saúde. Nós precisamos reforçar essa pauta tão presente nesta Casa, que é a pauta do Sistema Único de Saúde.

Nós precisamos tirar de cena qualquer tipo de discurso e de desculpa de que não há recursos para a garantia da implementação efetiva dos efeitos do projeto de lei. Nós temos possibilidades diversas. Já estamos debatendo isso no Congresso Nacional, e é fundamental, Sr. Presidente, que nós busquemos recursos não só para garantir os termos do PL, mas também para reforçar o Sistema Único de Saúde em nosso País, que é um sistema fundamental para assegurar saúde a bilhões e bilhões de brasileiros.

Parabéns aos profissionais da enfermagem! Vamos todos aqui consolidar essa data memorável de aprovação do PL do piso salarial nacional.

Muito obrigado.

Extraordinária - CD

Publ.: DCD
05/05/2022 -

HELDER SALOMÃO-PT -ES

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Relevância da Mensagem ao Povo Brasileiro, transmitida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB. Importância de aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, população brasileira que nos acompanha pela *TV Câmara*, nesta tarde, eu quero parabenizar a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, pela divulgação da Mensagem ao Povo Brasileiro.

Nessa importante mensagem que foi divulgada nos últimos dias, os bispos dizem que o Brasil não vai bem. A CNBB diz: "*O Brasil não vai bem!*" É preciso fé e compromisso com a vida. A Mensagem ao Povo Brasileiro traz palavras de fé, esperança e corajoso compromisso com a vida e com o Brasil. O texto dos bispos lembra as lutas do nosso povo e a solidariedade durante o período de pandemia. A Mensagem ao Povo Brasileiro propõe uma profunda reflexão sobre o quadro gravíssimo em que vive o Brasil. Nosso País está caminhando para o caos econômico e social, e a culpa é deste Governo da morte, genocida, que virou as costas para a maioria do povo brasileiro.

A mensagem dos bispos defende, com ardor, a Constituição Federal de 1988 e chama a atenção, Deputada Luiza Erundina, para as graves ameaças às eleições de outubro e à democracia. Então, é uma mensagem profética, corajosa e necessária para este momento em que vive o nosso País.

As eleições deste ano serão um importante momento para aprofundarmos a reflexão sobre o caos em que vive o nosso País e, ao mesmo tempo, para sinalizarmos novos tempos, em que o povo novamente seja o centro do orçamento público e o centro das preocupações do Governo.

Enfim, quero encerrar, Sr. Presidente, fazendo aqui um apelo para que hoje esta Casa dê efetivamente uma contribuição para valorizar os profissionais da saúde. É preciso aprovar hoje uma vitória importante para a enfermagem do nosso País. Aprovar o Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, é fazer justiça a enfermeiras, enfermeiros, técnicos de

enfermagem, auxiliares, parteiros e parteiras. É necessário valorizarmos esses profissionais que são indispensáveis para o fortalecimento do SUS. Por isso, vamos hoje aqui aprovar o PL 2.564/20.

Peço, Sr. Presidente, que meu pronunciamento seja publicado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 27/99

52.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	04/05/2022-15:00
Publ.: DCD 05/05/2022 -	BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Importância da alocação de recursos orçamentários para garantia do funcionamento do Sistema Único de Saúde - SUS. Defesa de rejeição do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, referente à instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Deputado Eduardo Bismarck, colegas Deputados e Deputadas, hoje esta Casa pode homenagear e cuidar de quem cuida do povo brasileiro.

Nós podemos e devemos aprovar aqui o piso salarial nacional da enfermagem. Enfermeiros, auxiliares, técnicos, parteiros, parteiras fazem parte da maior categoria da saúde no Brasil. Daria para dizer que são a alma do SUS, o coração do SUS. Se o SUS não estivesse presente, com a mão amiga do enfermeiro, da enfermeira, do auxiliar de enfermagem, 24 horas ao lado das pessoas que estão num leito hospitalar, se não tivéssemos o SUS nesse período de negacionismo à ciência, à vacina, ao cuidado, ao distanciamento e ao uso da máscara por parte dos bolsonaristas, em que situação nós estaríamos? Nós já perdemos 600 mil pessoas, que não precisavam ter pedido suas vidas. Mas lá estavam os enfermeiros, lá estavam os auxiliares, lá estava a alma e o coração do SUS. E dessas pessoas que cuidam do povo nós precisamos cuidar. Por isso nós vamos votar favoravelmente ao piso salarial.

Mas essas categorias também têm na sua pauta de reivindicações a redução da jornada de trabalho. E eu já me posiciono favorável à redução da jornada de 30 horas para essas categorias. Essa é uma luta histórica. Nós passamos agora do Primeiro de Maio, cuja referência histórica, inclusive, são as lutas por redução de jornada. E nós precisamos nos engajar, não só pela aprovação do piso salarial nacional da enfermagem, mas também pela redução da jornada.

Nós precisamos ainda, para garantir o funcionamento do SUS, derrubar o teto de gastos, que o golpe trouxe para cá. Os Deputados votaram com Temer e com Bolsonaro, para colocar esse teto, para não gastar com saúde, para não gastar com educação. Mas as pessoas precisam de saúde e de educação, por isso nós precisamos derrubar o teto de gastos.

Mais do que isso, nós precisamos agora, com a mobilização de hoje - e eu quero saudar os que se mobilizaram Brasil afora - garantir que não haja veto. E digo isso porque Bolsonaro tem vetado, o Bolsonaro tem dito "não" a várias causas importantes que nós aprovamos nesta Casa. Eu não quero isso aconteça novamente. Essa mobilização precisa continuar para que, em sendo votado no dia de hoje, o piso salarial da enfermagem não seja vetado por Bolsonaro.

Sim, Bolsonaro tem vetado questões importantes. Ele vetou, por exemplo, a Lei Paulo Gustavo, a lei da cultura que nós votamos aqui. Amanhã, na sessão do Congresso Nacional, nós vamos derrubar o veto de Bolsonaro à cultura do País.

Sr. Presidente, eu peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 28/99

52.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	04/05/2022-15:04
Publ.: DCD 05/05/2022 -	JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Convite aos jovens e adolescentes para retirada do título eleitoral. Importância da participação da juventude nas eleições brasileiras de 2022. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, em primeiro lugar, quero lembrar que hoje é o prazo final, neste ano, para o cadastramento de eleitor junto à Justiça Eleitoral.

E quero também convidar adolescentes e jovens, a partir de 16 anos, para, ainda nesta data, fazerem a sua inscrição na Justiça Eleitoral e tirem o Título de Eleitor para que possam participar das eleições, exercer o direito de voto, exercer a cidadania e contribuir para as mudanças necessárias no País, elegendo pessoas que realmente olhem a realidade da população e possam cuidar da vida dos brasileiros. É fundamental a participação dos jovens nas eleições deste ano, e ainda há tempo para isso. A inscrição pode ser feita pela Internet, num processo bastante simples para se tirar o Título de Eleitor.

Sr. Presidente, hoje realmente é uma data importantíssima da luta histórica dos trabalhadores da saúde, em particular dos trabalhadores da enfermagem. A aprovação hoje do projeto de lei que está na pauta será o reconhecimento da luta desses profissionais, uma luta que já dura 30 anos. Faz 30 anos que esses trabalhadores lutam para que se reconheça que é necessário ter salário justo, adequado, e valorização em relação a sua atuação. São pessoas que se preparam, que estudam, que se especializam para poder cuidar da vida de outras pessoas, acompanhando os doentes no dia a dia, nas unidades de saúde.

Nós temos que nos lembrar da importância desses profissionais em todos os momentos. Nós destacamos esse período da pandemia porque eles, com muita coragem, enfrentaram essa doença para salvar vidas. Infelizmente, profissionais da enfermagem e de outros setores da saúde também faleceram, outros estão com problemas, com sequelas, tudo porque estavam lá trabalhando, tentando ajudar e salvar a vida de tantos brasileiros e brasileiras.

Temos também que nos lembrar de que a aprovação dessas medidas vai favorecer no Brasil mais de 2 milhões de profissionais. No Estado do Amazonas, são 54 mil profissionais da enfermagem, a maioria técnicos, que estão aguardando a aprovação desse projeto para poderem receber o piso salarial, porque muitos infelizmente recebem menos do que isso por causa do descaso de muitos gestores e de empresas terceirizadas contratadas. E há profissionais assim atuando em todas as unidades de saúde do Estado, na Capital e no interior.

Queremos parabenizar todos os que estão atuando no Fórum de Entidades de Enfermagem do Amazonas, das várias entidades. Quero aqui citar: Elton Alene; Graciete Mousinho; Darlisom Ferreira; Wesron

Rocha; Hilda; Denise Matos; Sandro, do COREN, que está aqui, inclusive, acompanhando esse processo; Irani; Ariane; Patrícia; e a enfermeira Andreia Teixeira, do Município de Lábrea, que também está aqui acompanhando essa votação.

O voto é "sim" para a enfermagem, "sim" para o piso salarial, "sim" para a saúde pública.

Gostaria que meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 29/99

52.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	04/05/2022-15:12
Publ.: DCD 05/05/2022 -	- IVAN VALENTE-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Razões da decisão do PSOL de apoio à candidatura do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva à sucessão presidencial. Desestruturação do Estado brasileiro pelo Presidente Jair Bolsonaro. Ameaça do Presidente da República à democracia e às eleições de 2022. Defesa de cumprimento, pelo Exército brasileiro, de suas funções institucionais.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, assomo à tribuna neste momento para comunicar a esta Casa que, no último sábado, o Partido Socialismo e Liberdade, em Conferência Eleitoral, pela primeira vez na sua existência, resolveu apoiar outra candidatura à Presidência da República que não a candidatura própria. Nós tivemos quatro candidatos em eleições presidenciais, mas desta vez a decisão do partido foi por apoiar Luiz Inácio Lula da Silva para Presidente da República, e eu quero explicar por quê.

É preciso que se entenda o contexto que nós estamos vivendo, porque Bolsonaro representa a destruição do Brasil. Ele é a destruição do Estado brasileiro; é a corrosão das instituições democráticas; é a destruição do meio ambiente. Bolsonaro é o Brasil dos garimpeiros ilegais, dos desmatadores, dos grileiros, dos pistoleiros e da destruição das terras indígenas e quilombolas. Ele é a destruição dos direitos dos

trabalhadores, com a reforma da previdência, a reforma trabalhista e o teto de gastos. Isso representa Bolsonaro.

E ele é destruição da vida! Está aí a pandemia, e o que vemos é a negação do vírus e a morte de 663 mil brasileiros, nas quais ele tem responsabilidade.

Agora, ele pretende não só ameaçar a democracia, Deputada Luiza Erundina - seja V.Exa. muito bem-vinda novamente a esta casa presencialmente -, ele quer melar as eleições.

Ele está fazendo a crônica de um golpe anunciado, e nós estamos aqui para dizer: *"Não, Bolsonaro, não vai haver golpe! O povo vai estar na rua, e você vai perder as eleições!"*

E não foi à toa que eles primeiro tentaram estabelecer o voto impresso, que foi derrotado nesta Casa. Posteriormente passaram a colocar em dúvida a urna eletrônica, todos os dias.

O TSE convidou cientistas, profissionais de tecnologia da informação, pesquisadores de universidades e a cibernética militar para conhecerem as urnas, mas não para fazerem um cabo à direita com o fim de controlar e melar as eleições.

Foi nomeado o General Heber Portella para fazer 88 perguntas sobre a apuração dos votos. Ora, quem quer fazer parceria desse tipo, na verdade, quer questionar as eleições. E se sentiram ofendidos quando o Ministro Barroso disse que estavam estimulando as Forças Armadas a melar as eleições. Ele estava certo!

E vamos dizer mais! O Exército Brasileiro tem que cumprir o papel institucional de controle de fronteiras, e é só! Aqui na democracia brasileira vai o povo brasileiro mandar!

Lula lá em 2022! Fora, Bolsonaro!

Documento 30/99

52.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	04/05/2022-15:32
Publ.: 05/05/2022 -	DCD	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário



Omissão da Câmara dos Deputados na abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Saudação à Deputada Luiza Erundina, ao ensejo do seu retorno à Casa. Enfrentamento de chuvas torrenciais por municipalidades do Estado do Rio Grande do Sul, sobretudo pelo Município de Alegrete. Necessidade de ação do Governo Federal, a favor das famílias desabrigadas por enchentes no Rio Grande do Sul.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Sem revisão da oradora.) - Presidente Coronel Tadeu, se o Brasil fosse sério e a Câmara dos Deputados cumprisse o seu papel, esta Câmara já teria votado o *impeachment* do criminoso Bolsonaro há muito tempo. Aí, sim, falta seriedade. É um Governo de delinquentes e mentirosos que boicotaram o enfrentamento à pandemia.

Quero cumprimentar muito especialmente a minha querida companheira Deputada Luiza Erundina, guerreira, nossa decana da Casa que esteve, nos últimos 2 anos, lutando de forma virtual em função da COVID e hoje, desde cedo, está aqui sentadinha esperando a votação do PL que institui o piso da enfermagem. Querida, estávamos com muita saudade do abraço caloroso e da sua combatividade que nós víamos *on-line*, mas que pessoalmente certamente vai abrilhantar a Casa inteira e a esquerda. O PSOL fica muito feliz com a sua volta.

Mas, infelizmente, o que me traz à tribuna é a situação calamitosa do Rio Grande do Sul. O nosso Estado começou o ano enfrentando a estiagem enquanto outros Estados enfrentavam as enchentes, fruto de mudanças climáticas que atingem sobretudo as populações mais pobres. Nós começamos o ano com uma estiagem que há 70 anos não se via no Rio Grande do Sul, com perda de safra dos pequenos agricultores, com a fome chegando aos lares desses trabalhadores. E agora, no final do mês de abril e início de maio, nós estamos enfrentando chuvas torrenciais. Cidades da Serra, como Caxias, Lavras do Sul, Dom Pedrito, na fronteira sul, e, na fronteira oeste, como Alegrete e São Gabriel, já registram milhares de desabrigados e riscos de aumento ainda mais do nível dos rios nesses Municípios.

No caso de Alegrete, minha cidade natal, 2.600 pessoas já foram retiradas das suas casas e perderam seus bens. Algumas delas estão sendo, neste momento, atendidas no ginásio da escola Oswaldo Aranha.

Nós estamos muito preocupados. Por parte do nosso mandato, o Leonardo entrou em contato com a Prefeitura, que já decretou estado de emergência.

Sei que o Município está coletando doações, sobretudo de colchões,

mas nós queremos que os Municípios atingidos recebam recursos para enfrentar as consequências das intempéries, do aumento das chuvas e sobretudo que as famílias recebam um suporte.

Deputado Coronel Tadeu, peço 30 segundos para concluir.

As mais afetadas sempre são as famílias mais pobres, que moram nas regiões de risco ou alagadiças. Isso ocorre devido ao déficit habitacional, à falta de política, à falta de atendimento durante o ano inteiro no sentido de garantir moradia nas áreas de risco. O aumento enorme do nível dos rios provoca enchentes alagando não só as portas das casas, mas também dentro das casas, colocando em risco tudo o que se acumulou, como televisão, geladeira. Muitas vezes, a família sai e tem seus bens furtados.

Então, é hora de solidariedade, é hora de resistência. Quero me solidarizar com o povo gaúcho, com o povo da minha terra do Alegrete. Ao mesmo tempo em que é preciso solidariedade do povo, é preciso responsabilidade do Governo Federal para ajudar os Municípios atingidos nesse momento de dor.

Documento 31/99

52.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	04/05/2022-15:36
Publ.: DCD 05/05/2022 -	EDUARDO BISMARCK-PDT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Transcurso do Dia Internacional da Enfermagem. Reajuste abusivo nas tarifas de energia elétrica pela empresa Enel Distribuição Ceará. Reestatização da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

O SR. EDUARDO BISMARCK (PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Deputado Coronel Tadeu, que ora preside a sessão.

Subo a esta tribuna hoje, caros colegas, para falar de dois assuntos muito importantes.

O primeiro, que já foi bastante falado aqui, é sobre o piso salarial da enfermagem. Merecem o importante reconhecimento esses

profissionais valorosos, que estiveram na linha de frente da COVID, ao lado de médicos também valorosos e de profissionais da saúde em geral. Eles merecem, sim, esse reconhecimento.

Além disso, no dia 12 de maio - na próxima semana, portanto -, não podemos esquecer, comemora-se o Dia Internacional da Enfermagem.

Nesse projeto em que se pretende estabelecer o piso salarial, estão quatro categorias desses profissionais: enfermeiro, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e parteira.

Portanto, eu me somo aos esforços no sentido de aprovar esse projeto na data de hoje, para que sejam feitas as acomodações necessárias com os acréscimos que os Municípios precisam. Espero que a União chegue junto nesses acréscimos tão necessários para fazer frente ao pagamento desses profissionais e de eventuais acomodações para os hospitais filantrópicos, que são muito importantes.

O segundo assunto, caros colegas, diz respeito especialmente ao nosso Estado do Ceará. Refiro-me ao aumento de 25% na tarifa de energia pela ENEL, no nosso Estado.

Vejo aqui os meus colegas de partido da nossa bancada do Estado do Ceará: o Deputado Robério Monteiro e o Deputado Leônidas Cristino.

O Estado do Ceará já paga hoje um dos quilowatts mais caros do Brasil. E vem a ANEEL e autoriza que a ENEL, companhia energética do Ceará, privatizada, aumente em 25% a tarifa, que já é uma das mais caras do Brasil e teve um dos maiores aumentos. Eu acho, caros Srs. Deputados, que esse foi um grande erro, um grave erro do Ceará, essa privatização.

Porém, nós temos que levar em consideração um segundo ponto. O serviço de energia que a ENEL presta no Estado do Ceará é muito ruim. Leva-se 6 meses para poder ligar um tomógrafo numa clínica ou num hospital, para poder fazer ligação de energia. Picos de energia queimam aparelhos. E a ENEL dá todo tipo de desculpa para não ressarcir seus usuários.

Portanto, o certo seria reestatizar essa ENEL que hoje presta um péssimo serviço aos cearenses. E "não" ao aumento da energia.

Muito obrigado, Sras. e Srs. Parlamentares.

Presidente, por gentileza, peço a divulgação, especialmente desse trecho da parte da ENEL, no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da Casa.

52.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 04/05/2022-15:52
Publ.: DCD 05/05/2022 -	CORONEL TADEU-PL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Manifestação de boas-vindas aos Vereadores Denilson Pichitelli e Ismael Soares. Geração, pelo Governo Jair Bolsonaro, de elevado número de empregos formais no País, em meio à pandemia de coronavírus. Excelência da gestão do Presidente da República. Repúdio à decretação de lockdown pelos Governadores Estaduais. Equilíbrio da economia brasileira.

O SR. CORONEL TADEU (PL - SP. Sem revisão do orador.) - Obrigado, digníssima Presidente Aline Sleutjes. É um prazer vê-la presidindo esta sessão.

Primeiro, eu queria fazer o registro da presença em Brasília do Vereador Denilson Pichitelli, da cidade de Araçatuba, e também do Vereador Ismael Soares. Eles estão visitando hoje, mais uma vez, a cidade de Brasília, em busca de recursos para as suas cidades. Isso demonstra o quanto aguerridos são esses dois vereadores na busca de melhorias para as cidades que representam. É muito nobre essa atitude do Vereador Pichitelli e também do Vereador Ismael Soares.

Sra. Presidente, contra fatos, fotos e números não há argumentos. Eu queria destacar que no ano de 2021, em plena pandemia, o Governo Bolsonaro, o Governo Federal gerou 2 milhões e 700 mil empregos neste País - vou repetir: em plena pandemia! Esse número é extraordinário, tendo em vista as condições econômicas que nós estávamos enfrentando. E, no primeiro trimestre de 2022, nós já temos mais de 630 mil vagas de emprego criadas neste País.

O Presidente Bolsonaro e toda a sua equipe são uma verdadeira locomotiva deste País. O Governo Bolsonaro é um exemplo de administração que o povo brasileiro hoje reconhece, tanto é que nós vemos nas fotos, nas notícias, o povo brasileiro acompanhar o Presidente em qualquer cidade em que ele esteja presente. É impossível negar tanto os números do CAGED como as fotos publicadas pelos veículos de imprensa.

E tudo isso feito apesar dos Governadores. O que os Governadores

fizeram nos anos de 2020 e 2021 eu reputo como criminoso. Só no Estado de São Paulo, mais de 200 mil restaurantes fecharam, Deputado Delegado Éder Mauro. Milhares e milhares de pessoas foram colocadas na rua pelo Governador Doria sem a menor dó.

E aí o Presidente Bolsonaro, com a sua atuação, vem, coloca a economia no eixo e faz com que o Brasil cresça. Teremos redução da inflação e teremos PIB positivo, com toda a certeza.

Mais uma vez, registro aqui meus parabéns ao Ministro da Economia, Paulo Guedes, e a toda equipe do Presidente Bolsonaro.

Obrigado, Presidente.

Documento 33/99

52.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 04/05/2022-15:56
Publ.: DCD 05/05/2022 -	EMIDINHO MADEIRA-PL -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Alocação pelo Governador do Estado de Minas Gerais, Romeu Zema, de recursos para realização de cirurgias eletivas.

O SR. EMIDINHO MADEIRA (PL - MG. Sem revisão do orador.) -
Muito obrigado, Sra. Presidente Aline Sleutjes.

Hoje é um dia muito importante nesta Casa. Quando nós formos votar o piso salarial nacional da enfermagem, nós vamos fazer justiça a uma classe que aguentou um rojão nesta pandemia e que trabalha a vida toda sem nunca receber o reconhecimento que lhe é devido. A enfermagem é que coloca a mão na massa e precisa ser reconhecida. Eu já fui diretor de hospital e sei da importância da enfermagem.

Aproveito este momento para agradecer ao Governador Romeu Zema e ao Secretário de Saúde de Minas Gerais, Fábio Baccheretti. Tivemos ontem uma reunião muito importante sobre cirurgias eletivas, e já estão sendo separados mais 300 milhões de reais para as cirurgias eletivas no Estado de Minas Gerais, podendo esse valor chegar a 500 milhões

de reais.

Obrigado, Governador. Obrigado, Secretário Fábio.

Documento 34/99

52.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 04/05/2022-15:56
Publ.: DCD 05/05/2022 -	DR. ZACHARIAS CALIL-UNIÃO -GO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Preocupação do orador com a saúde de crianças e adolescentes no Brasil. Elevado índice de alunos com sintomas de ansiedade e depressão, provocado pelo afastamento do convívio social em decorrência da pandemia de coronavírus.

O SR. DR. ZACHARIAS CALIL (UNIÃO - GO. Sem revisão do orador.) - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, hoje eu gostaria de falar sobre um tema que me tem preocupado muito, a saúde das nossas crianças e dos nossos adolescentes. Essa já era uma preocupação minha há alguns anos e, com o período da pandemia, ela se agravou muito.

Fiz um levantamento e pude ver que, em São Paulo, a Secretaria de Educação e o Instituto Ayrton Senna divulgaram uma pesquisa de 2022 que revela que 7 entre 10 estudantes da rede pública relataram sintomas de ansiedade e depressão em patamares altos durante a crise da COVID-19. De 642 mil alunos do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio que participaram do estudo, mais de 440 mil relataram problemas de saúde mental.

O Brasil foi um dos países que mais tempo passou com as escolas fechadas. Especialistas afirmam que a diminuição do convívio social, a não ser o de forma virtual, e o prolongado uso de telas são o pano de fundo dessas dificuldades. Grande parte dessas crianças desenvolveu fobia ou insegurança sobre a imprevisibilidade de interações face a face.

Há poucos dias, o País inteiro tomou conhecimento de uma crise de pânico de um aluno, em Recife. De repente, o seu pânico contagiou 26 outros alunos. Foi chamado o SAMU, vieram ambulâncias, todos os

alunos estavam passando mal. E verificaram não era um problema orgânico, e sim um estado de ansiedade, uma crise de síndrome do pânico.

Eu estive nos Estados Unidos em 1989, e vi a televisão noticiar muito que os principais problemas dos jovens americanos eram a gravidez precoce, a gravidez na adolescência, a embriaguez e o alcoolismo. Isso mudou. Agora, grande parte dos jovens americanos passou a sofrer com quadros de depressão, de ansiedade e tudo o mais. Então, nós devemos estar atentos a isso.

Como médico, eu tenho a obrigação de chegar aqui e falar da minha preocupação. Por exemplo, se você vê seu filho estudante com alterações de comportamento, crises de choro, acessos de raiva, todos esses são sinais importantes.

Temos de procurar os professores nas escolas e falar com os pais de outros alunos para sabermos como está o comportamento das crianças e compreendermos que tipo de problemas elas têm. Hoje, principalmente, os jovens ficam o tempo todo no celular, nas telas, jogando, e de repente têm que sair do ambiente familiar.

Deixo aqui o meu alerta para que os pais observem a alteração de comportamento das crianças, porque, lá na frente, isso pode chegar à automutilação, o que é muito grave. Temos de proteger a saúde mental de crianças e adolescentes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 35/99

52.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	-04/05/2022-
	CD	16:56
Publ.: DCD - 05/05/2022 - BOHN GASS-PT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 11.147, de 2018, sobre a obrigatoriedade de inclusão do símbolo mundial do autismo nas placas de sinalização de prioridade em estabelecimentos abertos ao público; bem como em veículos de transportes, repartições públicas e outros. Defesa de aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira; e do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, acerca da fixação da jornada de trabalho dos enfermeiros em 30 horas semanais. Defesa de rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto

de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), relativo ao apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural.

O SR. BOHN GASS (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Nós orientamos favoravelmente a esta diversidade, que precisa ser reconhecida. Parabéns a todos pela iniciativa!

Nós do PT queremos também reafirmar que hoje a grande vitória para o País será dizer que nós vamos cuidar de quem cuida do povo. (*Palmas.*) São os enfermeiros, as enfermeiras, as parteiras, os técnicos e os auxiliares que cuidam do povo. Eles são a alma do SUS! Nós precisamos aprovar hoje o projeto do piso salarial da enfermagem. Mais, nós também queremos a redução da jornada de trabalho para 30 horas, outra bandeira importante. (*Palmas.*)

Registramos, nestes segundinhos últimos que me restam, que, além de aprovarmos este projeto hoje, esta mobilização nacional precisa ter continuidade, para que Bolsonaro não vete este projeto. É preciso lembrar que Bolsonaro tem vetado muita coisa importante, como fez agora com o Projeto Paulo Gustavo, um projeto da área da cultura, e o veto precisa ser derrubado na sessão de amanhã.

Portanto, conto com os enfermeiros e com os técnicos de enfermagem para aprovarmos o piso salarial da categoria. Conto com a luta pela redução da jornada de trabalho e já faço o alerta para que deem continuidade à mobilização para não termos veto.

Que nós continuemos cuidando de quem cuida do povo, porque este trabalho é a alma do SUS, é a vida que dão pelo povo brasileiro!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 36/99

52.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	-04/05/2022-
	CD	18:24
Publ.: DCD - 05/05/2022 - PAULO PIMENTA-PT -RS		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para votação em separado da Emenda de Comissão nº 3, apresentada à Medida Provisória nº

1.094, de 2021, sobre a redução das alíquotas do Imposto de Renda nas operações de arrendamento leasing de aeronaves e motores. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

O SR. PAULO PIMENTA (PT - RS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a Oposição orienta "sim", e a Oposição quer aproveitar este momento para fazer a sua homenagem a todos os profissionais da enfermagem do Brasil, à sua luta.

Esse projeto é uma conquista coletiva da coragem, da resistência.

É o momento de homenagear tantos profissionais que perderam a sua vida durante a pandemia e que precisam agora ser lembrados e homenageados.

Este é um projeto do Senador Fabiano Contarato, do PT do Espírito Santo, que faz justiça, valoriza e merece o nosso apoio e aprovação.

Se Bolsonaro vetar, nós derrotamos o veto; se alguém apresentar emenda, nós derrotamos a emenda, porque hoje é o dia da aprovação e da nossa vitória!

Parabéns a todos e todas!

Documento 37/99

52.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	-04/05/2022-
	CD	21:04
Publ.: DCD - 05/05/2022 - REGINALDO LOPES-PT -MG		
CÂMARA	DOS	COMO LÍDER
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Natureza histórica da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente.

Quero iniciar a minha fala no dia de hoje registrando este fato histórico, que, na minha opinião, é o reencontro do Parlamento com o seu povo, é o reencontro desta Casa, depois de muito tempo, com uma pauta



popular, é o reencontro do Parlamento brasileiro com os profissionais que mais fizeram no enfrentamento à COVID-19, é um gesto de reconhecimento do Parlamento brasileiro, é um gesto de gratidão aos profissionais da área da enfermagem, é uma vitória feminista, porque 85% são mulheres. A ampla maioria é de negros e negras. São os profissionais da área da saúde que mais cuidam da nossa população. Talvez, de todos os procedimentos, acima de 80% sejam executados por enfermeiros e enfermeiras. Portanto, é um dia que o Parlamento deve comemorar, é um dia em que nós estamos dando ao Sistema Único Saúde e a seus profissionais melhor condição de trabalho. Estamos resgatando a dignidade de uma categoria que há mais de 30 anos reivindica o direito de ter um piso salarial. Neste Parlamento eu participei também da construção do projeto do piso salarial dos profissionais da educação. Duas ou três áreas são extremamente importantes para a vida do povo. Eu diria que a primeira com certeza é a educação, que transforma um país, uma nação. Nós consolidamos esse direito, encontramos a viabilidade orçamentária e financeira para valorizar a carreira tão importante dos educadores. Tenho orgulho de dizer que foi junto com o Presidente Lula.

Nós hoje estamos aqui reconhecendo a segunda área, das políticas públicas, tão importante como a educação, que é a dos profissionais da saúde. Mas aqueles que são os operários, aqueles que cuidam de nós do dia em que nascemos até o último dia da nossa vida, nunca tiveram um reconhecimento. Não têm jornada de trabalho e não tinham piso salarial.

Portanto, hoje ocorreu o reencontro do Parlamento com o seu povo. Esta é uma pauta superpopular, é uma pauta a favor da saúde do povo brasileiro, a favor da saúde pública, que fortalece o Sistema Único de Saúde.

É evidente que vamos encontrar o reequilíbrio orçamentário dos prestadores de serviços, das casas de saúde e dos subnacionais. É evidente. É evidente que nós temos uma luta contra o subfinanciamento do SUS, por mais recursos para o Sistema Único de Saúde, o melhor sistema do planeta Terra, um modelo exemplar para o mundo. Precisamos enfrentar o subfinanciamento, e não é por causa do piso salarial. O subfinanciamento é uma verdade histórica, infelizmente, neste País. Acredito que agora, em um segundo momento, vamos encontrar as fontes e ampliar o financiamento, em especial para as entidades filantrópicas. Mais de 1.700 hospitais prestam mais de 70% dos procedimentos de média e alta complexidade no setor da saúde, no atendimento do nosso povo, da nossa gente.

Talvez o terceiro setor seja o dos agentes da segurança pública. Portanto, esse tripé é fundamental para a reconstrução do País, para

um Estado que cuida do seu povo, para um Estado que olha para aqueles que mais precisam.

É evidente que nós avançamos na área da educação. É lógico que nós estamos falando de piso, e piso é piso, não é teto. Temos que melhorar muito a carreira dos servidores da educação, da escola básica. É evidente que também cabe mais qualidade de trabalho, que cabem mais políticas públicas e conceito novo sobre segurança pública para os nossos agentes de segurança pública.

É verdade que esta Casa tinha uma dívida, ainda tem, histórica, com a área da enfermagem, com as mulheres que cuidam do nosso povo, que têm dupla, tripla, quádrupla jornada de trabalho. Por isso, é muito justo o que nós estamos fazendo nesta noite. Esta vitória tem muito a ver com a luta e a organização do povo brasileiro. É uma mobilização que todos os partidos acolheram, mas a partir das pressões das ruas e das redes. É uma conquista de fora para dentro do Parlamento. Isso também traz alguns ensinamentos: com o povo organizado, vamos dar outra destinação ao orçamento público no País, com o povo organizado, é possível vencer o capital rentista, especulativo.

O Brasil, no século XX, foi considerado a China do século XXI - 50 anos de 7% de crescimento econômico. Nos últimos 40 anos, ressalvados os 8 anos do Presidente Lula, quando nós crescemos 4,6% em média, o Brasil cresce 1,2%. Vamos ter que fazer uma opção de país, uma opção da reindustrialização, com uma nova economia, com a bioeconomia, a economia do século XXI, e vamos ampliar a receita e gerar milhões de empregos. Mas precisamos ter um projeto de reconstrução e de transição. Esse processo de reconstrução e transição tem que incluir os profissionais da área da enfermagem. Há outros setores da área da saúde pública, como o dos médicos, por exemplo, que já têm, sim, jornada definida e um bom salário.

Mas quem executa a ampla maioria dos procedimentos não tem jornada e, até agora, não tem piso salarial.

Por isso, hoje é um dia histórico, Presidente Altineu. E todos nós aqui temos que encontrar os encaminhamentos necessários, do ponto de vista das contrapartidas aos subnacionais, às entidades privadas e entidades filantrópicas. Mas essa não deve ser uma razão para não ousarmos mudar a realidade. E é com essa ousadia, com essa esperança, que eu quero aqui parabenizar o Parlamento brasileiro e todos e todas que contribuíram para essa extraordinária vitória.

Obrigado, Presidente.

52.2022

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 04/05/2022-21:44

Publ.: DCD
05/05/2022 -

-CAPITÃO ALBERTO NETO-PL -AM

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS ENCERRAMENTO

DISCURSO
ENCAMINHADO
DISCURSO

Sumário

Apoio à aprovação do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO CAPITÃO ALBERTO NETO.

Exmo. Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, hoje, a minha fala neste plenário é direcionada aos soldados de escudo branco, os enfermeiros, os técnicos e os auxiliares de enfermagem, as parteiras.

Vocês são os verdadeiros soldados, guerreiros! Vocês são a personificação da palavra empatia! Por isso, tomo a decisão de apoiar a aprovação, aqui na Casa Legislativa, do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, que altera a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, para instituir o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira. Todos esses profissionais merecem o nosso respeito e a nossa atenção!

Ao se falar de saúde no Brasil, surgem centenas de situações carregadas de estereótipos dos mais variáveis possíveis. Não gosto de descrevê-los, pois, exatamente por serem estereótipos, não merecem crédito. O que, de fato, merece crédito é o profissional da saúde no Brasil.

No seu cotidiano, a rotina é pesada, repleta de responsabilidades e que demandam uma atenção extrema. Há de se dar atenção realmente, haja vista o momento recente que enfrentamentos de pandemia. Muitos deixaram seus lares, suas famílias e assumiram a linha de frente, oferecendo todo o suporte aos pacientes contaminados pela COVID-19 e, exaustivamente, trabalharam no combate dessa doença lastimável. Portanto, como não ter um olhar especial para esses profissionais, digo isso de todos que estão envolvidos no contexto da saúde pública e privada no Brasil. Todos merecem nosso

respeito!

O PL 2564/20, do Senador Fabiano Contarato, da REDE do Espírito Santo, propõe que esses profissionais recebam uma atualização monetária anual do piso da categoria, com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), no valor mínimo inicial de R\$ 4.750, a ser pago, nacionalmente, pelos serviços de saúde públicos e privados. Serão quase 2,6 milhões de profissionais ativos que se beneficiarão da aprovação desse projeto de lei.

Ademais, os técnicos de enfermagem, os auxiliares e as parteiras também entrarão nesse rol de evolução proporcionado por meio dessa PL. Em se tratando dessa questão monetária, a proporcionalidade caberá para os técnicos de enfermagem, 70% do piso salarial dos enfermeiros. Já para os auxiliares de enfermagem e parteiras, o percentual será o de 50%.

A previsão de um salário mais adequado para esses profissionais expande a possibilidade de qualidade de vida, de investimentos nessa área e uma busca maior de estudantes para esta área. O Brasil necessita de mais profissionais da área de saúde e o PL 2564/20 fomentará o aumento do número de vagas nas universidades e cursos técnicos de todo o País. Isso é pensar no futuro, isso é pensar na saúde, isso é pensar no Brasil!

Solicito a divulgação deste discurso pelos meios de comunicação da Câmara dos Deputados e no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado.

Documento 39/99

53.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	05/05/2022-09:24
Publ.: DCD 06/05/2022 -	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização no País, em 1º de maio, de manifestações em defesa dos direitos trabalhistas e pelo afastamento do Presidente Jair Bolsonaro. Transcurso do 46º aniversário de fundação do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, (Bio-Manguinhos), da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, no Rio de Janeiro,

Estado do Rio de Janeiro. Importância da sua atuação no combate à pandemia de coronavírus. Não realização pelo Governo Federal de investimentos em pesquisas, investigações e diagnósticos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje é um dia especial em minha memória, porque no dia 1º de Maio trabalhadores e trabalhadoras foram para as ruas reivindicar os seus direitos e manifestar o quanto desejam ver fora este Presidente que aí está.

Também ficará em minha memória que o Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos Bio-Manguinhos, da FIOCRUZ, fez ontem 46 anos e tem dignificado este País como a instituição que mais fez vacinas e mais diagnósticos realizou em relação a várias situações que teve que enfrentar, como a poliomielite, o zika e tantas outras. Mas eu vejo que o desafio dele foi exatamente em 2020, quando tivemos a pandemia do coronavírus. Foi exatamente esse instituto que muito antes dessa previsão já colocava a importância de termos criado algo que pudesse ajudar nos testes para a população.

Pois bem, ele criou o genoma em 40 dias, para que não só para a população do Estado do Rio de Janeiro, onde ele se situa, mas o Estado brasileiro pudesse ter mais uma vez nessa instituição respeitável o apoio para que o Brasil continuasse nas suas pesquisas, nos seus diagnósticos, porque sabemos que muita coisa virá após isso.

Sr. Presidente, o que nós estamos vendo, e aconteceu exatamente na pandemia esse grande momento, é que as nossas instituições foram qualificadas, capazes de fazer esses enfrentamentos e dar resposta para a população. No entanto, nós não vimos o grande investimento que foi feito no Governo Lula, com relação às pesquisas, às investigações, aos diagnósticos. A cada dia, nós encontramos uma doença que tem assolado o povo brasileiro, que é o câncer, para o qual, até agora, existe um tratamento agressivo, pura e simplesmente, mas não há uma pesquisa aprofundada para que realmente se possa dar à população brasileira a tranquilidade de um diagnóstico precoce.

Então, é importante estar aqui dizendo aos funcionários, aos profissionais do instituto: Parabéns! Parabéns! Parabéns!

É o que temos a dizer nesta manhã.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

E agradeço ao meu colega que deixou que eu me antecipasse a ele. Obrigada.

53.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/05/2022- CD	10:12
Publ.: DCD - 06/05/2022 - ADRIANA VENTURA-NOVO -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Vereador Fernando Holiday, da Câmara Municipal de São Paulo, pela apresentação de denúncia de corrupção envolvendo emendas orçamentárias. Desafio do Congresso Nacional e dos governantes de recuperação da aprendizagem do alunato da escola pública atingido pela pandemia de coronavírus.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente.

Caros colegas, eu subo a esta tribuna para falar sobre dois assuntos relevantes.

Primeiro, eu gostaria de parabenizar aqui o nosso Vereador Fernando Holiday, da Câmara Municipal de São Paulo, pela coragem de denunciar uma proposta para envolvimento num caso de corrupção envolvendo emendas parlamentares, envolvendo dinheiro do cidadão, que é desviado para bancar luxo e propina de Parlamentares.

Então, eu quero aqui parabenizar o nosso Vereador pela firmeza, pelo propósito, por ir contra um sistema podre e corrupto.

Nós, aqui da bancada federal, afirmamos que é um orgulho ter um Vereador que vai contra um sistema podre, uma vez que, em nosso País, temos visto muitos retrocessos no combate à corrupção nesta legislatura, como essa prisão após condenação em segunda instância que não caminha, o fim do foro privilegiado que não caminha, cada vez mais protegendo bandido, cada vez mais deixando bandido solto na rua, cada vez mais protegendo quem deveria estar preso há muito tempo. Então, é bonito ver a atitude de um jovem que vai contra o sistema, que denuncia e que tem essa coragem. Por isso, ele tem todo o nosso apoio. E eu espero que isso inspire outros Parlamentares, que isso inspire outras pessoas que sabem o que acontece, e são caladas - quem cala consente, compactua.

E o outro assunto que eu quero trazer aqui, Sr. Presidente, é o problema das nossas escolas. Nós sabemos que durante a pandemia, quase 2 anos, as nossas crianças das escolas públicas - as que mais

precisam ter igualdade de oportunidade e bom ensino - não participaram de aulas, ficaram 2 anos sem aula, sem aprendizagem.

Então, nós temos agora que recuperar esse tempo perdido. E os resultados são alarmantes, não só das décadas de regressão, mas também do SARESP.

O resultado do SARESP mostrou que os alunos desaprenderam, retrocederam 5 anos ou 6 anos em relação ao que sabiam antes da pandemia. Isso é um absurdo! Eu acho que agora o trabalho dos Governos, dos Municípios, de cada ente federado e deste Congresso é recuperar a aprendizagem dessas crianças.

Eu li uma notícia no jornal que dizia que crise de ansiedade em adolescente e em criança desafia famílias e escolas. Como as crianças deixaram de conviver, elas estão com estresse, com depressão há muito tempo. Isso é gravíssimo!

Então, o esforço agora deste Congresso é virar os olhos para as nossas crianças, para os nossos adolescentes, para que não tenhamos mais de uma geração perdida, não tenhamos mais problemas de suicídio, mais problemas de falta de oportunidade. Cada vez mais, o abismo entre o ensino público e o privado aumenta.

Obrigada, Sr. Presidente.

Documento 41/99

53.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	05/05/2022-10:52
Publ.: DCD 06/05/2022 -	- MERLONG SOLANO-PT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Quadro de fome, carestia e insegurança alimentar reinante no País. Fortalecimento da agricultura familiar. Abandono, pelo Presidente da República, das instituições brasileiras de pesquisa. Fortalecimento das universidades públicas e dos órgãos de fomento à difusão de tecnologia. Reativação do Programa de Aquisição de Alimentos e do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Retomada da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB. Desenvolvimento de pesquisas voltadas à produção de alimentos, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. Implementação da Lei nº 14.275, de 2021, (Lei Assis Carvalho II), sobre as medidas emergenciais de amparo à agricultura familiar, para

mitigação dos impactos socioeconômicos decorrentes da Covid-19.

O SR. MERLONG SOLANO (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, eu hoje quero tratar aqui da segurança alimentar.

Depois de muito trabalho, de muita coordenação e decisão, nós conseguimos tirar o Brasil do *Mapa da Fome*. Para isso, foi preciso um trabalho integrado: de apoio à agricultura familiar, de apoio à pesquisa e a instituições de difusão de tecnologias; linhas e programas específicos voltados para a produção de alimentos e a distribuição desses alimentos; e organização de uma política de estoques reguladores, através da CONAB. Isso tudo foi abandonado, Sr. Presidente, infelizmente, e o Brasil está, de novo, de volta, ao *Mapa da Fome*, já há algum tempo. Com esta enorme inflação no preço dos alimentos que está rondando o nosso País, que faz com que o preço dos alimentos suba mais do que a média dos preços, a quantidade de pessoas em situação de insegurança alimentar aumenta a cada dia. Há insegurança alimentar moderada, há insegurança alimentar média e até insegurança alimentar grave, quer dizer, fome.

O caminho que nós precisamos trilhar, Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, é o do fortalecimento da agricultura familiar, não é o do abandono das instituições de pesquisa deste País. Com *fake news*, o Presidente da República diz que as universidades que fazem pesquisas no Brasil são as privadas. Não. É preciso fortalecer instituições como as universidades públicas, a EMBRAPA, os órgãos de fomento à difusão de tecnologia. É preciso adotar programas direcionados, como o Programa de Aquisição de Alimentos. É preciso fortalecer a merenda escolar. É preciso promover o retorno da CONAB, como órgão capaz de instituir importantes estoques reguladores. A EMBRAPA precisa desenvolver pesquisas cada vez mais adaptadas à produção de alimentos. É preciso colocar em prática a lei de apoio à agricultura familiar, a Lei Assis Carvalho. Este é o caminho.

Nós podemos marchar, Sr. Presidente e colegas Deputados, para uma situação de grave crise alimentar, que atingirá inclusive setores médios da sociedade. Para interromper esse caminho, o Brasil precisa de investimento na agricultura familiar, de investimento em pesquisa e também de estoques reguladores de alimentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela atenção. Peço que este pronunciamento seja divulgado pelos órgãos de comunicação desta Casa.

53.2022 Sessão Deliberativa Extraordinária - 05/05/2022-
CD 13:40

Publ.: DCD - 06/05/2022 - VIVI REIS-PSOL -PA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Acerto da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, sobre a instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Defesa de aprovação do Projeto de Lei nº 2.295, de 2000, acerca da fixação da jornada de trabalho dos profissionais da enfermagem em 30 horas semanais. Importância da votação pela Casa de proposições de interesse das demais categorias e do povo brasileiro.

A SRA. VIVI REIS (PSOL - PA. Como Líder. Sem revisão da oradora.)
- Antes que eu esqueça, solicito que a minha fala seja compartilhada também no programa *A Voz do Brasil*.

Ontem nós tivemos aqui um momento histórico, a aprovação do piso salarial da enfermagem. E eu quero aqui dar destaque para esse momento e afirmar que a aprovação do piso salarial nacional da enfermagem deve servir de inspiração para diversas categorias, como a minha, que sou fisioterapeuta, para terapeutas ocupacionais, nutricionistas, biomédicos e diversos outros profissionais de saúde, que estiveram, nesse momento tão trágico da conjuntura brasileira, nesse momento da pandemia, na linha de frente de combate à COVID-19.

Neste País nós temos, de um lado, um Presidente negacionista, genocida, antipovo, que não permitiu que a vacina chegasse com a rapidez que deveria ter chegado ao povo brasileiro, que praticou uma política contra as vidas. Do outro lado, nós temos um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras que carregaram nas suas costas, com muita força, muita bravura, comprometimento e dedicação, o cuidado com a saúde, com a vida dos brasileiros e brasileiras. Esses profissionais merecem respeito, dignidade, valorização. E o piso salarial é importantíssimo para que se garanta esse direito aos trabalhadores e trabalhadoras da saúde.

E, assim como a enfermagem conquistou a sua vitória do piso, nós temos muitas outras lutas a serem conquistadas, como as 30 horas da enfermagem.

Aqui neste plenário, nós também aprovamos a PEC que garante o piso salarial dos ACS e ACE, que no Senado Federal também já foi aprovada. Agora nós temos que avançar junto com diversas categorias.

Que esta Casa possa seguir pautando projetos que sejam em benefício do povo e das categorias profissionais, porque a maioria dos projetos que passam por aqui não o são. Que nós possamos ter vitórias e, de fato, representar a luta de um conjunto de trabalhadores e trabalhadoras da saúde que merecem dignidade, respeito e piso salarial digno.

Documento 43/99

53.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária -05/05/2022- CD 13:44
Publ.: DCD - 06/05/2022 - HENRIQUE FONTANA-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Despreparo do Presidente Jair Bolsonaro para comando do País. Resultados nefastos da política econômica adotada pelo Governo Federal. Escalada do desemprego e dos índices inflacionários. Conduta criminosa do Presidente da República no enfrentamento da pandemia de coronavírus. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Desestruturação, pelo Presidente Jair Bolsonaro, do sistema brasileiro de proteção ambiental. Desmatamento e prática de garimpagem ilegal em terras indígenas. Descrédito do Brasil no cenário internacional. Envolvimento com milícias digitais e prática de mentiras pelo Chefe da Nação. Necessidade de esclarecimento, pelo Senador Flávio Bolsonaro, da origem dos recursos da compra da mansão de 6 milhões de reais no Distrito Federal. Atuação do Procurador-Geral da República como escudo de proteção do Presidente Jair Bolsonaro. Utilização, pelo Chefe do Poder Executivo, da religiosidade do povo brasileiro para fins eleiçoeiros.

O SR. HENRIQUE FONTANA (PT - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobre Deputado Felício Laterça, é uma honra falar sob a Presidência de V.Exa.

Srs. Deputados, Sras. Deputadas e povo brasileiro, que acompanha com muita preocupação o cenário político, econômico e social do nosso País, infelizmente, o Brasil paga um preço cada vez mais alto, Deputada Carmen Zanotto, pela eleição de uma pessoa totalmente despreparada para governar o nosso País.

Qual é o balanço sintético do Governo Bolsonaro e o impacto, o prejuízo que este Governo causa na vida de cada um dos brasileiros e de cada uma das brasileiras?

Se fosse resumir em alguns itens, em primeiro lugar, é um Governo que agravou profundamente a crise econômica do País, permitiu uma



política econômica que descontrolou a inflação. Hoje o Brasil tem a maior taxa de inflação dos últimos 28 anos, Presidente Felício Laterça. É a maior inflação dos últimos 28 anos. Esse é o resultado da política econômica conduzida por Bolsonaro.

Para além dessa inflação descontrolada, o conjunto de conflitos permanentes que o Presidente Bolsonaro insiste em produzir no País leva a um desarranjo a economia brasileira, leva a uma instabilidade econômica profunda. O Brasil hoje vive a realidade de ser um dos dez países com maior nível de desemprego do mundo. Vejam que eu digo sempre que a pandemia atingiu a todos os países, mas é aqui, no Brasil de Bolsonaro, que se consegue chegar a esta triste marca de ser um dos dez países com a maior taxa de desemprego do mundo.

O Presidente conduziu de forma irresponsável e criminosa o enfrentamento da pandemia. Ele incentivou aglomerações; ele procurou desqualificar as determinações da ciência para proteger a vida do nosso povo; ele fez campanha contra as vacinas; ele atrasou a compra de vacinas; ele contestou o uso de máscaras. Tudo que ele fez durante a pandemia foi para atrapalhar os profissionais de saúde, a ciência e todos nós brasileiros, que lutávamos, com Governadores, Prefeitos e profissionais de saúde, para controlar a pandemia.

É seguro falar desta tribuna que centenas de milhares de mortes de brasileiros e brasileiras foram causadas por Jair Bolsonaro e pelo seu Governo, que conduziu com toda essa irresponsabilidade o enfrentamento da pandemia.

Esta crise econômica e este desgoverno devolveram o Brasil para o Mapa da Fome. Hoje, 19 milhões de brasileiros passam fome grave e 116 milhões de brasileiros vivem em situação de restrição alimentar, que precisa ser enfrentada. O Brasil de Bolsonaro é o Brasil da fila do osso, é o Brasil de um povo empobrecido, de um povo que passa fome e de um povo que perde esperanças num futuro melhor.

E ele vai além. Este balanço que estes poucos minutos não me permitem fazer de forma completa encontra a política ambiental, com a qual Bolsonaro metodicamente desestruturou o sistema de proteção ambiental brasileiro. Hoje, grassa, amplia-se a cada dia o desmatamento de terras indígenas, a tentativa de abrir espaço ainda maior para o garimpo em terras de preservação.

O Brasil é um país desrespeitado no mundo inteiro. Esse é o sexto grande impacto negativo deste Governo, deste desgoverno Bolsonaro. O Brasil não é ouvido por mais ninguém; o Brasil não influencia mais nada; o Brasil perdeu a sua capacidade. O Brasil, que é um país enorme, que pode ter muita influência no cenário internacional, virou, como dizem analistas bastante criteriosos, um pária nas relações

internacionais.

Mas este Governo é bom em uma coisa. Este Governo é o Governo da mentira. Este Governo é o Governo das milícias digitais. Este Governo é o Governo que protege amigos. Uma das grandes prioridades de Bolsonaro é, permanentemente, usar a caneta de Presidente da República para coibir investigações, para perseguir quem investiga seus amigos e, muito especialmente, quem investiga os seus filhos e a própria família de Bolsonaro.

Digo desta tribuna que o Senador Flávio Bolsonaro deve explicações ao País, porque, com o salário que ele recebe, jamais poderia ter comprado uma mansão em Brasília que vale mais de 6 milhões de reais. Essa foi uma compra claramente marcada pela lavagem de dinheiro e pela ilegalidade. E o Senador Flávio Bolsonaro até hoje não mostrou as fontes de onde vieram esses 6 milhões.

Bolsonaro, nessa cruzada para desestruturar os mecanismos de investigação no País, chegou ao ponto de escolher um Procurador-Geral da República que não estava na lista tríplice e que hoje é um dos grandes esteios de proteção infelizmente a Bolsonaro.

Por fim, Sr. Presidente, ele usa essa rede de mentiras, essa fábrica de ódios e de intolerância, tenta se apropriar da bandeira de todos os brasileiros como se fosse uma bandeira do seu próprio partido, tenta instrumentalizar a fé religiosa do nosso povo para alimentar a sua estrutura de poder. É isso que faz Bolsonaro quando tenta confundir parcela da nossa opinião pública brasileira, que tem as suas convicções religiosas de que ele seria aquele que estaria do lado de Deus e os seus adversários estariam do lado contrário.

Eu peço 30 segundos para concluir, Sr. Presidente. Essa instrumentalização da Pátria e o uso da religiosidade dos brasileiros, o que desrespeita as convicções religiosas do povo, com a finalidade política de alimentar o seu projeto de poder é outra das questões fundamentais que me leva a pedir a todos os brasileiros o seguinte: vamos virar a página do bolsonarismo e de Bolsonaro!

Documento 44/99

53.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	05/05/2022-14:08
Publ.: DCD 06/05/2022 -	LUIZ LIMA-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO		DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO



Sumário

Sinais de retomada do crescimento econômico brasileiro.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA.

Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados, hoje gostaria de destacar mais um forte indicativo da retomada econômica do País e que nos dá uma grande esperança em relação ao nosso futuro.

Nesta semana foi divulgado que o Brasil registrou, em março, um consumo de energia recorde, com o maior índice já registrado na medição da Empresa de Pesquisa Energética - EPE. O levantamento é feito pelo órgão federal desde 2004.

Em março, foram consumidos 44.101 gigawatts-hora, o que representa um aumento geral de 1,6% em relação ao mesmo período do ano passado.

O levantamento registrou crescimento nos dois itens analisados, que compõem o consumo total: 0,8% no mercado cativo, do consumidor regulado comum, e de 3% no mercado livre, no qual geradores e distribuidores negociam diretamente com os consumidores.

Isso tudo segue em linha com as previsões do Ministério da Economia.

O resultado do PIB - Produto Interno Bruto em 2021 mostra que o Brasil registrou uma retomada em V após a pandemia de COVID-19, já disse a Secretaria de Política Econômica do Ministério da Economia, ao avaliar que a atividade em 2022 deve crescer mais do que o projetado atualmente pelo mercado.

Em nota informativa, a Pasta afirmou que a variação do PIB brasileiro acumulado no período de 2020 e 2021 foi maior do que o de todos os países do G-7, exceto os Estados Unidos.

Nesta sexta-feira, o IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística informou que o PIB do Brasil cresceu 4,6% em 2021, a maior taxa desde 2010, recuperando as perdas da pandemia de COVID-19.

O documento destacou que a economia do País se recuperou mesmo

em meio a uma série de choques adversos globais e locais.

Além da pandemia e dos gargalos no fornecimento de algumas cadeias globais de produção, que afetaram negativamente o crescimento econômico mundial, o Brasil ainda se defrontou com dois outros choques negativos de oferta: a maior crise hídrica em quase 100 anos e o revés climático que afetou diferentes segmentos do setor agropecuário.

Vamos com tudo! Forte abraço.

Documento 45/99

53.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	05/05/2022-14:08
Publ.: DCD 06/05/2022 -	RUBENS PEREIRA JÚNIOR-PT -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO	

Sumário

Repúdio ao Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, acerca da instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Perseguição do Presidente Jair Bolsonaro à cultura brasileira.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO RUBENS PEREIRA JÚNIOR.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nos termos do Regimento Interno, e dada a impossibilidade de leitura em plenário, solicito a V.Exa. seja dado como lido, para efeito de registro nos Anais desta Casa, este discurso de minha autoria.

Após o veto à Lei Paulo Gustavo, o Presidente da República vetou também a Lei Aldir Blanc 2. A perseguição ao setor cultural é real. O Presidente é inimigo da cultura!

O veto à Lei Aldir Blanc 2 foi publicado hoje, quinta-feira, no *Diário Oficial da União*. A lei institui a Política Nacional de Fomento à Cultura,

com repasses anuais de R\$ 3 bilhões da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios para ações no setor cultural. O Governo alega que a Lei Aldir Blanc 2 é inconstitucional e contraria o interesse público. Sabemos que é mentira.

O setor cultural foi um dos mais impactados pela pandemia! A Lei Aldir Blanc 2, de autoria da Deputada Jandira Feghali, teria vigência de 5 anos. Ela propõe apoio permanente aos trabalhadores do setor cultural por meio de editais, chamadas públicas, prêmios, compra de bens e serviços, cursos e outras atividades.

O orçamento anual de R\$ 3 bilhões da Lei Aldir Blanc seria dividido entre os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. O rateio desses entes iria seguir dois critérios: 20% de acordo com os índices atuais dos Fundos de Participação dos Estados - FPE e dos Municípios - FPM, conforme o caso; e 80% proporcionalmente à população.

A sessão de hoje que analisaria os vetos presidenciais foi cancelada, infelizmente. O veto do mês passado à Lei Paulo Gustavo, de autoria do Senador Paulo Rocha, do PT do Pará, seria apreciado hoje pelos Deputados e, com certeza, seria derrubado. A lei é uma homenagem ao ator e comediante que morreu em maio do ano passado, vítima da COVID-19. Pela proposta, seriam destinados R\$ 3,86 bilhões para ajudar o setor cultural a se recuperar da crise causada pela pandemia de COVID-19.

Enquanto o Governo Federal persegue a cultura do Brasil, um de seus principais patrimônios, o Congresso reverte as decisões erradas tomadas pelo Presidente. É importante lembrar como a divulgação de *fake news* durante as últimas eleições beneficia até hoje o Presidente.

Apesar da perseguição, a cultura é resistência e está viva em todos os cantos do País. Não há como destruí-la, porque o Brasil não existe sem a cultura brasileira. Vai ter resistência, sempre!

Era o que tinha a dizer.

Documento 46/99

53.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 05/05/2022-14:08
Publ.: DCD 06/05/2022 -	- CARMEN ZANOTTO-CIDADANIA -SC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO

Sumário

Transcurso do 46º aniversário de criação do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos), da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Relevância dos trabalhos sanitários desenvolvidos pelo órgão. Lançamento da versão digital do Dossiê Temático Mulheres e Meninas na Ciência, pela Coordenação de Divulgação Científica, vinculada à FIOCRUZ.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELA SRA. DEPUTADA CARMEN ZANOTTO.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a história do Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos, o Bio-Manguinhos, fundado no dia 4 de maio de 1976, está estreitamente ligada à da Fundação Oswaldo Cruz, por ser uma das suas unidades técnico-científicas - passou a ser uma unidade técnico-científica independente voltada à promoção, ao desenvolvimento e à produção de imunobiológicos de interesse para a saúde pública.

Desde sua criação, Bio-Manguinhos evoluiu de um conjunto de pequenos laboratórios de febre tifóide, cólera, meningite e febre amarela, projetados para pesquisa, para um complexo industrial e tecnológico de imunobiológicos dos mais importantes da América do Sul.

Bio-Manguinhos tem grande responsabilidade nesse objetivo, uma vez que é a unidade voltada à promoção, ao desenvolvimento e à produção de imunobiológicos de interesse para a população brasileira.

Tem atuação destacada no cenário internacional pela exportação do excedente de sua produção para mais de 70 países, através da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e do UNICEF, mas não só por isso. Desde 2001, o Instituto é pré-qualificado junto à Organização Mundial da Saúde (OMS) para o fornecimento da vacina contra a febre amarela e, em 2008, para a vacina meningocócica AC para agências das Nações Unidas.

E as ações conjuntas não se restringem ao fornecimento de medicamentos para os programas de saúde internacionais, mas englobam intercâmbio de experiências e informações, eventos técnico-

científicos, parcerias e cooperação.

Economia aos cofres públicos

A oferta, por parte de Bio-Manguinhos, de vacinas, biofármacos e reativos para diagnóstico ao Sistema Único de Saúde (SUS) materializa a racionalidade do uso dos recursos financeiros do Estado brasileiro na busca pela garantia e ampliação da oferta de produtos de alto valor agregado.

No caso das vacinas, estudo publicado na *Health Affairs* por pesquisadores da Johns Hopkins University (EUA) examinou a economia obtida com programas de vacinação para os sistemas de saúde e comparou os custos desses programas com os da medicalização, caso as vacinas não fossem aplicadas - custos de tratamento, custos de transporte, pagamentos a cuidadores e perdas em produtividade -, e também calculou os benefícios mais amplos da vacinação. Concluiu o estudo que a economia é de US\$ 16 economizados para cada US\$ 1 investido em vacinas.

Em relação aos biofármacos, em 2017 o Ministério da Saúde ressaltou que os medicamentos biológicos representam 4% da quantidade de fármacos distribuídos pelo SUS e 51% do orçamento da compra; que, entre 2010 e 2017, a economia para os cofres públicos através das PDPs havia somado R\$ 5,2 bilhões e que, para alguns medicamentos biológicos, a economia alcançava até 70%.

Fortalecimento da cadeia produtiva de produtos de saúde

Desde sua criação, Bio-Manguinhos colabora para que o Brasil ultrapasse o desafio da produção de produtos biológicos para a saúde, dando sua contribuição para que se estabeleça uma cadeia produtiva do segmento. Na estruturação atual da indústria farmacêutica global, é crescente a importância de dominar a rota biotecnológica - medicamentos biológicos têm aumentado seu percentual de participação no mercado farmacêutico -, e Bio-Manguinhos desempenha papel estratégico para isto no Brasil.

Desde a confirmação do surgimento do novo coronavírus (SARS-CoV-2), o causador da COVID-19, e mesmo antes de ele chegar ao Brasil, Bio-Manguinhos/FIOCRUZ já atuava para oferecer à população brasileira soluções para o enfrentamento da emergência sanitária.

Coronavírus

Em janeiro de 2020, o instituto iniciou estudos para o desenvolvimento de uma vacina própria; em março, já estava entregando *kits* de diagnóstico molecular para o Sars-CoV-2; e começou trabalho de

prospecção tecnológica para identificar os projetos de vacina em estágio mais avançado, a fim de oferecer o imunizante à população brasileira, através de acordo, enquanto seus projetos de desenvolvimento de imunobiológicos seguem internamente, junto com outras atividades de apoio ao SUS.

Em conjunto com o Ministério da Saúde (MS), definiu a vacina para o novo coronavírus desenvolvida pela Universidade de Oxford como a melhor alternativa para o estabelecimento da produção no Brasil, por meio da parceria com a biofarmacêutica AstraZeneca.

Vacina 100% Nacional contra SARS-CoV-2

No começo deste ano, a ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) aprovou a inclusão do insumo farmacêutico ativo (IFA) fabricado por Bio-Manguinhos/FIOCRUZ na fabricação da vacina da AstraZeneca contra a COVID-19. Essa decisão representa um importante avanço para a ciência brasileira, uma vez que o País terá uma vacina 100% nacional, com todas as etapas de produção realizadas no Brasil.

Dossiê temático das Mulheres e Meninas na Ciência

Neste clima de comemorações, quero parabenizar também a Coordenação de Divulgação Científica, vinculada à Vice-Presidência de Educação, Informação e Comunicação da FIOCRUZ (VPEIC), que lançou a versão digital do *Dossiê Temático Mulheres e Meninas na Ciência*, que compõe o conjunto de ações da política interna de incentivo à maior participação de mulheres e meninas em um ambiente institucional cada vez mais diverso e plural. A publicação reúne textos extraídos de vivências, depoimentos, entrevistas realizadas ao longo dos últimos 4 anos (2019-2022) e conta com a participação significativa de mulheres em espaços de liderança, pesquisa, educação e em áreas essenciais e estratégicas como a comunicação, a informação, a assistência e o planejamento e gestão em saúde.

Segundo as organizadoras, parte dos textos foi editada a partir de conferências, seminários e debates institucionais fundamentais para o avanço na consolidação do Programa Fiocruz Mulheres e Meninas na Ciência, refletindo em boa medida as ações e os projetos em desenvolvimento na instituição, que são os seguintes: em 2019, o Dia Internacional das Mulheres e Meninas na Ciência, 11 de fevereiro, passou a integrar o calendário de eventos da FIOCRUZ; no mesmo ano, foi criado o Grupo de Trabalho Mulheres e Meninas na Ciência, com o objetivo de propor e coordenar ações de incentivo à participação delas na instituição. O dossiê se alinha ainda às diretrizes do Fórum de Divulgação Científica com foco na redução das iniquidades regionais

brasileiras.

Esta Casa, Srs. Deputados, e o Brasil têm compromisso com esta histórica instituição, que, por meio de suas atividades-fim, vem expandindo a pesquisa e promovendo a saúde pública brasileira.

Estes 46 anos de muitas conquistas são fruto do conjunto de homens e mulheres, cientistas, que se dedicam à instituição, junto às demais equipes que a compõem.

Em nome da Dra. Nísia Trindade Lima, Presidente da FIOCRUZ, e do Dr. Mauricio Zuma Medeiros, Diretor de Bio-Manguinhos, nossos aplausos e eterno reconhecimento!

Peço que o presente pronunciamento seja registrado nos Anais desta Casa e divulgado no Programa *A Voz do Brasil*.

Documento 47/99

57.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	10/05/2022-14:52
Publ.: DCD 11/05/2022 -	- GIOVANI CHERINI-PL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Visita do Presidente Jair Bolsonaro aos Municípios de Planalto e Santa Rosa, no Estado do Rio Grande do Sul. Relevância das ações de combate à pandemia de coronavírus e seus efeitos, adotadas pelo Presidente da República. Recorde alcançado pelo Brasil na vacinação contra a doença. Importância da criação do auxílio emergencial de 600 reais, do Auxílio Brasil e de programas de amparo às empresas e aos trabalhadores brasileiros. Lucratividade de empresas estatais no Governo Jair Bolsonaro. Geração de novos empregos formais no Brasil. Confiança na reeleição do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. GIOVANI CHERINI (PL - RS. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Parlamentares, como Vice-Líder do Governo Bolsonaro nesta Casa, eu fiquei muito feliz com mais uma ida do Presidente Bolsonaro ao Rio Grande do Sul.

O Presidente foi muito bem recebido no Município de Planalto e depois no Município de Santa Rosa porque fez tudo que pode durante a

pandemia: resolveu o problema dos empresários que estavam perdendo o poder de compra, o poder do emprego; resolveu a questão dos agricultores apesar de nesta Casa nós temos um coro de gente defendendo que era para ficar todo mundo em casa e pensar na economia depois. Agora, esses são os mesmos que fazem cara de paisagem aqui cobrando preço disso e preço daquilo. Mas, infelizmente, todo mundo ficou em casa esperando a morte chegar, e isso foi alertado pelo Presidente Bolsonaro.

O Brasil foi o que mais vacinou. O Brasil foi o que mais pagou para que as pessoas ficassem em casa: 600 reais de auxílio emergencial. Agora, há o Auxílio Brasil de 400 reais, o PRONAMPE, o BEM. Todos esses programas foram feitos para salvar a população brasileira.

E, pela primeira vez na história, as estatais estão dando lucro, porque era tudo mandado para a Venezuela, África, Cuba. Agora, não. Aliás, eles até ficam aqui com aquele jeito dizendo: *"Mas como está dando tanto lucro?"* E havia prejuízo e ainda desvios, porque todos foram para a cadeia. Os Presidentes de todas as estatais foram parar na cadeia, o da ELETROBRAS, o da PETROBRAS. Todos pararam na cadeia.

Dizem aqui que o Brasil precisa melhorar a economia. Não temos dúvida disso e estamos no caminho certo. O Governo Bolsonaro já gerou 4 milhões e 500 mil empregos graças ao nosso Ministro Onyx Lorenzoni, que é o pré-candidato a Governador do nosso Estado, e ao Presidente Jair Bolsonaro com certeza.

O pessoal da Oposição já sentiu que o Presidente Bolsonaro vai ficar mais 4 anos como Presidente da República. Já sentiram isso e estão agora aqui tentando o tempo todo desmobilizar.

Eu lanço um grande desafio aqui neste plenário: Lula, venha para a rua. O povo quer vê-lo. O Presidente Bolsonaro nunca saiu das ruas. Ele vai continuar mostrando para o povo brasileiro que ele é um homem simples, um homem humilde, que fala a verdade e que tem, acima de tudo, um governo honesto e um trabalho de honestidade pelo Brasil.

Viva o Bolsonaro! Vivam mais 4 anos de Governo, porque vamos estar lá!

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.038, de 2021, conforme o Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PTB - ES. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, peço autorização para ir direto ao voto.

"O art. 2º, § 6º, da Resolução nº 1, de 2002-CN, que dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o art. 62 da Constituição Federal (CF), estabelece que compete à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO o exame e a emissão de parecer à medida provisória que abra crédito extraordinário, conforme os arts. 62 e 167, § 3º, da CF.

Consoante o *caput* do art. 5º da citada resolução, a Comissão deve emitir parecer único, manifestando-se sobre a matéria, em itens separados, quanto aos aspectos constitucionais, inclusive sobre os pressupostos de relevância e urgência, de mérito, de adequação financeira e orçamentária e sobre o cumprimento da exigência prevista no § 1º do art. 2º, os quais se passa a examinar.

O art. 62 da Constituição Federal estabelece que, em caso de relevância e urgência, o Presidente da República poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato ao Congresso Nacional. Por sua vez, o art. 167, § 3º, prevê que a abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender a despesas imprevisíveis e urgentes, como as decorrentes de guerra, comoção interna ou calamidade pública, observado o disposto no art. 62.

Com base nos dispositivos constitucionais citados no parágrafo anterior, podemos afirmar que as medidas provisórias de créditos extraordinários devem atender aos pressupostos de relevância, urgência e imprevisibilidade.

Todavia, a Exposição de Motivos (EM) destaca que o crédito trata de despesas de vacinação contra a COVID-19 e, nos termos do § 4º do art. 4º da Emenda Constitucional nº 113, de 2021, a abertura de créditos extraordinários com tais finalidades dar-se-á independentemente da observância dos requisitos de imprevisibilidade e urgência durante o exercício de 2021.

Quanto à relevância, o expediente esclarece que:

14. A relevância, por sua vez, deve-se à necessidade de garantir a aquisição, produção e o fornecimento de vacinas, visando mitigar ao máximo os danos causados pela pandemia à saúde da população brasileira.

Pelas razões apresentadas na exposição de motivos que acompanhou a MP 1.083/21, posicionamo-nos por considerar atendidos os pressupostos constitucionais.

Por seu turno, a autorização contida no art. 2º da medida provisória para a contratação de crédito é albergada pelo art. 165, § 8º, da Constituição, que inclui referida matéria como exceção ao princípio da exclusividade orçamentária, segundo o qual a Lei Orçamentária Anual não deve conter dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa.

Ressalte-se que a Medida Provisória nº 1.083, de 2021, está vazada em boa técnica legislativa, obedece aos devidos trâmites legislativos, não afronta o ordenamento jurídico vigente e respeita os balizamentos constitucionais próprios a esse instrumento legislativo, consignados no já referido art. 62 da CF.

Com efeito, no que tange aos demais aspectos atinentes à constitucionalidade, não há reparos a fazer. O Senhor Presidente da República exercitou a prerrogativa que lhe confere o art. 62 da Carta Magna, ao editar a medida provisória, cujo objeto não incorre nas limitações materiais constantes do inciso I do § 1º do mesmo dispositivo, e ao submetê-la à deliberação do Congresso Nacional. A proposição não se enquadra também nas hipóteses dos seus incisos II a IV; não se destina a regulamentar dispositivo da Constituição cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda, respeitando-se, dessa forma, a vedação expressa no art. 246 da Constituição Federal; e tampouco representa reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada ou que tenha perdido a sua eficácia por decurso de prazo (art. 62, § 10, CF).

Restam assim demonstradas a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Medida Provisória nº 1.083, de 2021.

Da Compatibilidade e Adequação Orçamentária e Financeira

A Resolução nº 1, de 2002 - CN estabelece, em seu art. 5º, § 1º, que o exame de compatibilidade e adequação orçamentária e financeira das medidas provisórias abrange a análise da repercussão sobre a receita ou a despesa pública da União e da implicação quanto ao atendimento às normas orçamentárias e financeiras vigentes, em especial a

conformidade com a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária da União.

Para que se proceda a esse exame, deve-se observar que os créditos extraordinários, pelas circunstâncias excepcionais que os justificam, recebem tratamento diferenciado no ordenamento jurídico nacional, a saber:

1. Nos termos do art. 107, § 6º, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, os créditos extraordinários não se sujeitam ao Novo Regime Fiscal, que instituiu os chamados 'tetos de gasto';
2. Conforme se depreende do disposto no inciso V do art. 167 da Constituição, os créditos extraordinários estão dispensados da indicação da origem de recursos no ato de sua abertura;
3. A MPV impacta o resultado nominal ou primário, na medida em que autoriza despesa primária. Contudo, aplica-se à MP 1.083/21 o disposto no inciso I do § 2º do art. 2º da Lei nº 14.116, de 2020 - LDO 2021. Não serão contabilizados na meta de resultado primário de que trata este artigo os créditos extraordinários voltados a despesas com ações e serviços públicos de saúde, desde que identificadas em categoria de programação específica de enfrentamento da pandemia;
4. Segundo regra prevista no art. 167, inciso III, da CF, é vedada a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais com finalidade precisa, aprovados pelo Poder Legislativo por maioria absoluta, a chamada 'regra de ouro'. Entretanto, o § 2º do art. 4º da EC 113, de 2021, também ressaltou a regra de ouro durante o exercício de 2021 as operações de crédito realizadas para custear o aumento de limite do teto de gastos com a alteração promovida pela citada emenda constitucional.
5. A autorização para a contratação da operação de crédito, dada pelo art. 2º da MPV, atende ao disposto no art. 32, § 1º, inciso I, da LRF;
6. Por fim, a abertura do presente crédito está de acordo com as demais normas que regem a matéria, em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal, a Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.

Destaque-se que a Nota Técnica nº 63/21 da Consultoria de Orçamentos, Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, elaborada em atendimento ao art. 19 da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, expressa entendimento de que a

MPV 1.083/21 está em conformidade com as normas que regem a matéria.

Restam demonstradas, portanto, a compatibilidade e adequação orçamentária e financeira da MPV 1.083/21.

II.4 Execução das Programações

Por se tratar de MP, a execução é possível desde a edição do instrumento, em 24 de dezembro de 2021. Dessa forma, ainda em 2021, foi empenhado R\$ 1,95 bilhão e, reaberto o saldo em 2022, outros R\$ 2,92 bilhões foram empenhados.

O saldo a empenhar de R\$ 1,5 bilhão está integralmente a cargo da FIOCRUZ para produção de imunobiológicos contra a COVID-19. O valor, segundo informações do Ministério da Saúde, não poderá ser executado completamente até 1º de junho, data em que ocorre o fim da vigência da MP, tendo em vista a existência de processos aquisitivos ainda em andamento.

Mérito

Primeiramente, gostaria de fazer uma homenagem especial ao Governo Federal pelos esforços no combate à COVID-19, pela preocupação e forma competente como está trabalhando junto com seus Ministros na erradicação do vírus.

De acordo com o Ministério da Saúde, o número de casos confirmados no País ultrapassou a marca de 30 milhões de infectados, enquanto o número de óbitos foi superior a 600 mil. Neste cenário devastador, eu não poderia deixar de parabenizar o Governo Federal pelo dinamismo e esforço no combate à pandemia da COVID-19 e na promoção da imunização de toda a população brasileira.

Em uma atuação moderada e efetiva, o Governo prontamente adquiriu os imunizantes, quando estes se mostraram seguros e eficazes, primando pela saúde e segurança da população brasileira. O Plano Nacional de Imunização contra a COVID-19 mostrou-se eficaz, em que pese toda a dificuldade logística em um país de proporções continentais como o Brasil. Atualmente, ao menos 84,6% da população tomou uma dose, 76,2% concluíram o primeiro ciclo vacinal e 39,7% tomaram a dose de reforço.

Estes resultados só puderam ser atingidos em virtude do incansável esforço do Governo Federal em manter os postos de saúde abastecidos, a disponibilidade de diferentes imunizantes e a ampla rede de atendimento e de postos de imunização.

Diante disto, os recursos disponibilizados por esta medida provisória de crédito extraordinário possibilitaram a produção e o fornecimento de 120 milhões de doses, no âmbito da Fundação Oswaldo Cruz, e a aquisição de doses de vacinas junto a fornecedores privados no âmbito do Fundo Nacional de Saúde, garantindo uma atuação célere para o combate à pandemia.

Resta, portanto, comprovada a importância da Medida Provisória nº 1.083, de 2021, que é dotada de justificativas de relevância, urgência e imprevisibilidade condizentes com a programação orçamentária que contempla.

Ademais, a dificuldade apontada pelo Ministério da Saúde para aplicar o saldo restante até o término de vigência da MP, em função da complexidade dos processos aquisitivos e da compatibilização dos processos com o cronograma de entrega das vacinas, torna essencial a aprovação do presente crédito de forma a evitar comprometimento da capacidade de produção e fornecimento de vacinas ao longo do segundo semestre de 2022.

Conclusão

Ante todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da MPV 1.083/21, bem como pelo atendimento dos pressupostos de urgência, relevância, imprevisibilidade e adequação orçamentária e financeira.

No mérito, votamos pela aprovação da MPV 1.083/21, na forma apresentada pelo Poder Executivo.

Deputada Dra. Soraya Manato

Relatora"

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 49/99

57.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/05/2022- CD 17:52
Publ.: DCD - 11/05/2022 - ALENCAR SANTANA-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Medida Provisória nº 1.038, de 2021, acerca da abertura de crédito extraordinário, em favor do Ministério da

Cidadania e da Advocacia-Geral da União, no valor de R\$ 394.560.026,00, para os fins especificados, ressalvados os destaques. Não adoção, pelo Ministério da Saúde, de providências a respeito das recomendações da CPI da Covid, instaurada pelo Senado Federal.

O SR. ALENCAR SANTANA (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - A Minoria orienta "sim", Presidente.

De fato, é escandalosa a incompetência deste Governo, bem como seu descaso. O Governo manda uma medida provisória abrindo um crédito de mais de 6,4 bilhões de reais e usa praticamente nada de tudo aquilo que ele mesmo reservou a partir desse crédito aberto por essa medida provisória. Somente 2 milhões de reais foram efetivamente pagos, e somente um terço foi empenhado. Isso demonstra o descaso deste Governo com a vida, a sua incompetência.

Aliás, fica aqui um alerta. Quais medidas o Ministério da Saúde adotou daquelas que foram sugeridas pela CPI da COVID? Praticamente nenhuma. Há uma empresa citada, a VTC, e a informação que nós temos é que, para o Ministério, tudo continua normal, e nenhuma providência está sendo tomada.

Não se tomou nenhuma providência efetiva dentre as sugeridas pela CPI da COVID. E ali estão citadas empresas envolvidas no que aconteceu naquele período em relação ao Ministério, como a VTC. Para quem está lá, outros agentes, outras figuras do Governo operam como se tudo tivesse ocorrido normalmente, sem nenhuma irregularidade.

Tomaremos providência a respeito disso.

Documento 50/99

57.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/05/2022- CD	17:56
Publ.: DCD - 11/05/2022 - DRA. SORAYA MANATO-PTB -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Governo Federal pelas ações adotadas de enfrentamento à pandemia de coronavírus.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PTB - ES. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, eu quero parabenizar o Governo

Federal por todas as ações desde o início da pandemia. Foram destinados mais de 89 bilhões de reais, por meio de crédito extraordinário, ao combate dessa doença. Somente para a confecção e distribuição de vacinas foram destinados mais de 30 bilhões de reais.

O Brasil é um país de extensão continental, com logística difícil, e isso foi assumido pelo Governo Federal, tendo essas vacinas sido distribuídas com eficiência. Mais de 90% da população brasileira está vacinada com pelo menos uma dose de vacina, 86% com duas doses de vacina, e 26 milhões de pessoas tomaram a dose de reforço.

Portanto, foi efetiva toda a ação do Governo Federal, do Ministério da Saúde, em prol da população brasileira no combate à pandemia.

Documento 51/99

57.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/05/2022- CD	18:36
Publ.: DCD - 11/05/2022 - TÚLIO GADÊLHA-REDE -PE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação da Subemenda Substitutiva Global, oferecida pelo Relator da Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, ao Projeto de Lei nº 8.518, de 2017, relativo à alteração da Lei nº 13.116, de 2015, com vista à instalação de infraestrutura de telecomunicações, ressaltados os destaques. Indignação com o não acatamento, pela Justiça do Estado do Amazonas, de ação de improbidade administrativa instaurada pelo Ministério Público Federal contra o ex-Ministro da Saúde, general Eduardo Pazuello.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (REDE - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, a REDE orienta "sim".

Eu queria aproveitar este tempo para trazer à tona a notícia que saiu agora há pouco no *UOL* de que a Justiça rejeitou a ação contra o ex-Ministro Pazuello pela crise do oxigênio em Manaus.

Isso é muito sério, Presidente. A Justiça do Amazonas considerou impropriedade uma ação de improbidade administrativa do Ministério Público Federal contra o ex-Ministro da Saúde por conta da mudança legislativa que alguns Parlamentares promoveram neste Congresso para proteger o ex-Ministro.

Isso nós precisamos repudiar. Atos como esse não podem se repetir. O

ex-Ministro foi leviano, foi omissivo, e pessoas morreram em decorrência da falta de gestão do Ministério da Saúde em 2020 e 2021, na pandemia.

É isso, Presidente, que tenho a dizer.

Documento 52/99

57.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/05/2022- CD	19:16
Publ.: DCD - 11/05/2022 - RICARDO SILVA-PSD -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do substitutivo apresentado pela Relatora da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência ao Projeto de Lei nº 11.147, de 2018, sobre a alteração da Lei nº 12.764, de 2012, com vista à obrigatoriedade de inclusão, do símbolo mundial do autismo, nas placas de sinalização de prioridade em estabelecimentos abertos ao público, veículos de transporte, repartições públicas e outros, ressalvados os destaques. Celebração da retomada dos trabalhos pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL. Concessão de isenção fiscal ao setor.

O SR. RICARDO SILVA (PSD - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, o PSD orienta o voto "sim", parabenizando a Relatora pelo excelente parecer ao projeto, que é de tamanha relevância social.

Eu faço questão aqui de ressaltar, Sr. Presidente, nobres colegas Deputados e Deputadas, a atuação da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes - ABRASEL, em Ribeirão Preto. Ontem tivemos um evento que marca a retomada do setor de bares e restaurantes, esse setor que tanto sofreu. Assim como o setor de eventos, o setor de bares e restaurantes sofreu demais.

Com a retomada agora, com a pandemia caindo, nós precisamos, neste Congresso Nacional, reavaliar alguns temas, por exemplo, as isenções fiscais dadas a alguns setores, que, para esse setor, ainda não foram dadas; e a desoneração da folha de pagamento em especial, com a qual 17 setores foram contemplados, mas o de bares e restaurantes, não. Então, fica o apelo para nós olharmos, a partir de agora, para esse setor.

Eu fui relator de uma MP que ajudou a desburocratizar o PRONAMP, que foi muito importante. Mas nós não podemos parar por aqui, não.

Muitos bares ainda estão com faturamento baixo, muitos restaurantes também. Minha família é feita de comerciantes, eu sei muito bem o drama que esse pessoal vive. Celebramos a retomada, mas temos muito trabalho pela frente.

Obrigado.

Documento 53/99

57.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 10/05/2022- CD	20:48
Publ.: DCD - 11/05/2022 - GENERAL PTERNELLI-UNIÃO -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Alteração do Programa de Estímulo ao Transporte por Cabotagem - BR do Mar. Criação do novo marco das ferrovias. Reformulação das legislações relativas aos transportes rodoviário e aéreo. Referência do Brasil no campo de vacinação contra a Covid-19. Relevância do aplicativo Conecte SUS, como instrumento de controle de vacinação e prontuário médico eletrônico. Agregação do Conecte SUS ao aplicativo Meu gov.br. Suspensão da exigência de prova de vida aos idosos para recebimento de benefícios previdenciários. Importância do Caixa Tem, lançado pela Caixa Econômica Federal, e do sistema de pagamento Pix. Saneamento financeiro da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. Financiamento do agronegócio e dos pequenos empreendedores pela Caixa Econômica Federal. Desempenho do Ministério da Relações Exteriores. Lançamento do sistema de informações CórTEX, pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública. Relevância da execução do Projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco. Criação, pelo Governo Federal, do auxílio emergencial do Auxílio Brasil.

O SR. GENERAL PTERNELLI (UNIÃO - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Deputada Dra. Soraya Manato, venho a esta tribuna na noite de hoje, acompanhando esses trabalhos, para dar uma ideia de motivação, no contexto do nosso País.

Através do nosso Ministério da Infraestrutura, do Ministro Tarcísio de Freitas e agora do Ministro Marcelo Sampaio, e com o apoio do Congresso Nacional, o Brasil modificou aspectos da BR do Mar, uma série de procedimentos em portos, e também fizemos aqui no Congresso o novo marco das ferrovias. Esperava-se que, para o Brasil recuperar a malha ferroviária, levaria um tempo muito longo, mas num prazo muito curto obtivemos a possibilidade de fazer a recuperação adequada. Aqui também modificamos a legislação do transporte rodoviário - o Ministério deu novo enfoque às concessões, facilitando

para o cidadão. Eu tive a oportunidade de relatar a Medida Provisória do Voo Simples, que simplificou o transporte aéreo brasileiro. No Ministério da Saúde todo um trabalho foi executado para a compra das vacinas e a vacinação. O Brasil é hoje referência em imunização.

Por falar em imunização, é importante destacar o Conecte SUS. Além de ser uma caderneta de vacinação, por meio do qual se controla a vacinação das crianças, que mostra a sequência do plano de imunização brasileiro, ele também é um prontuário médico eletrônico. Então, estímulo a todos os que estão nos ouvindo a não deixarem de nele colocar seus dados, inclusive se são alérgicos, se são diabéticos, se têm plano de saúde, o telefone de contato, se tomam remédio. Isso é importante. Por que é importante? Porque está agregado ao aplicativo Meu gov.br. O Governo do Brasil agora é digital, é uma referência para o mundo, não só no sistema bancário. Estamos caminhando para que, no Meu gov.br, se sofrer um acidente de carro e for levada para uma emergência, ou se estiver na água, no mar, e acontecer algum problema, ou se sair para correr e for atropelada, se houver uma emergência, através do Meu gov.br, a pessoa seja identificada, e haja um prontuário médico a seu respeito.

Vários laboratórios e hospitais já permitem hoje o acesso aos dados do cidadão, desde que ele autorize. Dados de hemogramas e tomografias também fazem parte desse prontuário médico eletrônico.

Então, é algo fantástico esse contexto digital em que nós estamos vivendo. Há uma série de documentos digitalizados, e essa integração permitiu aos cidadãos idosos não precisarem mais fazer a prova de vida. Havia um controle, através da certidão de óbito, do SISOBI, mas existia uma possibilidade pequena. Por isso, era necessária a prova de vida do idoso. Isso acabou. Além de propiciar uma economia de mais de 450 milhões para o Brasil, essa medida faz com que o idoso não precise mais fazer isso, porque se cruzaram os dados. Se o idoso tomou vacina, é porque está vivo; se viajou de avião, é porque está vivo; se votou e vai votar agora em outubro, é porque está vivo. Essa integração é essencial.

Nós verificamos que as medidas voltadas para a nossa economia revolucionaram muito o sistema de crédito, simplificaram procedimentos para as empresas e permitiram uma série de benefícios no período da pandemia. Através da Caixa Econômica Federal, do Ministério da Economia e do Congresso, foi pago o auxílio emergencial, o que permitiu que o Caixa Tem se tornasse o segundo maior banco digital do mundo. Hoje a Caixa Econômica Federal tem mais de 100 milhões de contas digitais. Isso é fantástico, isso trouxe facilidades para o cidadão brasileiro. Temos o Pix, que é um meio de transferir dinheiro. Os nossos bancos estão cada vez mais efetivos.

Verificamos também que várias empresas estavam em situação crítica, como os Correios. Antes, o plano de saúde dos Correios tinha uma dívida de 600 milhões. Hoje ele está saneado. O Postalis, que tinha uma dívida de 3 bilhões e meio, hoje tem um superávit de 7 bilhões. Os Correios tiveram um lucro de 3,2 bilhões e estão novamente empreendendo, promovendo novas etapas. A Caixa Econômica financia muito mais o cidadão brasileiro e hoje já é o segundo banco em financiamento para o agronegócio, para o pequeno agricultor e também para o pequeno empreendedor. Então, nós estamos num momento muito positivo.

No que diz respeito ao Ministério das Relações Exteriores, o Brasil cada vez mais mostra o seu posicionamento internacional, cada vez mais busca consensos, cada vez mais busca a solução pacífica para conflitos, sempre com foco no pragmatismo econômico brasileiro.

Eu vejo que, dessa maneira, estamos alcançando progressos efetivos.

No Ministério da Justiça nós temos um sistema que poucas pessoas conhecem, o CórteX, que permite o envio de uma série de informações para os órgãos de segurança de todos os Estados brasileiros. A Polícia Civil, a Polícia Militar e as Guardas Municipais se valem disso, sempre no intuito de protegerem o cidadão.

São muitos os pontos positivos. Concluo dizendo que segurança também é uma responsabilidade de todos nós. Se o cidadão colabora com a Polícia Militar, com a Polícia Civil, temos a segurança de que precisamos no nosso País.

Tenho certeza de que são relevantes esses aspectos que estou enunciando, sem falar da transposição do Rio São Francisco, sem falar do que conseguimos no Ministério da Cidadania, do auxílio emergencial e do Auxílio Brasil, que aumentou a renda da população e permitiu o combate às desigualdades. Tenho certeza de que, juntos, faremos um Brasil muito melhor.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 54/99

59.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2022- CD	19:00
Publ.: DCD - 12/05/2022 - BIA KICIS-PL -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.099, de 2022, sobre a instituição do Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário e do Prêmio Portas Abertas; e às Emendas de nºs 1 a 215, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

A SRA. BIA KICIS (PL - DF. Para proferir parecer. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, prezados colegas e todos aqueles que nos ouvem, vou direito ao voto.

"II. Voto

(...)

Destaca-se, de início, que a edição da MPV 1.099/22 é uma resposta do Poder Executivo federal "aos impactos sociais no mercado de trabalho causados pela emergência de saúde pública, de importância internacional, decorrente da COVID-19", procurando contribuir para inclusão produtiva e qualificação profissional de jovens, bem como para a redução da taxa de desocupação de jovens e pessoas com idade acima de 50 anos.

O mérito da MPV 1.099/22 é incontroverso, pois, com a possibilidade de participação de muitos entes subnacionais, estimulará a oferta de milhares de vagas para o desempenho de atividades de interesse público ("sem vínculo empregatício ou profissional de qualquer natureza") e para qualificação profissional, contribuindo para mitigação dos problemas ocasionados pela COVID-19.

Da análise da MPV 1.099/22, constatamos a adequada delimitação dos beneficiários do programa, notadamente a oferta de atividades de interesse público a pessoas (i) com idade entre 18 e 29 anos; e (ii) com idade superior a 50 anos sem vínculo formal de emprego há mais de 24 meses. A versão inicial do projeto de lei de conversão reduziu o tempo exigido sem vínculo formal mínimo de 24 meses para 12 meses, mas, após discussões com técnicos do Ministério do Trabalho e Emprego, constatamos que as pessoas com mais de 50 anos, que mais sofrem para reinserção no mercado de trabalho, estão sem emprego há mais de 24 meses, muitas, inclusive, já desalentadas.

Devido às preocupações sociais subjacentes à MPV, consideramos adequada a prioridade estabelecida em favor de pessoas em situação de maior vulnerabilidade social:

(i) beneficiários dos programas de transferência de renda de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, ou de outros que venham a



substituí-los; ou

(ii) pessoas que "pertencerem à família de baixa renda inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, de que trata o art. 6º-F da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993" (...).

Os beneficiários do programa serão selecionados mediante processo seletivo público simplificado a ser realizado em conformidade com os princípios reitores da administração pública. Não poderão participar, conforme art. 14 da MPV, pessoas que recebem benefício de prestação continuada do Regime Geral de Previdência Social ou dos regimes próprios de Previdência Social, ressalvados os benefícios de pensão por morte e auxílio-acidente.

Nesta ocasião, no projeto de lei de conversão, incluímos nova regra para evitar favorecimentos indevidos na execução do programa, determinando que apenas um beneficiário por núcleo familiar, a ser identificado por meio do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, poderá ser selecionado para participar do serviço civil voluntário (...). Com o mesmo propósito, também aperfeiçoamos a redação inicial do PLV para determinar que pessoas que já tiverem sido beneficiárias do programa possam ser novamente selecionadas apenas na ausência de novos candidatos aptos a participar do serviço civil voluntário (...).

Os beneficiários selecionados, além de desempenharem "atividades de interesse público", com "jornada máxima de atividades de 22 horas semanais, limitada a 8 horas diárias", também terão direito:

(i) à qualificação profissional em cursos de formação inicial e continuada, com carga horária mínima de 12 horas a cada 30 dias de permanência do programa, admitida a sua realização "em dias ou em meses específicos no decorrer da participação no programa, sem prejuízo das demais atividades" (excluímos, nesta ocasião, o limite máximo da carga horária total dos cursos);

(ii) ao recebimento de bolsa, que corresponderá ao "valor equivalente ao salário-mínimo por hora e considerará o total de horas despendidas em atividades de qualificação profissional e de serviços executados", vedando-se que seja descontado da bolsa o valor pago a título de vale-transporte.

Há, a propósito, determinação expressa de que os "beneficiários dos programas de transferência de renda" de que trata a Lei nº 14.284, de 2021, poderão receber, cumulativamente, o pagamento da bolsa referente à "prestação de serviço voluntário" e os benefícios do Programa Auxílio Brasil. Os valores da bolsa também não serão

considerados como renda no âmbito do CadÚnico e não gerarão, por si só, a interrupção dos benefícios do Programa Auxílio Brasil, desde que mantidas as condições exigidas na Lei nº 14.284, de 2021.

O programa ficará sob responsabilidade do Ministério do Trabalho e Previdência, que poderá editar normas complementares para sua execução. A implementação da política pública ficará a cargo dos Municípios (em nosso projeto de lei de conversão, também incluímos o Distrito Federal), que terão a discricionariedade de aderirem ou não ao programa, assumindo, se for o caso, a responsabilidade de custear todas as despesas e de definir o que segue:

I - a oferta de vagas de atividades de interesse público;

II - as atividades executadas pelos beneficiários;

III - a operacionalização administrativa, financeira e orçamentária do programa;

IV - o valor do auxílio pecuniário de natureza indenizatória ao beneficiário, a título de bolsa, pelo desempenho das atividades;

V - a forma de pagamento de vale-transporte, previsto na Lei nº 7.418, de 16 de dezembro de 1985, ou o oferecimento de outra forma de transporte gratuito;

VI - a contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor dos beneficiários; e

VII - a carga horária do curso de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional, observado o disposto no art. 3º.

O ente subnacional deverá especificar as "atividades de interesse público" que serão executadas pelos beneficiários do programa, desde que a conveniência e a oportunidade da sua escolha sejam fundamentadas pelo gestor municipal (...). São vedadas atividades (i) insalubres; (ii) perigosas; ou (iii) que configurem substituição de servidores ou de empregados públicos na execução de atividades privativas de profissões regulamentadas ou de competência de cargos ou empregos públicos pertencentes ao Município ou a pessoa jurídica a ele vinculada.

Em relação à qualificação profissional, o Município deverá considerar, no planejamento dos cursos, "as principais atividades econômicas e produtivas do Município, com vistas a aumentar a empregabilidade e o empreendedorismo dos beneficiários", o que, além de compatibilizar ensino e prática nas rotinas dos beneficiários, potencializará as chances de posterior (re)inclusão produtiva no setor privado. Não há

mais, na versão do projeto de lei de conversão (...), a exigência de correlação entre as atividades de interesse público desempenhadas pelo beneficiário e a qualificação para o trabalho ofertada, oportunizando-se, assim, que os entes federativos promovam a qualificação de acordo com as reais necessidades do mercado de trabalho em que o beneficiário estiver inserido.

Os cursos poderão ser ofertados nas modalidades presencial, semipresencial ou remota e serão realizados preferencialmente em entidade do "Sistema S", a saber:

(...)"

No parecer, citamos as entidades do Sistema S.

"A MPV admite, na hipótese de inexistência de unidade do "Sistema S" em seu território, a indicação para unidade de outro Município. Alternativamente, o art. 5º da MPV faculta aos Municípios a oferta dos cursos aos beneficiários por meio de "instituições de formação técnico-profissional municipais" ou mediante "celebração de convênios e acordos com outras entidades para a oferta de cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional".

Em relação ao pagamento das bolsas, a MPV tem a preocupação de não gerar custos para os beneficiários, proibindo que as instituições financeiras efetuem "descontos, compensações ou pagamentos de débitos de qualquer natureza, ainda que para recompor saldo negativo ou saldar dívidas preexistentes, que impliquem a redução do valor da bolsa". Há a possibilidade de pagamento por meio de "conta do tipo poupança social digital" (...), observadas as seguintes características:

I - dispensa de apresentação de documentos pelo beneficiário;

II - isenção de cobrança de tarifas de manutenção;

III - direito a, no mínimo, três transferências eletrônicas para conta mantida em instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil e a um saque ao mês, sem custo; e

IV - vedação de emissão de cheque."

Essas não são as únicas contas a serem autorizadas, mas elas estão autorizadas sem exclusividade.

"Os custos operacionais relativos ao pagamento da bolsa aos beneficiários do Programa Nacional de Prestação de Serviço Voluntário serão assumidos pelos entes subnacionais perante as instituições financeiras operadoras. Os recursos relativos às bolsas creditados e

não movimentados no prazo de um ano, contado da data do depósito, retornarão para o Município responsável pelo pagamento.

Há, no art. 10 da MPV, sem prejuízo de outras hipóteses estabelecidas no edital do processo seletivo, a delimitação das hipóteses de desligamento dos beneficiários nos casos de (i) admissão em emprego, na forma prevista no art. 3º da Consolidação das Leis do Trabalho; (ii) frequência inferior à mínima estabelecida para os cursos de formação inicial e continuada ou de qualificação profissional; ou (iii) aproveitamento insuficiente.

A MPV 1.099/22 institui o Prêmio Portas Abertas como forma de "reconhecer e condecorar os Municípios que se destacarem na implementação do Programa Nacional de Prestação de Serviço Voluntário", conforme regulamento a ser editado pelo Ministério do Trabalho e Previdência, contendo, no mínimo, os critérios de avaliação, as categorias e as ações laureadas. As despesas da premiação deverão ser "custeadas por meio de recursos oriundos de parcerias estabelecidas com entidades públicas ou privadas".

II.2.1 - Das Emendas

Em razão da retirada da Emenda nº 1 pelo Deputado Christino Aureo, dos vícios de constitucionalidade das Emendas nºs 16, 28, 35, 44, 54, 58, 91, 96, 105, 114, 128, 155, 168, 181 e 197, e da inadequação e orçamentária e financeira das Emendas nºs 2; 23; 28; 35; 40; 44; 49; 53; 56; 58; 72; 85; 89; 91; 96; 99; 105; 110; 114; 118; 128; 136; 140; 151; 155; 158; 162; 168; 169; 181; 185; 189; 197 e 202, promovemos a análise de mérito das emendas que, em nosso juízo preliminar, não tiveram qualquer vício identificado, posicionando-nos pela incorporação ao texto do projeto de lei de conversão das seguintes emendas:

Emenda nº 7, de autoria do Senador Paulo Paim, Emenda nº 52, de autoria do Deputado Jesus Sérgio, da Emenda nº 165, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, e Emenda nº 178, de autoria do Deputado Wolney Queiroz, que propõem, no geral, novos direitos em favor dos beneficiários do Programa Nacional de Prestação de Serviço Voluntário, a exemplo de período de recesso por 30 dias após prestação de atividades de interesse público por mais de 1 ano e da aplicação da legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho.

Em nosso parecer inicial, consideramos o texto original da MPV 1.099/22, que previa, no § 4º do art. 1º, a duração do programa até 31/12/22, motivo pelo qual nos posicionamos inicialmente pela rejeição integral das emendas especificadas, em especial quanto ao período de recesso dos beneficiários. Porém, como propomos no projeto de lei de conversão a duração do programa por 24 meses a contar da publicação da futura lei, entendemos que o período de recesso para os



beneficiários é importante, bem como a observância irrestrita da legislação relacionada à saúde, medicina e segurança no trabalho. Dessa forma, nos termos dos §§ 5º a 7º do art. 6º e do art. 7º do projeto de lei de conversão anexo, acatamos parcialmente a Emenda nº 7, de autoria do Senador Paulo Paim, a Emenda nº 52, de autoria do Deputado Jesus Sérgio, a Emenda nº 165, de autoria do Deputado Reginaldo Lopes, e a Emenda nº 178, de autoria do Deputado Wolney Queiroz.

Emenda nº 12, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que propõe que os valores transferidos a título de bolsa aos beneficiários do Programa Nacional de Prestação de Serviço Voluntário, quando eles forem pessoas com deficiência, não sejam considerados como renda no cálculo da renda *per capita* familiar para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada de que trata o art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Como o objetivo da nova política pública é contribuir para a inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho, a Emenda nº 12 pode efetivamente aperfeiçoar o texto legal, evitando desestímulo a pessoas com deficiência participarem do Programa Nacional de Prestação de Serviço Voluntário em razão de riscos de perderem o benefício de prestação continuada previsto na Lei de Assistência Social. Por isso, na forma do projeto de lei de conversão anexo, acatamos a Emenda nº 12, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa.

Emenda nº 13, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, que propõe a alteração do texto legal para deixar clara a possibilidade de os Municípios celebrarem acordos com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos para fins de qualificação profissional de pessoas com deficiência.

(...) Desse modo, na forma do projeto de lei de conversão anexo, acatamos a Emenda nº 13, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, incluindo expressamente organizações da sociedade civil sem fins lucrativos no texto legal como alternativa à qualificação de todos os beneficiários da nova política pública.

Emenda nº 15, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, e a Emenda nº 213, de autoria do Deputado Mário Heringer, que propõem, no geral, a inclusão das pessoas com deficiência, sem qualquer limitação de idade, entre os beneficiários do Programa Nacional de Prestação de Serviço Voluntário.

Como se sabe, as pessoas com deficiência ainda enfrentam, naturalmente, dificuldades redobradas para se incluírem no mercado de trabalho e alcançarem a desejável qualificação profissional, o que, a nosso entender, justifica a exclusão de qualquer limitação de idade

para que sejam beneficiárias da nova política pública do Programa Nacional de Prestação de Serviço Voluntário. Dessa forma, na forma do projeto de lei de conversão anexo, acatamos a Emenda nº 13, de autoria do Deputado Eduardo Barbosa, e a Emenda nº 213, de autoria do Deputado Mário Heringer.

Emenda nº 66, de autoria do Deputado Geninho Zuliani, e Emenda nº 211, de autoria do Deputado Paulo Ganime, que propõem a substituição da possibilidade de qualificação mediante ensino "remoto" por "a distância".

Em nosso parecer inicial, consideramos o texto original da MPV 1.099/22 satisfatório nesse aspecto. Porém, após debates realizados nesta Casa Legislativa, percebemos que a modificação proposta contribui para compatibilização da futura lei com as nomenclaturas já utilizadas na legislação que disciplina a qualificação para o trabalho, a exemplo da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Desse modo, na forma do projeto de lei de conversão anexo, acatamos a Emenda nº 66, de autoria do Deputado Geninho Zuliani" e a do Deputado Paulo Ganime.

"Emendas nºs 24, 39, 48, 55, 77, 98, 107, 112, 135, 157, 170, 179 e 201, de autoria de diversos Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, que propõem a inclusão do dever de os Municípios promoverem o encaminhamento dos beneficiários do Programa Nacional de Prestação de Serviço Voluntário para serviços de intermediação de mão de obra, como forma de potencializar as chances de sua inclusão ou reinserção no mercado de trabalho.

Consideramos, em resumo, que as emendas especificadas são condizentes com os objetivos da nova política pública, no sentido de contribuir para que os beneficiários do Programa Nacional de Prestação de Serviço Voluntário consigam, ao final do período de prestação de atividades de interesse público e de participação em cursos de qualificação profissional, obter a efetiva inclusão ou reinserção no mercado de trabalho. Dessa forma, na forma do projeto de lei de conversão anexo, acatamos as Emendas nºs 24, 39, 48, 55, 77, 98, 107, 112, 135, 157, 170, 179 e 201, de autoria de diversos Parlamentares do Partido dos Trabalhadores.

Emendas nºs 86, 93, 117, 139, 152, 161, 172 e 184, de autoria de diversos Parlamentares do Partido dos Trabalhadores, e Emenda nº 127, de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo, que propõem a inclusão da obrigatoriedade de os entes subnacionais, quando previrem a qualificação dos beneficiários do Programa Nacional de Prestação de Serviço Voluntário mediante cursos nas modalidades semipresencial ou remota, disponibilizarem os recursos tecnológicos

necessários para viabilizar a participação nas aulas.

Quando considerado o público-alvo de beneficiários do Programa Nacional de Prestação de Serviço Voluntário, constata-se que a medida prevista nas emendas especificadas será fundamental, muitas vezes, para viabilizar a participação nos cursos ofertados nas modalidades semipresencial e remota (...)." Dessa forma, acatamos as emendas.

"Emenda nº 125, de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo, que aperfeiçoa o texto legal, especialmente se considerarmos que o alcance do Programa Nacional de Prestação de Serviço Voluntário contempla milhares de entes subnacionais, muitos sem unidades das entidades do "Sistema S" previstas no texto legal como responsáveis pela qualificação dos beneficiários da nova política pública.

Nesse contexto, a Emenda nº 125 pode contribuir para viabilizar a qualificação dos beneficiários da nova política pública, notadamente por possibilitar a celebração de convênios e acordos entre as próprias entidades do "Sistema S" para oferta de ações de capacitação no âmbito do Programa Nacional de Prestação de Serviço Voluntário, inclusive "mediante a junção de programas ou módulos multidisciplinares para um mesmo curso, dada as especialidades de atuação de cada uma das entidades". Por isso, na forma do projeto de lei de conversão anexo, acatamos a Emenda nº 125, de autoria do Deputado Evair Vieira de Melo.

III. Conclusão

Por todo o exposto, observada a retirada da Emenda nº 1, pelo Deputado Christino Aureo, parabenizamos o Poder Executivo federal pela iniciativa de implementar uma nova política pública com o potencial de ofertar vagas de interesse público e promover a qualificação profissional de milhares de brasileiros em situação de vulnerabilidade em todo o território nacional e, com a certeza de que este parecer e o projeto de lei de conversão anexo superaram controvérsias pretéritas, conformam um texto normativo ainda mais equilibrado e possibilitam o alcance do consenso mínimo necessário para aprovação da matéria, concluímos nosso voto da seguinte forma:

(i) quanto aos requisitos de admissibilidade:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.099, de 2022;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.099, de 2022, e das emendas apresentadas, à exceção das Emendas nºs 16, 28, 35, 44, 54, 58, 91, 96, 105, 114, 128,

155, 168, 181 e 197, por possuírem matéria estranha ao objeto da MPV;

c) pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária da Medida Provisória nº 1.099, de 2022, e das emendas apresentadas, à exceção das emendas nºs 2, 23, 28, 35, 40, 44, 49, 53, 56, 58, 72, 85, 89, 91, 96, 99, 105, 110, 114, 118, 128, 136, 140, 151, 155, 158, 162, 168, 169, 181, 185, 189, 197 e 202, por serem consideradas inadequadas orçamentária e financeiramente;

(ii) quanto ao mérito:

a) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.099, de 2022, e das emendas nºs 7, 12, 13, 15, 24, 39, 48, 52, 55, 66, 77, 86, 93, 98, 107, 112, 117, 125, 127, 135, 139, 152, 157, 161, 165, 170, 172, 178, 179, 184, 201, 211 e 213, na forma do projeto de lei de conversão anexo; e

b) pela rejeição das demais emendas parlamentares.

Sala das Sessões, em 11 de maio de 2022.

Deputada Bia Kicis

Relatora"

Documento 55/99

59.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2022- CD 19:48
Publ.: DCD - 12/05/2022 - ALTINEU CÔRTEZ-PL -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Desvio, pelo governo petista, de 15 bilhões de dólares do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - COMPERJ. Atribuição ao governo do PT da responsabilidade pelo aumento nos preços de combustíveis, em face da não construção de refinarias de petróleo. Elevação dos preços de combustíveis no contexto mundial provocada pela guerra Federação Russa/Ucrânia. Defesa da criação de Comissão Externa para visita à COMPERJ, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Realização, pelo Governo Jair Bolsonaro, de investimentos na saúde municipal. Urgente adoção, pelo Governo Federal, de medidas de redução dos preços de combustíveis no País.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ (PL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu ouvi aqui atentamente

algumas colocações de alguns Deputados sobre uma questão que é crucial para o nosso País, a do combustível. É impressionante como as pessoas não colocam a realidade dos fatos.

Vou repetir aqui o que eu já trouxe a esta tribuna para a população brasileira, que está tendo a oportunidade de ouvir estas minhas colocações, e para os colegas Deputados: só no nosso Município de Itaboraí, no Rio de Janeiro, onde ia ser construído o COMPERJ, a corrupção da quadrilha do petrolão, da PETROBRAS, no Governo passado, roubou 15 bilhões de dólares.

Iam ser construídas duas refinarias com capacidade de refinar 320 mil barris de petróleo por dia. Hoje elas já estariam prontas, se não fosse a quadrilha, a corrupção. Isso significa que 50 milhões de litros de *diesel* e de gasolina sairiam da refinaria do COMPERJ, em Itaboraí.

Vejam quanto ajudaria a população do Brasil só essa refinaria: 1 bilhão e meio de litros por mês. O combustível, o óleo *diesel* e a gasolina, estaria muito mais barato. Hoje, quando a população brasileira paga o combustível na bomba, ela paga a corrupção do Governo do PT.

Foi no Governo do PT que roubaram o dinheiro da refinaria do COMPERJ, assim como roubaram, lá no Nordeste, a Refinaria Abreu e Lima, assim como roubaram, no Maranhão, uma refinaria em que, só na terraplanagem, gastaram 5 bilhões de dólares, possivelmente - não quero dar um número errado. No Maranhão, não sei se são 5 bilhões de dólares ou de reais. Mas é muito bilhão!

A população brasileira foi surrupiada e paga o preço da corrupção do PT todos os dias, quando abastece em todo o Brasil.

Eles governaram o Brasil, planejaram a construção das refinarias, porque ninguém constrói uma refinaria num país sem projeto.

Outro dia, o ex-Presidente deu uma declaração dizendo que o Brasil precisa refinar. Parece que ele esqueceu que o dinheiro das refinarias foi roubado, desviado. Um monte de gente foi presa, diretores da PETROBRAS, membros do partido. Foi todo mundo preso. E o discurso hoje é como se nada disso tivesse acontecido.

Se o Brasil estivesse refinando petróleo, o que foi um projeto pensado, naquele Governo, da PETROBRAS...

Aliás, foi um grande projeto, porque o que o Brasil tem que fazer é refinar para parar de importar combustível - 30% do óleo *diesel* do País é importado -, e o projeto não aconteceu por causa da corrupção do Governo passado. Não é na conta do Presidente Bolsonaro que pode entrar a corrupção que aconteceu no Governo passado. Contra fatos



não há argumentos: se as refinarias tivessem sido construídas, como foi programado, se o dinheiro tivesse sido gasto, como foi programado, o petróleo, o combustível no Brasil para abastecer os carros dos brasileiros seria hoje muito mais barato. Precisamos resolver esses problemas imediatamente. E tem que voltar o projeto das refinarias.

Ocorre que existe um problema grave. Dentro da PETROBRAS existem muitos funcionários de carreira que faziam parte daquela administração do passado. E para eles "quanto pior, melhor", quanto mais problema de preço de combustível, melhor para aquela turma.

Eu fui da CPI da PETROBRAS. Investiguei de perto, aliás, eu fui o Sub-Relator que investigou a corrupção nas refinarias do Brasil. Eu tenho todos os detalhes sobre esse assunto. Então, vir aqui colocar a culpa do preço do combustível no Presidente Bolsonaro, que está há 3 anos e 3 meses à frente do Governo, depois de o PT ter ficado 14 anos à frente do Governo, sinceramente, não é justo!

O preço do combustível no mundo hoje é realmente um problema gravíssimo, ainda mais com a guerra que existe - e já digo de passagem que é, na minha opinião, uma guerra imbecil, uma guerra absurda - entre a Rússia e a Ucrânia. A Rússia é a segunda exportadora de petróleo no mundo, talvez, a primeira de gás. E o preço do combustível está sendo pressionado porque, como a Rússia está sendo tirada do mercado, o preço do óleo *diesel* sobe no mundo. E o Brasil está pagando essa conta.

Trinta por cento do óleo *diesel* no Brasil é importado por causa da corrupção do Governo passado, porque as refinarias não foram concluídas. Eu gostaria que se fizesse uma Comissão nesta Casa com Deputados da Esquerda e da Direita e que fossem visitar o COMPERJ. V.Exas. vão ver o que é o símbolo da corrupção, talvez, mundial: bilhões de dólares foram investidos, quase 100 bilhões de reais jogados fora! O Tribunal de Contas da União apurou isso, todo mundo apurou isso. E dizem que o preço do combustível é culpa do Bolsonaro?

Eu fico pensando, depois de 2 anos de pandemia: o Governo Bolsonaro é o Governo que mais investiu em saúde nos Municípios. Muitos Municípios do Brasil pagaram as folhas de pagamento por causa do dinheiro destinado para combater a COVID nos Municípios e nos Estados. Ninguém investiu mais que o Bolsonaro. Foram 500 milhões de doses de vacina. Vacinamos mais que os Estados Unidos, que a Alemanha, proporcionalmente, que a Itália, que toda a Europa.

Então, imaginem se, no momento da pandemia, tivéssemos um país com um Governo em que houvesse corrupção!

Realmente, precisamos ser justos nas palavras. Precisamos falar aqui da realidade dos fatos. O problema do combustível é grave? É grave. Ninguém quer pagar preço de combustível alto, mas essa é uma conta da corrupção do Governo passado. Isso tem que ser corrigido imediatamente.

Eu acho que nós aqui, e, obviamente, o Governo, porque existe o teto de gastos, existe um limite, poderíamos - e, talvez, se precisássemos arrumar recursos - subsidiar o óleo *diesel*, já que existe uma crise mundial de combustíveis e nós dependemos em 30% do óleo *diesel* importado por culpa da corrupção do Governo passado.

Então, é óbvio que o Governo precisa estudar uma medida urgente, mas a medida urgente tem que ser uma medida responsável, e tudo o que queremos é enfrentar esse problema, e o Governo está de olho nisso.

Não fosse o que aconteceu no passado, com a corrupção, o preço da gasolina e do óleo *diesel* aqui no Brasil seria muito menor - muito menor.

E V.Exas. sabem que um projeto complexo, como uma refinaria, é pensado na PETROBRAS durante anos. Não é uma coisa pensada assim: "*Vamos fazer uma refinaria ali*", e se faz em 1 mês, não.

Então, é um projeto que foi, talvez, durante 5 anos ou 10 anos colocado no papel, e não foi executado devido à corrupção que aconteceu na PETROBRAS, no Governo anterior ao Governo Bolsonaro.

Portanto, precisamos aqui trazer esses fatos para que as pessoas saibam que ninguém está feliz com o preço dos combustíveis. Mas essa conta e esse problema nós precisamos resolver, visto que não foram resolvidos no passado por causa da corrupção do Governo que nos antecedeu.

Documento 56/99

59.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 11/05/2022- CD	20:32
Publ.: DCD - 12/05/2022 - JOSEILDO RAMOS-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Medida Provisória nº 1.099, de 2022, sobre a instituição do Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário e do Prêmio

Portas Abertas. Atuação desastrosa do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. JOSEILDO RAMOS (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, vários colegas Deputados que me antecederam trataram desse escárnio. Esta medida provisória está em vigência e sequer produziu resultados.

Eu fico a me perguntar: será que existe algum Prefeito sério que embarca nessa *fake news*? Onde está a dignidade no trato dessa tragédia produzida por este Governo, que vai buscar exatamente, como eu tenho repetido aqui, nas franjas da sociedade, aquelas pessoas que estão sofrendo mais?

Esta medida provisória não passa de um escárnio, mais um de Bolsonaro. É um absurdo o que se pretende: que, com uma jornada de 22 horas, ganhe-se menos de meio salário mínimo. É tripudiar sobre a miséria que se alastra por este País, é uma falta de vergonha!

É por isso que o Ministro da Economia anda sumido. Ele submergiu diante do que arranjou e desarranjou em nosso País. É o pior Ministro da República em todo o período republicano. Ele tem essa marca e ficará com essa marca na história.

Ficamos até numa situação de vexame quando algumas vozes que dão apoio a este Governo dizem que o preço dos combustíveis é obra da corrupção do PT. Não, não é. Isso é obra da incompetência e da falta de cuidado com o nosso País deste Presidente, que não prestou contas deste momento em hipótese nenhuma, até agora. Logo depois, a partir de 2023, ele vai ter muita conta para acertar, por tudo o que fez. É um genocida que matou dezenas e dezenas de milhares de brasileiros porque atrasou a compra de vacinas. É isso o que queremos saber. E outra: vendeu a preço de banana, na bacia das almas, a Refinaria Landulpho Alves, na Bahia, que tem hoje o maior preço de combustíveis do nosso País.

Este é o Governo Bolsonaro.

Documento 57/99

60.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 12/05/2022-10:20
Publ.: DCD 13/05/2022 -	CORONEL CHRISÓSTOMO-PL -RO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Inculpabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelos elevados preços dos combustíveis vigentes no País. Defesa de convocação do Presidente da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, para esclarecimento à Casa das razões dos constantes reajustes nos preços de derivados de petróleo. Consequências da decretação de lockdown por Governadores e Prefeitos Municipais durante a pandemia de coronavírus.

O SR. CORONEL CHRISÓSTOMO (PL - RO. Sem revisão do orador.)
- Presidente Bibó Nunes, fico muito grato por mais esta oportunidade. Olá, Rondônia! Olá, Brasil!

Este é um momento em que todos nós estamos muito apreensivos. O Brasil está apreensivo com o preço dos combustíveis, porque ele bate à porta de todos os cidadãos brasileiros. Mas uma coisa é certa: não coloquem a culpa em quem não tem culpa. Presidente Bibó Nunes, Bolsonaro, o nosso Presidente, nada tem a ver com isso - nada! Não quero buscar os culpados agora porque os culpados ficaram lá trás, mas querem voltar. Então, vamos falar dos dias de hoje.

PETROBRAS, assim não dá! Assim não dá, PETROBRAS! Seus lucros são exorbitantes! E quem ganha com isso, o cidadão ou os investidores da PETROBRAS, Deputado Bibó Nunes? Assim não dá! Encontre uma forma de diminuir o preço dos combustíveis no Brasil, PETROBRAS!

Presidente da PETROBRAS, o senhor tem que vir aqui explicar o explicável e o inexplicável. O senhor tem que vir aqui! Presidente da PETROBRAS, vamos ter que chamar o senhor aqui. Prepare-se! O senhor vai vir aqui. Alguém tem que dizer alguma coisa! Não adianta colocar a culpa no Presidente Bolsonaro. Ele nada tem a ver com isso. Por sinal, ele tem feito todo o possível para baixar o preço dos combustíveis.

Tudo isso tem a ver com algo que, lá atrás, o Presidente Bolsonaro dizia: "*Ah! Estão mandando fechar o comércio, não é? Estão mandando fechar tudo, não é? Vamos ver as consequências*". Ninguém fala disso, Presidente Bibó Nunes, Deputado Evair. Ninguém fala sobre as consequências daquilo que fizeram lá atrás.

Mandaram fechar o comércio em Rondônia, no Espírito Santo, em São Paulo, em todos os lugares, mas ninguém disse como seria o futuro. "*Fechem o comércio!*" Lá em Rondônia, mandaram até a polícia fechar comércio, infelizmente. Assim foi feito.

Não existe fórmula mágica. Se se fecha o comércio, criam-se desemprego e frustrações econômicas para a nação. Isso ocorreu! O

Brasil está sofrendo a consequência daquilo que fizeram no passado.

Agora, um exemplo ficou para todos nós. Os grandes comércios, por exemplo, um supermercado, ficava abarrotado, entupido. Nós ficávamos trocando soco para encontrar espaço para fazer as compras. E os comércio pequenininhos não, os microempreendimentos não. O homem que trabalhava na praça, na rua, vendendo seus produtos, para tomar conta de sua família, teve que ir para casa. E o mercado estava entupido de gente! Que fórmula é essa? Eu não entendi até agora.

Portanto, meus amigos, não adianta dizer o contrário. O problema que o Brasil e o mundo enfrentam hoje é culpa daqueles que mandaram fechar o comércio. Os responsáveis são eles. Eu estou falando, sim, de Governadores e Prefeitos. Mandaram fechar o comércio, e a consequência está aí, infelizmente.

Presidente Bibó Nunes, eu fico feliz em poder mostrar para o cidadão brasileiro, principalmente o de Rondônia, a consequência daquilo que fizeram no passado, que foi uma irresponsabilidade. Poderíamos, sim, cuidar da saúde sem mandar fechar o comércio. Fecharam o comércio. Em Rondônia, mandaram fechar tudo. Olhem a consequência disso agora, infelizmente.

Presidente, solicito a V.Exa. que meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado a todos.

Documento 58/99

60.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 12/05/2022- CD 12:28	
Publ.: DCD - 13/05/2022 - ADRIANA VENTURA-NOVO -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Congratulações ao Deputado Dr. Zacharias Calil pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.930, de 2021, sobre a instituição da campanha Novembrinho Azul, destinada à promoção de ações em prol da saúde de meninos de até 15 anos de idade; e do Projeto de Lei nº 3.931, de 2021, sobre a alteração da Lei nº 13.733, de 2018, com vista à instituição da campanha Outubro Rosa, destinada à promoção de ações relacionadas à saúde de meninas de até 15 anos de idade. Coautoria pela oradora e pelo Deputado Dr. Zacharias Calil da Lei nº 14.023, de 2020, sobre a alteração da Lei nº 13.979, de de 2020, com vista à adoção de medidas imediatas de preservação da saúde e da vida dos



profissionais considerados essenciais ao controle de doenças e à manutenção da ordem pública, durante a emergência de saúde pública decorrente da epidemia de coronavírus. Necessidade de discussão pela Casa de propostas de geração de novos empregos, de combate à fome e de melhoria das áreas de educação e saúde. Revisão do papel do Congresso Nacional. Não realização das reformas política, administrativa e tributária. Retrocesso do País no combate à corrupção. Não votação pela Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 333, de 2017, acerca da extinção do foro especial por prerrogativa de função no caso dos crimes comuns; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 199, de 2019, sobre a alteração dos arts. 102 e 105 da Carta Magna, com vista à transformação dos recursos extraordinário e especial em ações revisionais de competência originária do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça. (prisão de condenados em segunda instância). Realização de campanha contra o populismo. Defesa de discussão, pela Câmara dos Deputados, de proposições de relevante interesse da população brasileira e do País.

A SRA. ADRIANA VENTURA (NOVO - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu também quero iniciar o dia parabenizando o Deputado Dr. Zacharias Calil por mais projetos aprovados. Lembro que o Deputado Dr. Calil, a Deputada Paula e eu somos coautores de uma lei, sancionada em 2020, que valoriza todos os profissionais de saúde. No período da pandemia, Deputado General Peternelli, V.Exa. estava aqui conosco quando nós garantimos aos profissionais de saúde equipamentos de proteção e outras coisas que, no meio de uma pandemia, não eram possíveis.

Eu subo à tribuna hoje para tratar de algo que falei ontem: a minha preocupação com o futuro do País e a minha preocupação com este Congresso Nacional.

Na minha visão, faltam discussões sérias, profundas, que tragam realmente uma melhora, não só para tratar do ambiente no Brasil, da geração de emprego, do problema da fome, da saúde, da falta de educação para a nossa população, mas principalmente para que possamos repensar o papel deste Congresso Nacional.

Neste momento em que todos os olhos estão voltados para a eleição - estamos num ano eleitoral -, eu vejo com tristeza o resultado de tudo que deveríamos ter feito nesta legislatura. Poderíamos ter avançado mais nas reformas. Não fizemos uma reforma política decente. Não fizemos reforma administrativa. Não fizemos reforma tributária. Retrocedemos no combate à corrupção. A PEC do fim do foro privilegiado continua engavetada. A PEC da prisão após condenação em segunda instância teve sua Comissão desmantelada, para não ser

votada.

Eu vejo tudo isso com tristeza, porque este Congresso poderia avançar em pautas relevantes para o País, mas o que eu percebo é um populismo enorme. Inclusive, mandaram-me um material sobre isso que eu achei interessante. Nós estamos fazendo uma campanha contra o populismo. Nós sabemos que o populismo é um mal do nosso País, é um mal que envolve a nossa política.

A campanha do populismo é simples e está baseada em alguns princípios. Primeiro, traz a ideia de que as instituições têm pouca relevância. Segundo, faz parecer que todo o mundo é amigo de todo o mundo; que todo o mundo é bonzinho. Com isso, aprova-se qualquer coisa no vale-tudo eleitoral, não importando se será pago; não importando se o País tem condições de aguentar; não importando o que vai acontecer com a próxima geração. O que interessa é a próxima eleição. O resto que se dane! É um vale-tudo eleitoreiro. Nós precisamos reconhecer isso.

Eu trouxe aqui oito itens que faço questão de ler, para que a população brasileira preste atenção. Estamos em ano eleitoral. Então, atentem-se a isto!

O que os políticos populistas fazem? Inventam inimigos para se apresentarem como salvadores; fomentam questões polêmicas para serem o centro da atenção; fazem promessas que não vão cumprir - e quem paga é a população, principalmente os mais pobres. Os políticos populistas multiplicam a pobreza, para que o povo seja um eterno dependente. Vai sempre depender de cesta básica, vai sempre depender de um frango para fazer a refeição do domingo. Os políticos populistas não querem que a população saia da pobreza. Os políticos populistas são falsos demagogos e roubam a dignidade das pessoas.

Então, eu queria fazer um apelo: que pelo menos no fim da nossa legislatura nós discutamos pautas relevantes para o País! Precisamos fazer discussões sérias sobre onde vamos gastar o dinheiro, sobre como vamos tirar as pessoas da pobreza, sobre como vamos melhorar a nossa educação, sobre como vamos melhorar a nossa saúde. O que vemos aqui é gente fazendo pose; dizendo que aprovou, dizendo que fez; mas sabendo que não vai pagar, sabendo que o projeto é inconstitucional. Isso é uma vergonha para esta Casa! Nós precisamos dignificar a política.

Obrigada, Sr. Presidente.

Extraordinária - CD

Publ.: DCD
18/05/2022 -

DRA. SORAYA MANATO-PTB -ES

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Não estruturação das escolas para o retorno de alunos deficientes pós-pandemia, no Estado do Espírito Santo. Desrespeito aos portadores de deficiência no País. Desvio na utilização pelo Prefeito Sérgio Fonseca, do Município de Jerônimo Monteiro, de ônibus escolar adquirido com recursos de emenda orçamentária da oradora para a Associação Pestalozzi.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PTB - ES. Sem revisão da oradora.) - Presidente Charles Fernandes, quero cumprimentar todos os que participam desta sessão.

Eu sou do Estado do Espírito Santo. Sou uma pessoa que olha muito para aqueles que têm algum tipo de deficiência. Há alguns dias, eu subi a esta tribuna justamente para falar do descaso que está acontecendo, seja por parte do Governo do Estado do Espírito Santo, seja por parte de muitas Prefeituras, descaso com as crianças, com os adolescentes e com os adultos com deficiência.

A pandemia durou 2 anos, e o Governador e muitos Prefeitos, ao longo desses 2 anos, não se estruturaram para receber as pessoas com deficiência. Com isso, elas ficaram sem frequentar a escola, o que causou um prejuízo para estas crianças, para estes jovens e, igualmente, para seus pais, que precisam trabalhar e se estruturar para que seus filhos voltem às aulas normalmente.

Presidente, uma coisa que me chama muito a atenção é o desrespeito às pessoas com deficiência. Esse desrespeito é algo crônico neste País, infelizmente.

Trata-se de um desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente e à Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.

Eu destinei uma emenda parlamentar para comprar um ônibus para a Associação Pestalozzi do Município de Jerônimo Monteiro. Para minha grande surpresa, o Prefeito de Jerônimo Monteiro não destinou o ônibus para a Pestalozzi, um ônibus que foi obtido por meio de emenda parlamentar do meu mandato, uma emenda individual, com a finalidade de beneficiar as crianças e os jovens com deficiência. No entanto, ele está usando o ônibus para levar os alunos das escolas do Município de

Jerônimo Monteiro.

O Prefeito Sérgio Fonseca, juntamente com seu Secretário de Educação, Vilmar Lugão de Britto, não estão respeitando as crianças e os jovens com deficiência do Município de Jerônimo Monteiro, que fazem parte da Pestalozzi.

Sr. Prefeito, respeite essas pessoas! O dinheiro que eu destinei foi para essas pessoas, na forma de um bem físico, um ônibus. Elas precisam deste ônibus, que conta com um elevador, justamente para receber as pessoas que têm problemas de locomoção, que usam cadeiras de rodas.

Eu gostaria de chamar a atenção não apenas do Espírito Santo, mas também de todo o Brasil para a necessidade de respeitarmos mais as Pestalozzis e as APAEs.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que meu discurso seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada.

Documento 60/99

63.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/05/2022- CD 18:32	
Publ.: DCD - 18/05/2022 - HUGO MOTTA-REPUBLICANOS -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.090, de 2021, e às Emendas de nºs 1 a 83, apresentadas conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, população brasileira que nos acompanha pela *TV Câmara*, recebi de V.Exa. a incumbência de relatar uma medida provisória de muita importância para o nosso País, porque, além de cuidarmos e tratarmos do financiamento estudantil, estamos trazendo para o texto, num acordo entre a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Governo Federal, outro tipo de renegociação - de débitos gerais -, a transação tributária, que vai ser muito importante para este momento de crise que o Brasil enfrenta.



Do ponto de vista do financiamento estudantil, essa medida provisória, que foi editada ainda no fim do ano passado pelo Sr. Presidente da República, trouxe avanços significativos. Nós procuramos, no âmbito do FIES, fazer algumas alterações, que, na minha avaliação, serão socialmente justas e farão com que esse texto, que já veio muito bom para esses estudantes que contrataram o FIES até 2017, garanta aos estudantes uma melhor condição de negociação. Depois da aprovação dessa medida provisória aqui no plenário da Câmara, os estudantes poderão aderir à negociação em maior número e, com isso poderemos garantir aos estudantes uma melhor condição de negociação.

O Governo, na medida provisória inicial, dividiu os contratos em duas categorias, considerando o tempo de atraso das parcelas do financiamento. Na primeira categoria ficaram aqueles contratos que estão com mais de 360 dias de atraso, que são os créditos tidos como irrecuperáveis.

Os devedores enquadrados nessa categoria foram subdivididos em duas categorias de pessoas. Na primeira delas estão as pessoas inscritas no CadÚnico e as que foram beneficiárias do Auxílio Emergencial na pandemia da COVID-19, no ano de 2021. Esses contratos somam, Deputada Perpétua Almeida, mais de 50% de todos os contratos atendidos no âmbito da edição da medida provisória. Ou seja, as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social, que foram as pessoas que receberam maior desconto por parte do Governo, tiveram, nessa edição, a condição de ter um desconto de 92% de todo o seu débito - somam-se juros, multas e o principal daquele débito. Por exemplo, se o débito fosse - para facilitarmos a conta - no valor de 100 unidades, a pessoa o quitaria em até 10 parcelas, pagando 8 unidades, ou seja, teria 92% de abatimento do saldo total de débito. É um bom desconto.

Para os demais estudantes que estão dentro desse período da medida provisória, estão com esse atraso de parcelas, mas não estão no CadÚnico nem receberam Auxílio Emergencial, ou seja, estudantes que estão, vamos dizer, numa situação um pouco melhor, o desconto também foi grande, mas foi de 86,25%, ou seja, 6% menor do que o concedido às essas pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social, podendo o débito ser liquidado também em dez parcelas.

E à outra categoria, a dos débitos têm entre 90 e 360 dias de atraso, numa classificação dada pelo Ministério da Economia e pelo Ministério da Educação como créditos de possível recuperação, será concedido um desconto menor. Para o pagamento à vista, esses estudantes terão 12% de desconto, e também dos encargos, e a possibilidade de redividir esse débito em até 150 parcelas com redução de 100% de juros e multas.



O que é que o nosso texto traz de novidade? Nós procuramos conversar com o FNDE e com os responsáveis pelo FIES, debater com os consultores da Casa, nossos técnicos e com a equipe da Liderança do nosso partido, o Republicanos, para propor um texto que facilitasse o acesso a essa quitação e concedesse um desconto maior para quem mais precisa.

Fizemos os cálculos. Na nossa avaliação, a medida provisória continua neutra do ponto de vista fiscal. Não há, por parte do Governo, nenhum acréscimo naquilo em que precisa se comprometer, no que o Governo vai ter que ter como despesa para custear esse desconto. Nós procuramos equilibrar esses valores, para que pudéssemos, assim, dar um desconto maior para as pessoas que estão em situação de vulnerabilidade social.

Então, a nossa medida provisória traz para essas pessoas que estão no CadÚnico ou foram beneficiárias do Auxílio Emergencial em 2021 a possibilidade de dividir o débito em até 15 parcelas, ou seja, aumentamos em 50% o parcelamento - isso não afeta a previsão de receita do Governo - e estamos elevando o desconto de 92% para 99%. É praticamente uma anistia para esses mais de 455 mil contratos, 455 mil estudantes, 455 mil famílias, que vão poder quitar os seus débitos, dividindo-os em até 15 vezes, pagando apenas 1% daquilo que foi financiado.

É um grande avanço, Deputado Pedro Paulo. Nós procuramos, dentro desse equilíbrio, fazer justiça social. Nós estamos tendo, sim, condição de elaborar uma lei desigual para um País desigual como é o Brasil. Então, estamos aumentando esse desconto, para que, com isso, essas pessoas possam ter esses 99% de desconto, Deputada Perpétua, e possam, assim, quitar os seus débitos junto ao Governo, o seu financiamento estudantil.

Para chegarmos a esses 99% para os mais pobres e equilibrar a medida provisória do ponto de vista fiscal, nós tínhamos que tirar de algum lugar os valores correspondentes. Para isso, reduzimos em 9% o desconto dos demais estudantes. Assim, o desconto passou de 86% para 77%. Reduzimos, mas ainda ficou um desconto considerável, para podermos, com isso, dar às pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social a condição de poderem quitar os seus débitos.

Então, repito, reduzimos o desconto para os demais estudantes que decidirem aderir a essa renegociação que estamos aqui propondo de 86% para 77%, mas também garantimos a eles o aumento de 10 para 15 parcelas para o pagamento.

Ou seja, o nosso intuito, combinado com os Líderes, com o Presidente da Casa e com o próprio Senado Federal, foi fazer justiça social e fazer

com que essa adesão aumente, já que, até então, ela chegou a pouco mais de 15%, desde que a medida provisória foi editada.

Para os demais contratos, aqueles débitos que têm atraso de 90 e 360 dias, nós estamos apenas aumentando as parcelas. Não é mais necessário o pagamento à vista para quem vai ter os 12% de desconto. Ou seja, estamos facilitando a adesão das pessoas que têm esses contratos e estamos também permitindo aos que quiserem o parcelamento em até 150 parcelas sem juros e multa.

Então, resumindo, nós elevamos o desconto de 92% para 99%, o que é praticamente uma anistia para as famílias que vivem em situação de extrema pobreza, aquelas pessoas que estão no CadÚnico ou que receberam o Auxílio Emergencial, e diminuimos um pouco o desconto, Deputado Pedro Paulo, para quem tem mais condição de pagar. Estamos, com isso, atendendo à maioria dos contratos, porque, de todos os contratos atendidos nesta medida provisória, algo em torno de 825 mil contratos, a maioria, 455 mil contratos, são de pessoas que estão no CadÚnico ou que receberam o Auxílio Emergencial.

Estamos elevando o desconto para a maioria dos contratos, facilitando, assim, a adesão dessas pessoas que sofreram mais com a pandemia, que estão sofrendo com a falta de emprego e com a falta de oportunidade de trabalho. E sabemos que essas pessoas não deixarão de sustentar as suas famílias e de garantir o alimento na mesa para pagar um financiamento junto ao Governo. Agora, sim, com esta possibilidade, acreditamos que a adesão será bem maior.

Sr. Presidente, passo, agora, a falar da transação tributária que nós estamos trazendo para o texto, que é de fundamental importância para a recuperação econômica do nosso País.

A transação, primeiro, é um modelo que tem que ser considerado de ambas as partes para ser aceito. E nós buscamos, em negociação com o Ministério da Economia, chegar a um texto em que pudéssemos, sim, facilitar para o empresariado e para o setor produtivo a adesão à renegociação dos seus débitos junto ao Governo.

E o que nós fizemos? Nós trouxemos bastantes avanços ao texto, possibilitando, assim, que a negociação se tornasse atrativa, porque, tanto da parte do Governo há o interesse na arrecadação, como também há interesse por parte do setor produtivo de poder, com condições justas, aderir a esse novo modelo de renegociação dos seus débitos junto ao Governo Federal.

A transação traz muitos avanços. Nós temos, primeiro, a condição da proposição para que a transação seja feita. No nosso texto, nós determinamos que, por iniciativa do devedor e também do Governo, a

transação pode ser provocada pelo devedor, não mais dependendo apenas do Governo, do credor.

Isso é muito importante, na minha avaliação, para que as pessoas possam buscar a Secretaria da Receita Federal, a Receita Federal em seus Estados ou a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - esta, para os débitos que já estão inscritos na Dívida Ativa da União.

Antigamente, a transação só poderia ser realizada pela PGFN, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, e com os créditos que já estavam inscritos. Com o nosso texto, não; antes da inscrição na Dívida Ativa da União, os débitos podem ser negociados no modelo que propomos junto à Receita Federal de cada Estado, de cada cidade, facilitando, assim, a negociação daqueles que queiram, junto ao Governo, quitar os seus débitos.

Quais são as condições que nós trazemos? Primeiro, permitimos que o prejuízo fiscal possa ser usado. A discussão do prejuízo fiscal é muito importante, porque nós sabemos que isso já está provisionado, do ponto de vista das empresas, que recolheram tributos em cima desse prejuízo e não tiveram ainda condição de fazer esse encontro de contas.

Então, nós estamos permitindo que, no valor de até 70% do débito das empresas, o prejuízo fiscal seja usado no abatimento - isso, em até 70% do principal, o que é um grande avanço. O Governo concorda com a nossa proposta porque sabe que o momento é de extrema dificuldade e que, por uma questão de justiça, o prejuízo fiscal deve ser usado.

A negociação, com a possibilidade do uso do prejuízo fiscal em até 70%, se dará, nas empresas que buscarem a renegociação, de modo que o desconto possa ser dado, onde houver entendimento com o Governo, com desconto de 65% do débito total. A proposta inicial do Governo era de 60% de desconto, dividido em até 100 parcelas. A proposta que veio do Senado Federal, no PL 4.728/20, era de 70% de desconto, dividido em 120 parcelas. Nós conseguimos 65% de desconto, Deputado Mauro Benevides Filho, e a divisão em até 120 parcelas, o que, na nossa avaliação, ficou uma negociação extremamente atrativa para aqueles que procurarem tanto a Receita Federal como a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para fazer a transação dos seus débitos.

Nós permitimos também que o prejuízo fiscal seja usado dentro do mesmo grupo empresarial. Se você tem mais de uma empresa e quer negociar os débitos de ambas usando o prejuízo fiscal de uma empresa para pagar impostos de outra empresa do mesmo grupo que não tem prejuízo fiscal, isso está previsto. Nós garantimos isso no

texto, o que, na nossa avaliação, vai facilitar esse encontro de contas entre grupos empresariais e o Governo, melhorando a arrecadação, ajudando o empresário e ajudando a recuperação econômica que o nosso País tanto precisa.

Temos também um avanço importante no nosso texto, que é a não tributação do desconto.

Houve um único processo de renegociação de débitos em que se tributou desconto, o que foi um absurdo isso. Ou seja, o Governo dá um desconto para você pagar os seus débitos; se esse desconto é tributado, então, o desconto não está sendo do tamanho que o Governo propôs, ou que esta Casa ou que o Senado aprovaram. Isso aconteceu, por exemplo, no PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, que votamos aqui em 2017.

Nós estamos dizendo que, na transação, aquela empresa que optar por transacionar não terá tributação sobre o desconto de 65% que lhe será oferecido.

Na minha avaliação, nós estamos cumprindo aqui com o princípio básico da isonomia, de justiça tributária e de correção, de modo que aquilo que nós estamos dizendo ao empresariado brasileiro e às pessoas físicas - que estamos dando esse benefício - seja realmente aplicado na prática. Isso não aconteceu no processo de regularização tributária do PERT, em 2017, em que houve a incidência da tributação no desconto.

Estamos corrigindo no texto também essa aberração tributária e tirando o art. 14, é claro. Dessa forma, vedamos o desconto sobre aquilo que já foi pago, aquilo que já foi transacionado, mas concedemos àqueles que estão em situação regular no REFIS, de agora para frente, o direito de negociar junto ao Governo sem a tributação do desconto, porque nós entendemos que essa tributação é uma injustiça tributária cometida pelo Governo com o apoio de setores da administração pública federal. Então, estamos trazendo a não-incidência da tributação sobre o desconto dado àqueles que optarem pela transação e também garantindo a quem está no REFIS de 2017 o mesmo direito.

Sr. Presidente, basicamente, o texto da transação traz esses avanços: desconto de 65% e pagamento em 120 parcelas; uso de prejuízo fiscal em até 70%; não-incidência da tributação no desconto. Na minha avaliação, são os três pontos principais para facilitar a transação. E há também o grande ganho que é trazer a Receita Federal para a negociação, não ficando essa negociação exclusiva para a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Estamos levando também a transação de adesão ao contencioso de



pequeno valor. Isso facilitará esse encontro de contas e também uma melhor negociação para os contenciosos que são caracterizados como de pequeno valor.

Estamos trazendo a possibilidade, que é um avanço e foi um pleito do MEC e das instituições de ensino do Brasil, de, excetuando os cursos de medicina, psicologia, enfermagem e odontologia, visitas do MEC para vistoria com vistas à autorização de cursos serem feitas de forma virtual, agilizando assim a autorização de cursos. Essa medida visa desburocratizar esse processo, que, infelizmente, ainda é lento, porque temos pouca mão de obra no Ministério da Educação para autorizar os cursos de ensino superior. Os cursos de saúde continuam tendo a exigência da visita *in loco*, mas os demais cursos que eu citei, depois da nossa medida provisória, podem também ser autorizados de forma virtual.

Estamos permitindo também que, caso entenda que algum curso precise da visita *in loco*, o MEC regulamente e estabeleça, por portaria, essa exigência, dando, assim, as condições de podermos melhorar a qualidade da educação e termos sempre mais vagas de ensino superior no Brasil.

Estamos aqui atendendo a um pleito das Santas Casas, que vivem numa situação de extrema dificuldade. Nós sabemos do papel social, principalmente, no que tange à saúde, que essas instituições cumprem no Brasil. E estamos permitindo o refinanciamento dos seus débitos, atendendo a um pedido do meu colega e grande Líder desta Casa, o Deputado Antonio Brito.

Entendemos que é preciso tratar de forma diferente quem cumpre um papel diferente na nossa sociedade. E nós não imaginamos o Brasil sem os serviços e sem o trabalho das Santas Casas Brasil afora, atendendo pessoas em hospitais. Com isso, podemos promover o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e dar a essas instituições a oportunidade de refinanciarem seus débitos, terem suas certidões e manterem os serviços que são tão importantes para a nossa população.

Esse é mais um gesto, diante de tantos que esta Casa já fez, para com as Santas Casas brasileiras, em atendimento a mais um pleito dessas instituições tão importantes.

Sr. Presidente, fiz um resumo daquilo que nós procuramos atender no nosso relatório. Vou direto ao voto, para que possamos apreciar a medida provisória e também os destaques que, porventura, tenham sido protocolados.

Passo a ler a conclusão do voto.

"II.3 - Conclusão do voto

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

a) pelo atendimento dos pressupostos constitucionais de relevância e urgência da Medida Provisória nº 1.090, 30 de dezembro de 2021;

b) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 1.090, de 30 de dezembro de 2021, e das emendas a ela apresentadas perante a Comissão Mista, com a ressalva da Emenda nº 40, a qual consideramos inconstitucional;

c) quanto à adequação orçamentária e financeira:

c.1) pela adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 1.090, de 30 de dezembro de 2021, e da Emenda nº 46;

c.2) pela adequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 14 e 32, nos termos do PLV;

c.3) pela não implicação orçamentária ou financeira da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública das Emendas nºs 7, 12, 17, 19, 26, 27, 45, 48, 53, 61, 74 e 80, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária;

c.4) pela inadequação orçamentária e financeira das Emendas nºs 1 a 6, 8 a 11, 13, 15, 16, 18, 20 a 25, 28 a 31, 33 a 44, 47, 49 a 52, 54 a 60, 62 a 73, 75 a 79 e 81 a 83, por não atenderem ao disposto nos arts. 124 e 125 da LDO 2022, art. 14 da LRF e 113 do ADCT;

d) no mérito:

d.1) pela aprovação da Medida Provisória nº 1.090, de 2021, e das Emendas nº 7, 14, 17, 19, 26, 27, 32, 45 e 80, acolhidas parcialmente ou integralmente, na forma do projeto de lei de conversão anexo a este parecer;

d.2) pela rejeição das demais emendas."

Esse é o nosso voto, Sr. Presidente.



Publ.: DCD - 18/05/2022 - JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

COMO LÍDER
DISCURSO

Sumário

Importância da presença dos Parlamentares na sessão do Congresso Nacional da próxima quinta-feira, para votação e rejeição do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, sobre a instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), referente ao apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, quero agradecer ao Deputado Wolney Queiroz por ceder o tempo da Oposição para que eu pudesse ocupá-lo.

Eu faço isso, Deputado Wolney, para abrir um alerta em relação à sessão do Congresso Nacional da quinta-feira próxima. Aponta-se a tendência de termos a sessão do Congresso na próxima quinta-feira. Nessa sessão, nós teremos vários vetos para apreciar. Dois desses vetos referem-se a leis da cultura brasileira. E já faço este alerta hoje porque muitos Parlamentares tomam a estrada na quinta-feira, viajam. Nós precisamos ter quórum nesse dia, porque é fundamental que nós derrubemos esses vetos na quinta-feira. A cultura brasileira, com a diversidade que temos, precisa muito que a Câmara Federal e o Senado da República respondam a esses vetos, que não têm nenhuma consistência técnica. Esses vetos são puramente políticos, vetos ideológicos, vetos que não têm consistência técnica para sua existência. Nós precisamos responder a isso.

Os Líderes partidários com quem já conversei, o Presidente da Câmara e o Presidente do Senado construíram essas leis conosco. Essas leis foram construídas pelo Congresso Nacional, foram construídas coletivamente pela sociedade brasileira. A Lei Paulo Gustavo foi construída com a sociedade brasileira, por iniciativa do Senado da República, e depois foi votada aqui com mais de 400 votos.

E a Lei Aldir Blanc é uma continuidade daquela que foi construída em plena pandemia, na dramaticidade que a cultura e aqueles que têm a arte como ofício viveram e que puderam ter na Câmara Federal e no Senado da República a resposta devida e necessária à sua demanda por terem todas as atividades paralisadas. Foi o Parlamento brasileiro que deu a resposta à altura, com a ajuda do Deputado Arthur Lira, que não era Presidente da Casa naquele momento, mas que nos ajudou



com o concurso de todos os Líderes de bancada, com o concurso de todas as bancadas daquela ocasião, que conversaram com o setor da cultura nos seus Estados. Muitas reuniões foram feitas com a presença de Parlamentares de vários Estados brasileiros. Foi feita uma construção com os Estados, nos lugares mais remotos do País, em conversas que tivemos do Oiapoque ao Chuí. E nós percorremos as estradas digitais de todo o território brasileiro para construir a Lei Aldir Blanc.

E ela foi feita a partir de projetos que aqui deram entrada. A primeira signatária foi a Deputada Benedita da Silva, em 2020. Depois, com o texto construído e com toda a experiência vivida, eu agora sou autora da Lei Aldir Blanc II. A partir de toda uma experiência vivida, houve uma reconstrução do texto, mas por demanda da sociedade brasileira. E sou autora junto com a Deputada Alice Portugal, o Deputado Renildo Calheiros e mais 12 coautores.

É muito importante que derrubemos o veto. Essa é uma expectativa da sociedade brasileira.

A Lei Paulo Gustavo precisa ter seu veto derrubado e ela já tem a fonte declarada: o Fundo Setorial do Audiovisual, que está retido há 4 anos na União. Então, é uma fonte concreta, é uma fonte conhecida que vai predominar para o setor audiovisual brasileiro, que não conseguiu orçamento para os seus projetos. E há uma parte do recurso destinado a outras linguagens artísticas do Brasil.

A Lei Aldir Blanc não é mais uma lei emergencial, é uma lei perene, e a temos chamado de "FUNDEB da cultura", pois vai estruturar o Sistema Nacional de Cultura. Haverá uma Lei Aldir Blanc por ano e ela não terá impacto financeiro em 2022, mas, a partir de 2023. Portanto, não tem impacto agora! A lei comanda o orçamento agora, para ter impacto a partir do ano que vem. Não há nenhuma razão para esses vetos.

E o alerta que faço neste momento é para que haja quórum na quinta-feira e possamos ter os votos dados: 257 votos na Câmara e 41 votos no Senado. Os fazedores e fazedoras de cultura estão atentos, estão alertas, estão conversando com os Parlamentares. Os gestores de cultura que estiveram aqui na semana passada, o Fórum de Secretários Estaduais, os fóruns municipais e a Frente Nacional de Prefeitos conversaram com vários Líderes e vão acompanhar ao vivo, através de telões nas praças das cidades, porque a expectativa é imensa - é imensa! - para que esses recursos cheguem lá na ponta, cheguem ao sanfoneiro do São João do Nordeste, cheguem às cirandas do Nordeste, cheguem às festas regionais do Sul e ao sanfoneiro do Sul também, cheguem às figurinistas do carnaval, cheguem à cultura gospel, que foi colocada na Lei Aldir Blanc, cheguem às culturas afro, cheguem a todas as diversidades culturais

brasileiras.

Mas que essas pessoas que têm a arte como ofício, como os produtores culturais, os pequenos, os médios, aqueles que não conseguem receber esse recurso permanentemente com regularidade, possam fazê-lo. É esse apelo que se faz neste momento.

E aqui, Deputado Wolney, agradecendo a V.Exa. mais uma vez por ceder este tempo, nós fazemos esse apelo ao Parlamento brasileiro, que tanta resposta deu à cultura brasileira nesse período dramático da pandemia, que ainda não acabou. Mas nós vemos o retorno aos poucos dessas atividades. Vemos a emoção, a alegria de quem já está voltando aos palcos, a alegria de quem já está voltando para as ruas, a emoção do público que consegue novamente ver a arte acontecer. É em nome de todos esses e todas essas que pedimos a derrubada do veto dessas duas leis ao Parlamento brasileiro na sessão de quinta-feira.

Senador Rodrigo Pacheco, Presidente Arthur Lira, quero agradecer a V.Exas. por nos ajudarem nessa potente possibilidade.

E quero ainda, neste momento, registrar, em nome da Oposição, Deputado Wolney, o nosso apoio a toda luta do movimento da comunidade LGBTQIA+, que hoje celebra o Dia Internacional de Combate à Homofobia e à Transfobia, porque o Brasil ainda é o país que mais mata pessoas pertencentes a essa comunidade. E nós não podemos viver num país do preconceito, da morte e da violência por orientação sexual.

Obrigada, Presidente, por este momento de falar nesta sessão de hoje.

Documento 62/99

63.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/05/2022- CD	20:00
Publ.: DCD - 18/05/2022 - HUGO MOTTA-REPUBLICANOS -PB		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer às Emendas de Plenário de nºs 1 e 2, apresentadas à Medida Provisória nº 1.090, de 2021, conforme o § 1º, art. 3º, do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. HUGO MOTTA (REPUBLICANOS - PB. Para proferir parecer.

Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, já está pronto o relatório. Passo à leitura do voto do Relator.

"II - Voto do Relator

Após amplo diálogo com diversos Líderes partidários, restou claro que o Projeto de Lei de Conversão previamente apresentado por mim contém melhorias que representam um avanço na resolução do problema do passivo das dívidas do FIES com os estudantes financiados.

Com relação à Emenda de Plenário nº 1, alteramos a redação do PLV para garantir o desconto integral fixo de 99% (noventa e nove por cento) aos integrantes do CadÚnico e beneficiários do auxílio emergencial" - ou seja, nós estamos dando praticamente uma anistia às pessoas que contrataram o seu FIES até o ano de 2017, que compõem mais de 50% de todos os contratos atendidos na medida provisória, para que elas tenham condição de fazer a sua quitação com o Governo; entendemos ser uma medida justa socialmente, que ajuda quem mais precisa, quem mais sofreu com a pandemia e que ainda está tendo os reflexos negativos pela falta de oportunidade, pela falta de emprego, Deputado Igor Timo; por isso, nós fizemos esse esforço, balanceando, assim, de forma mais justa para com essas pessoas, o desconto dado inicialmente na Medida Provisória nº 1.090 - "e corrigimos discrepâncias de redação existente no texto original (identificada desde o texto original da MP) para definir que os demais descontos serão de até 12% (doze por cento) e de até 77%. Por isso, somos pela aprovação dessa emenda, na forma da subemenda substitutiva global.

Com relação à Emenda de Plenário nº 2, somos pela sua rejeição no mérito, uma vez que tratam de créditos e débitos de devedores diferentes.

Ante o exposto, pela Comissão Mista, votamos:

I) pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as emendas de Plenário;

II) pela não implicação financeira e orçamentária da Emenda de Plenário nº 2;

III) pela adequação financeira e orçamentária da Emenda de Plenário nº 1, na forma da subemenda substitutiva global anexa;

IV) no mérito, pela rejeição da Emenda de Plenário nº 2 e pela aprovação da Emenda de Plenário nº 1, na forma da subemenda

substitutiva global."

Este é o nosso complemento de voto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Documento 63/99

63.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 17/05/2022- CD	23:04
Publ.: DCD - 18/05/2022 - CORONEL TADEU-PL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Geração de elevado número de novos empregos no País entre 2020 e 2022. Excelência da gestão do Presidente Jair Bolsonaro e sua equipe. Atendimento de elevado contingente de trabalhadores e famílias carentes por meio de programas sociais implantados pelo Governo Federal. Alta lucratividade alcançada por empresas estatais no Governo Jair Bolsonaro. Elevado índice de aprovação das escolas cívico-militares. Classificação do Brasil entre os principais países quanto à captação de investimentos externos.

O SR. CORONEL TADEU (PL - SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Boa noite, Sr. Presidente, colegas que ainda se encontram no plenário e todos aqueles que estão nos acompanhando pela *TV Câmara*. Desde já, solicito que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, se possível.

Presidente, hoje nós recebemos a notícia de que, no primeiro trimestre de 2022, tivemos o registro mais de 95 milhões de brasileiros em atividade econômica e do menor índice de desemprego desde há muito. São números muito positivos. E eu gostaria de acrescentar mais um dado: 4 milhões e 600 mil empregos foram gerados entre julho de 2020 e abril de 2022.

Como se consegue isso em plena pandemia? Como o Brasil consegue se destacar dessa forma? Em comparação com o que ocorreu em outros países, esse é um índice absurdamente alto de geração de empregos. A resposta a essas perguntas é credibilidade, honestidade.

O Presidente Bolsonaro, junto com sua equipe, vem fazendo um trabalho maravilhoso! Combatemos a pandemia, estamos saindo dela e, ao mesmo tempo, o Brasil está crescendo, aumentando a arrecadação. A prova desse desenvolvimento é que a safra de 2022 será de aproximadamente 261 milhões de toneladas, ou 8 milhões de

toneladas a mais do que a safra do ano passado. E os nossos gastos públicos estão caindo cada vez mais. Ou seja, hoje temos um Governo que respeita o dinheiro dos trabalhadores, o dinheiro do povo brasileiro, que paga impostos. Quando esse dinheiro cai na mão de uma pessoa que tem essa responsabilidade, isso faz com que esse dinheiro seja devolvido em forma de serviços à sociedade. Exemplo disso são os programas sociais do Governo Bolsonaro, que também atingem milhões e milhões de pessoas.

A média de atendimento no Governo do Partido dos Trabalhadores era de 16 milhões a 17 milhões de beneficiados. O Governo Bolsonaro começou com 21 milhões de beneficiados, em 2019, passou para 88 milhões, no principal ano da pandemia, e atendeu 60 milhões em 2021. O dinheiro não vai mais para o bolso dos corruptos. O dinheiro não mais anda por caminhos tortuosos, criminosos.

As empresas do Governo Federal dão lucro hoje, e esse dinheiro é revertido em benefício de todos os brasileiros. Nós temos hoje os Correios apresentando lucro, a CEAGESP apresentando lucro, a PETROBRAS apresentando lucro e tantas outras empresas que poderíamos destacar aqui - são mais de 200! Todas elas - todas elas! - estão apresentando lucro. E para onde é que vai o lucro? Antigamente, ia para o bolso dos corruptos, para o bolso de uma quadrilha que estava instalada aqui em Brasília e que roubava tudo o que podia, derrubava tudo o que podia. Parecia gafanhoto em lavoura de milho: pegava até o talo!

Hoje, não. Hoje, o nosso mundo é um pouco diferente. Hoje, o dinheiro vai para a escola cívico-militar. Nós temos hoje 127 escolas cívico-militares instaladas no Brasil, mais 87 em fase de implantação. E 90 mil crianças hoje têm ensino de boa qualidade. O tráfico de drogas nem chega perto dessas escolas. Este é o Governo Bolsonaro. E, para aqueles que são contra esse projeto das escolas cívico-militares, quero dizer que existe uma pesquisa da CNT/MDA que mostra que essas escolas têm 76% de aprovação. O Governo Bolsonaro deveria se estender até 2040, até 2050, para que pudéssemos chegar a uma situação em que todas as escolas funcionassem nesse mesmo modelo.

Para encerrar, Sr. Presidente - e eu não vou utilizar totalmente os 10 minutos do tempo da Liderança -, quero falar sobre a captação de investimentos.

O Brasil hoje está listado entre os principais países no *ranking* de captação de investimentos, e esses investimentos geram desenvolvimento, geram riqueza, geram empregos. Em especial, destaco os setores de energia, de óleo, de gás, de mineração, de ferrovias, de rodovias e tantos outros. Será aportado um valor de mais de 1 trilhão de reais aqui no Brasil. Esse valor está estimado desde que

o Governo Bolsonaro começou, em 2019. De 2019 até o final de 2022, vão chegar aqui 1 trilhão e 100 bilhões de reais de investidores que querem trabalhar no Brasil devido à confiabilidade, à seriedade deste Governo e à segurança jurídica que este Governo dá ao empresário que pega o seu dinheiro lá fora e traz aqui para dentro, para fazer obras, promover serviços, criar empresas e empregos e ficar feliz. Ele está feliz e vai ficar no Brasil, desde que Bolsonaro continue ou que pelo menos essa filosofia continue. Foi uma mudança radical: saíram os corruptos, saiu a quadrilha e entrou um time de pessoas honestas para tratar bem do Brasil, para tratar bem do Governo Federal, para tratar bem da nossa economia.

Eu estou falando isso, mas tudo está catalogado e registrado na imprensa para todo mundo que queira buscar essas informações, para que depois não venham dizer que é *fake news* o que o Deputado Coronel Tadeu está dizendo aqui na tribuna.

Presidente, obrigado. Boa noite a todos. Até amanhã, se Deus permitir.

Documento 64/99

63.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	17/05/2022-23:20
Publ.: DCD 18/05/2022 -	LUIZ LIMA-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO		DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Incremento das vendas do comércio varejista brasileiro.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO LUIZ LIMA.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje gostaria de destacar mais um forte indicativo da melhoria da nossa situação econômica, que, passada a pandemia, vem retomando forte sua atividade.

O volume de vendas no comércio varejista brasileiro cresceu 4%, na comparação com o mesmo mês de 2021. Na comparação com fevereiro, a alta é de 1%. Os dados são do Instituto Brasileiro de

Geografia e Estatística - IBGE e foram divulgados na última terça-feira, dia 10.

O consenso na comparação anual era uma subida de 2,1%. E tivemos praticamente o dobro disso: 4%. Os números vieram bem acima do esperado pelo mercado pelo segundo mês consecutivo. Em fevereiro, as vendas no varejo tinham subido 1,1%, contra uma expectativa de alta de apenas 0,1%.

O avanço nas vendas no varejo em março foi puxado pelas altas em: equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (+13,9%); livros, jornais, revistas e papelaria (+4,7%); outros artigos de uso pessoal e doméstico (+3,4%); combustíveis e lubrificantes (+0,4%); móveis e eletrodomésticos (+0,2%); tecidos, vestuário e calçados (+0,1%).

Boas notícias são para comemorarmos! Forte abraço a todos!

Documento 65/99

63.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 17/05/2022-23:20
Publ.: DCD 18/05/2022 -	VINICIUS CARVALHO-REPUBLICANOS -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Elevado contingente de consumidores brasileiros em situação de inadimplência, segundo a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e o Serviço de Proteção ao Crédito. Responsabilidade da pandemia de coronavírus pelo cenário conturbado da economia brasileira. Ampliação do uso de cartão de crédito pelos consumidores brasileiros.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO VINICIUS CARVALHO.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, demais presentes, caros telespectadores da *TV Câmara* e ouvintes da *Rádio Câmara*, mais de

61 milhões de brasileiros estão inadimplentes. Isso significa que quase quatro em cada dez pessoas têm pendências financeiras. O patamar de endividados está muito próximo do registrado em 2018, que foi um recorde histórico, e a perspectiva, infelizmente, não é boa.

O levantamento feito, no mês passado, pela Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas e pelo Serviço de Proteção ao Crédito revela que, do total de inadimplentes, metade está com dívidas atrasadas entre 91 dias e 1 ano.

A pesquisa também destaca que a lista dos endividados aumentou quase 6%, no mês passado, em relação a abril de 2021. Embora os números atuais não sejam os maiores, aproximam-se muito do contingente de 63,08 milhões atingido em novembro de 2018, segundo a série do SPC Brasil iniciada em janeiro de 2015.

Depois das pendências com bancos, com alta de 18,75%, as dívidas não pagas de contas básicas de água e luz foram as que mais cresceram. O aumento foi de 7,92% em abril na comparação com o mesmo mês do ano passado. Isto mostra que as pessoas acabam sendo obrigadas a direcionar os gastos para o consumo básico de comida, até se arriscando a ter luz e água cortadas.

A pandemia foi a principal responsável pelo cenário conturbado da economia tanto no Brasil como no exterior. Aqui, por mais que recursos sejam injetados com a antecipação do pagamento do 13º salário para aposentados e pensionistas da Previdência e a liberação de parcelas do FGTS aos trabalhadores, a situação ainda é grave.

Por conta dessa realidade, o uso do cartão de crédito aumentou 42,4% nos primeiros 3 meses do ano, em comparação com o mesmo período de 2021.

Não é fácil encontrar a fórmula para equilibrar as contas, mas é preciso estar ciente de que os juros altos dificultam a saída da lista de nomes negativados e ainda fazem a dívida virar uma bola de neve, quando ocorre qualquer atraso.

Era o que eu tinha a dizer.

Sumário

Apresentação do Projeto de Lei nº 135, de 2022, acerca da alteração da CLT - Consolidação das Leis do Trabalho, com vista à concessão de teletrabalho aos pais de crianças de até 8 anos de idade. Expectativa quanto ao acatamento de emendas oferecidas pelo orador às Medidas Provisórias de nºs 1.108 e 1.109, de 2022, relativas ao teletrabalho.

O SR. GUSTAVO FRUET (PDT - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente. É sempre uma honra falar sob a presidência de V.Exa. aqui na Câmara dos Deputados.

Há muito se fala no futuro do trabalho em razão da tecnologia. No livro *A Quarta Revolução Industrial*, Klaus Schwab chega a apontar profissões que vão ser extintas e profissões que vão exigir cada vez mais qualificações, em tempos de 5G, de Internet das Coisas e de Inteligência Artificial. Nesse sentido, é bom destacar que a pandemia, entre outras contradições, acabou antecipando o uso da tecnologia, em especial no teletrabalho. E acabou sendo feito em pouco tempo o que talvez demandasse anos para ser implantado em uma situação normal.

Diante disso, em 3 de fevereiro deste ano, apresentei o Projeto de Lei nº 135, que inclui artigo na CLT dispondo sobre o direito do empregado que tenha filhos de até 3 anos de idade ou de até 8 anos, em situações específicas, a obter o regime de teletrabalho, ou trabalho remoto, desde que haja compatibilidade com a atividade desempenhada, disponibilidade de recursos e, evidentemente, meios do empregador.

O projeto se inspira em legislação portuguesa aprovada em 2021 e na necessidade de que a legislação brasileira sobre o tema seja clara e objetiva, garantindo a segurança jurídica e o direito dos trabalhadores nessa condição de teletrabalho, ou trabalho remoto. Nossa preocupação com as normas sobre o tema se confirmou em março deste ano com a edição, pelo Governo Federal, de duas medidas provisórias - as MPs 1.108 e 1.109 - tratando do tema.

No prazo regimental, apresentamos emendas às referidas medidas provisórias para garantir aos trabalhadores: primeiro, limites à jornada de teletrabalho, evitando abusos; segundo, prazo mínimo de 5 dias, e não de 48 horas, para a comunicação ao empregado sobre o retorno ao sistema presencial de trabalho; e, terceiro, preferência, no regime de teletrabalho, aos trabalhadores responsáveis por menor com até 8 anos de idade.

Recentemente, em 4 de maio, o tema voltou ao Congresso na Medida Provisória nº 1.116, que estabelece, entre outras normas, a prioridade de teletrabalho ou trabalho remoto aos empregados e às empregadas com filhos, enteados ou criança sob guarda com até 4 anos de idade. Por coerência e mantendo o entendimento apresentado inicialmente no referido projeto de lei, apresentei emenda a essa medida provisória também, permitindo estender a priorização do trabalho remoto aos empregados com filhos de até 8 anos de idade em situações específicas.

Com isso, esperamos que a nossa percepção da necessidade de clareza normativa sobre o tema, já confirmada pela edição das medidas provisórias, seja também acatada com a votação do projeto de lei ou das emendas às MPs, garantindo-se segurança jurídica aos trabalhadores e às trabalhadoras, em especial num período em que há aumento brutal do índice de desemprego e, principalmente, há diminuição do emprego formal em nosso País.

Obrigado, Presidente.

Documento 67/99

64.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/05/2022-15:00
Publ.: DCD 19/05/2022 -	FLÁVIO NOGUEIRA-PT -PI		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Vinculação entre a política econômica adotada por Paulo Guedes/Bolsonaro e o agravamento da fome, a falta de medicamentos, a elevação dos índices inflacionários e dos preços de combustíveis e a inexistência de política educacional no País.

O SR. FLÁVIO NOGUEIRA (PT - PI. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, é um prazer estar hoje aqui e ver os trabalhos sendo conduzidos por V.Exa.

Quero dizer o seguinte: o Brasil vive uma situação triste, calamitosa. Faltam remédios nas farmácias, sejam farmácias públicas, sejam farmácias privadas, o povo está passando mais fome e está cada dia mais empobrecido.

Eu acho que a questão principal é que não se trata neste País a



política econômica ao lado da política geral. Trata-se a economia como uma ciência exata, e ela não é uma ciência exata. A economia é uma ciência contingente, é uma ciência empírica - ela é empírica, não é ciência -, que está voltada para os problemas, para as circunstâncias complexas de cada povo, de cada Nação como um todo, e não para um segmento específico do estrato social. Sabemos que a economia é uma ciência que tem conceitos matemáticos, mas é preciso olhar também para as questões sociais. Por isso, não podemos dizer que ela seja uma ciência exata.

É por isso que temos aí esse descalabro. Não há um foco social. Temos todos os problemas inflacionários, o povo sem direito a comprar sua cesta básica, os problemas educacionais, as filas no SUS. Quantas pessoas hoje padecem nessa fila, esperando uma cirurgia cardíaca que foi postergada pela pandemia? E não houve uma programação para que, no período pós-pandemia, esses casos possam ser resolvidos.

E aquele Ministro falastrão, aquele grande economista da universidade americana, parece que naufragou, é um naufrago à espera da extrema-unição. Ninguém ouve mais falar dele nos jornais. Parece que é como os outros Ministros desse Governo, ninguém sabe mais nem o nome do Ministro da Educação. Desses Ministros da Educação nós só sabemos o nome quando são admitidos e quando são demitidos. Não se conhece uma política educacional, não há um plano de educação neste País.

Por isso, eu tenho muita preocupação com este País. Temos que tratar urgentemente desse problema da inflação, do aumento do combustível, do aumento do *diesel*. Enfim, vamos tratar da economia e esquecer os outros problemas.

Sra. Presidente, peço que o meu discurso seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 68/99

64.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/05/2022-15:20
Publ.: DCD 19/05/2022 -	ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Depreciação da venda da ELETROBRAS. Contrariedade à privatização da

PETROBRAS e dos Correios. Elevação de tarifas de energia elétrica no País. Homenagem ao Vereador Silvio Dias, da Câmara Municipal de Feira de Santana, Estado da Bahia.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, estamos vivendo hoje um dia crucial para os interesses da economia brasileira, da soberania brasileira e da dimensão de Estado que nós precisamos para o Brasil. A venda da ELETROBRAS por 46 bilhões de reais, valor fruto de uma subavaliação, é um crime contra o nosso País.

Às vezes é inacreditável que pessoas venham ao Congresso, seja ao Senado, seja à Câmara, por interesses particulares ou interesses políticos camuflados, para apoiar esse desvario que é a venda da ELETROBRAS.

Os Estados Unidos controlam 48% da sua produção de energia, inclusive com o Exército americano. Os americanos têm isso como uma pérola. Os novos investimentos que estão sendo feitos pelo atual Governo americano são exatamente para ampliar esse controle.

Aqui os que se dizem liberais, que querem ser parecidos com os liberais do mundo, estão a entregar o Estado brasileiro. Estão fazendo isso com a PETROBRAS, tentam fazer com os Correios, mas tudo leva a crer que não vão conseguir, e agora tentam com a ELETROBRAS. Deveriam é investigar a ladroagem - não há outra palavra, infelizmente; procuramos outra, mas não achamos - que foi cometida durante e depois da pandemia.

Nos últimos meses, as chuvas encheram os reservatórios, mas as hidroelétricas permaneceram paradas, e as termoeletricas continuaram funcionando, abastecendo o bolso de alguns. O povo brasileiro não merece passar por isso.

E, quando acaba essa farra, vem um aumento absurdo no preço da tarifa de energia elétrica, um aumento que atinge frontalmente os mais pobres, que atinge frontalmente a produção brasileira. Esse é um entreguismo absurdo e absoluto. Chega!

Hoje, é um dia crucial para que o TCU não entre nessa mesma farra de destruição do Estado brasileiro, da nossa soberania e da vida dos brasileiros, que vão ficando cada dia mais submetidos à situação em que vivemos de entrega e de desmanche da soberania brasileira.

Viva a ELETROBRAS! Vivam os trabalhadores da ELETROBRAS! Viva o povo brasileiro! Vivam os nossos valores! Viva o nosso patrimônio! E viva quem está atento e lutando contra esses desvarios cometidos pelo

atual Governo!

Sra. Presidenta, quero também dizer que nós precisamos cada dia mais valorizar o Poder Legislativo. Eu queria aqui homenagear o meu amigo Vereador Silvio Dias, de Feira de Santana, que apresentou lá um projeto para tirar do plenário o vidro que impede o contato entre a população e os Vereadores da Câmara da cidade onde eu vivo, onde eu amo viver, Feira de Santana.

Silvio, eu deixo aqui no Congresso brasileiro, na Câmara dos Deputados, esta homenagem do seu parceiro.

Documento 69/99

64.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	18/05/2022-16:00
Publ.: DCD 19/05/2022 -	IDILVAN ALENCAR-PDT -CE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apresentação do Projeto de Lei nº 1.215, de 2022, a respeito da Estratégia de Saúde Mental nas Escolas - ESME.

O SR. IDILVAN ALENCAR (PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Presidente, nos últimos 2 anos, período de pandemia, passamos momentos difíceis com as escolas fechadas. Felizmente, reabrimos as escolas em 2020. Mas esse retorno às escolas revelou duas consequências graves da pandemia. A primeira delas é o déficit, a defasagem na aprendizagem. Eu até apresentei um PL, em 2020 com estratégias para recuperarmos, recompormos a aprendizagem. Mas hoje eu quero falar da segunda consequência gravíssima da pandemia revelada na volta às aulas: o acometimento da saúde mental de alunos, professores e servidores. Isso é muito grave.

Quem está no dia a dia da escola sabe muito bem do que eu estou falando, porque está vivenciando o problema, está sofrendo com ele. E a situação está praticamente insuportável. Para quem está fora, eu vou trazer pesquisas e dados para justificar essa questão.

Depois de pesquisas e conversas, apresentei o Projeto de Lei nº 1.215, de 2022, que dá um prazo de 60 dias para que Estados e Municípios apresentem, respectivamente, às Assembleias Legislativas e às Câmaras de Vereadores as estratégias para atenção à saúde mental

nas escolas. Estão acontecendo fatos graves que não podemos ignorar, nem silenciar sobre eles.

A OMS, recentemente, em março de 2022, apresentou dados de uma pesquisa demonstrando que houve 25% de aumento nos casos de ansiedade e depressão, e a maioria desse público é de jovens. Em Recife, no dia 11 de abril, houve um evento de surto coletivo, em que 26 alunos tiveram crise de pânico e precisaram deitar-se no chão. Isso foi tratado como uma questão isolada, mas não é. Professores também estão sofrendo. Segundo pesquisa do Instituto Península, 57% dos professores afirmaram que queriam ter apoio psicológico e emocional.

Nós vamos negligenciar esse tema, vamos ficar calados? Esse tema precisa entrar na agenda nacional. Não podemos ignorá-lo, nós temos que agir, e de forma rápida. É um tema grave e urgente. Conto, portanto, com o apoio de Parlamentares, Governadores e Prefeitos. Não podemos deixar isso acontecer nas escolas brasileiras.

Obrigado.

Documento 70/99

64.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 18/05/2022-22:32
Publ.: DCD 19/05/2022 -	- ACÁCIO FAVACHO-MDB -AP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ENCERRAMENTO	DISCURSO ENCAMINHADO DISCURSO

Sumário

Sinais de recuperação da economia brasileira pós-pandemia. Geração de elevado número de novos empregos formais no Estado do Amapá, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED.

DISCURSO NA ÍNTEGRA ENCAMINHADO PELO SR. DEPUTADO ACÁCIO FAVACHO.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e caros telespectadores do Sistema Câmara de Comunicações, boa tarde.

Desde o início do período mais crucial da pandemia, já nos



preocupavam seriamente os efeitos negativos que a necessidade de paralisação de vários setores da economia causaria, principalmente a manutenção de empregos Brasil afora. Aqui no Congresso Nacional, aprovamos várias medidas na tentativa de amenizar esses efeitos, mas mesmo assim assistimos, infelizmente, a uma escalada no número de desemprego em todo o País.

Agora, passados 2 anos de pandemia, num momento em que, felizmente, em primeiro lugar graças à ciência, por desenvolver em tempo tão hábil as vacinas, e também ao nosso Sistema Único de Saúde, o SUS, que, com toda a sua agilidade, vem conseguindo atingir números mais que satisfatórios de pessoas vacinadas com a primeira e a segunda doses e segue bem adiantado também com as doses de reforço, é que podemos começar a comemorar uma retomada, ainda que modesta. Efeitos benéficos começam a surgir em nossa economia.

Digo isso nobres colegas, regozijado, porque em recente divulgação de dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, o meu Estado, o Amapá, teve a maior taxa de geração de empregos do Brasil no início de 2022.

Segundo o estudo, no último mês de março, o Amapá registrou 1.222 novas contratações com carteira assinada. Esse número representa uma variação relativa de 1,72% ao mês, um ritmo de crescimento acima da média nacional, que foi de 0,33%.

Em outra análise realizada pelo CAGED, o acumulado dos últimos meses, compreendendo o período de abril de 2021 a março de 2022, o saldo positivo foi de 6.763 empregos, o que representa variação de 10,34%, mais uma vez superior a toda a média nacional, que fechou o mesmo período com positividade de 6,64%.

Esse crescimento, ainda que inicial, é um reflexo das ações relacionadas a uma nova economia, principalmente no que se refere às inúmeras obras e ações em andamento no nosso Estado, muitas delas provenientes de recursos orçamentários, que, através de emendas parlamentares, agora estão chegando à ponta, para o atendimento e o cuidado das pessoas e, o que é mais importante, para a geração de emprego e renda. Isso pode ser comprovado no setor de serviços, que vem mostrando melhor desempenho no último trimestre. Por exemplo, foram 2.256 novos postos de trabalho, dos 2.346 gerados em todo o Estado.

Portanto, Sra. Presidente, o nosso Brasil vem dando animadoras mostras de que começa reagir a esse período tão tenebroso pelo qual todos nós estamos passando. Só assim, com ações, com políticas firmes e bem planejadas em busca da geração de emprego e renda, é que vamos retomar o crescimento econômico e social que todos

almejamos.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento 71/99

65.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	19/05/2022-09:32
Publ.: DCD 20/05/2022 -	LUIZ LIMA-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Acerto da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 3.179, de 2012, acerca da implantação do ensino domiciliar no País, (*homeschooling*). Contrariedade à atribuição ao Presidente Jair Bolsonaro da responsabilidade por óbitos decorrentes da Covid-19. Responsabilidade dos partidos opositores pela paralisação das escolas durante a pandemia de coronavírus.

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Bom dia, Brasil. Bom dia, Estado do Rio de Janeiro. Bom dia aos 92 Municípios do Estado do Rio de Janeiro.

Presidente Dr. Zacharias Calil, ontem nós tivemos a votação do *homeschooling*, matéria que estava na fila nesta Casa havia 30 anos. Eu posso lhe dizer que quem votou a favor do *homeschooling* não foi somente a Situação ou somente os Deputados que estão do lado do Governo, não. A Oposição, também.

A Oposição, por mais de 2 anos, lutou para que as escolas brasileiras ficassem fechadas. Eu vou citar um exemplo. O Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, que é um colégio federal, ficou mais de 2 anos parado. As unidades ficaram paradas por mais de 2 anos. Professores faziam autodeclaração, por serem obesos e fumantes, como pessoas que se encontravam em situação de risco e, por isso, não se apresentavam para dar as aulas. Isso motivou os pais, mexeu com os pais e fez com que nós criássemos uma opção de modalidade de ensino.

Vou ser muito sincero. Eu não estudei em *homeschooling*, tampouco minha filha, de 16 anos, que termina o ensino médio neste ano. Eu sou

fã de escola. É claro que a escola é superbenéfica. Lá, a criança tem contato com outras crianças em situação diferente e em convivência diferente e tem professores diferentes. Ela brinca, briga, disputa, faz esporte, merenda. Isso é fantástico! Nossas amigas mais sinceras vêm da escola.

Parabéns à Oposição! (*Palmas.*) Vocês tiraram da fila 30 anos de *homeschooling*, porque vocês paralisaram as escolas. Eu vou falar de paralisação.

É cômico como se parou o País por 2 anos em 0,1% - a cada mil brasileiros, 1 perdeu a vida para a COVID. Nós temos 220 milhões de habitantes, e um pouco mais de 600 mil brasileiros perderam suas vidas. Se dividirmos este número por pouco mais de 28 meses, nós vamos ter menos de 300 mil brasileiros, por ano, que foram a óbito. Dos brasileiros, 1,6 milhão perde a vida todo o ano, há mais de 20 anos, e 3 milhões de crianças nascem. Quem diz isso são as estatísticas.

Diante disso, eu gostaria de fazer uma pergunta a cada Deputado aqui presente. Se você tem uma empresa com mil funcionários e você perde um funcionário em 1 ano, você para sua empresa? Você para a produção? Você põe em risco a renda de 999 famílias? O Brasil parou!

O Brasil foi o único país que depositou em apenas uma pessoa a culpa: seu Presidente. Os Estados Unidos, agora, ultrapassam a marca de 1 milhão de americanos que foram a óbito por causa da COVID, e eu não vi, em nenhum momento, chamarem Biden de genocida. É esta política vergonhosa, e irresponsável, que nós testemunhamos aqui no coração do poder do nosso País. A jornalista Míriam Leitão, do jornal *O Globo*, atribui esta culpa ao Presidente Bolsonaro. Trata-se de uma covardia, uma irresponsabilidade.

O maior crime cometido nesse período, contudo, foi o de afastar as crianças das escolas. Estas têm risco ainda menor, inferior a 0,1%. Repito: a média de todas as idades em nosso País é de 0,1%. Nas crianças, o risco é mais baixo ainda. Foi um crime! Como declarou a UNESCO, o maior crime nesta pandemia foi o de afastar as crianças da escola.

Oposição, vocês aprovaram o *homeschooling*! (*Palmas.*)

Muito obrigado, Presidente Dr. Zacharias Calil.



Publ.: DCD - 20/05/2022 - ROBERTO DE LUCENA-REPUBLICANOS -SP
CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS BREVES COMUNICAÇÕES PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Consequências econômicas, sociais e humanas deixadas pela pandemia de coronavírus no País. Desafio do Brasil de geração de novos empregos nos próximos anos. Necessidade de estancamento do processo de desindustrialização do País. Contribuição dos e-commerces para o enfraquecimento da indústria brasileira. Não tributação de plataformas virtuais de vendas, em compras de pessoas físicas no valor de até 50 dólares. Defesa da concessão de tal benefício à indústria nacional. Conveniência de suspensão, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, da entrada no País de produtos adquiridos no exterior por meio de plataformas digitais.

O SR. ROBERTO DE LUCENA (REPUBLICANOS - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estamos vencendo a pandemia, um *tsunami* que está passando e deixando muitas consequências econômicas e sociais, além da tragédia de mais de 620 mil mortes no Brasil.

Hoje eu quero falar sobre emprego e justiça fiscal. O emprego é uma questão central. Embora nós tenhamos produzido 2,7 milhões de postos de trabalho, em 2021, e 615 mil novos postos de trabalho, nos primeiros 3 meses deste ano de 2022, a geração de empregos é um dos grandes desafios que temos para os próximos anos. Eu não falo apenas de geração de empregos, eu falo de geração de empregos aqui no Brasil.

Nas últimas 3 décadas, nós temos assistido a um processo de desindustrialização severo, que se desencadeia violentamente, diante do qual não podemos ser meros espectadores.

Recentemente, a Frente Parlamentar Mista Brasil Competitivo levantou uma questão muito importante, com repercussão econômica e social, de forma muito apropriada, trazendo à baila um estudo elaborado por empresários brasileiros sobre a evasão de divisas gerada pelo que chamam de "camelódromos virtuais", os *e-commerces* que trabalham com a venda de produtos importados, geralmente de origem asiática.

Sr. Presidente, conforme as informações apresentadas, aplicativos como Amazon, Wish, Mercado Livre, entre outros, vêm se aproveitando de brechas na lei e estão contribuindo muito para o enfraquecimento da indústria brasileira e para a evasão das nossas divisas.

As empresas alegam que a concorrência dessas plataformas do ambiente virtual é desleal. Sites de vendas se beneficiariam da ausência de tributação em compras feitas por pessoas físicas no valor de até 50 dólares, hoje cerca de 300 reais, além do subfaturamento de produtos que excedam esse valor.

De acordo com a Receita Federal, o Brasil recebe diariamente mais de meio milhão de encomendas internacionais comercializadas por essas plataformas, com taxa de crescimento superior a 150% ao ano.

Segundo o estudo, apenas em impostos, os contrabandista digitais, como são denominados pelos varejistas nacionais, farão com que o Brasil deixe de arrecadar mais de 60 bilhões em 2022. Qual é o sentido disso?

Não estamos defendendo a criação de mais um imposto, absolutamente. É claro que não! Defendemos que o mesmo benefício seja oferecido à indústria nacional.

Precisamos criar uma legislação específica. Enquanto isso não ocorre, é preciso que a Receita Federal suspenda a entrada desses produtos no País, para que o Brasil pare de exportar nossas divisas para a China, para que o Brasil pare de financiar postos de trabalho no exterior. Não se trata de protecionismo da cadeia nacional, e, sim, de justiça fiscal para todos.

Sr. Presidente, era isso que eu tinha a dizer.

Muito obrigado.

Documento 73/99

65.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 19/05/2022-10:20
Publ.: DCD 20/05/2022 -	NELHO BEZERRA-UNIÃO -CE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Assassinato de policiais rodoviários federais no Estado do Ceará. Crise das áreas de saúde e segurança pública, falta de medicamentos e cenário de fome reinante no Ceará. Apelo aos Prefeitos Municipais do Estado do Ceará e do Brasil, por destinação de parcela de recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM para combate à fome. Consequências socioeconômicas decorrentes da decretação de lockdown pelo ex-Governador do Ceará. Pedido

ao Governo Federal de envio de cestas básicas ao Estado.

O SR. NELHO BEZERRA (UNIÃO - CE. Sem revisão do orador.) - Bom dia, meu Presidente Calil, meus irmãos Deputados. Em nome do Deputado Luiz Lima, meu carioca de berço, de gema, deixo um abraço.

Hoje, neste 19 de maio, o meu Ceará está de luto, o meu Ceará está triste. Dois pais de família, ontem, tiveram ceifadas as suas vidas, serão sepultados. E como ficam essas duas famílias? Ficam duas viúvas. Quantos filhos, na verdade, ficam órfãos de pai? E o pão de cada dia vai ficar mais difícil de entrar naquela casa.

O Estado do Ceará está praticamente em estado de intervenção. Lá não há medicamento, não há segurança, não há saúde, não há cirurgia, está faltando pão, não há alimento. Está faltando tudo no meu Ceará. Chega! Ninguém aguenta mais.

O que fizeram com o nosso Ceará? Como diz o cantor Fagner: "*Quem é rico mora na praia*", mas quem trabalha só come se chorar. Essa é a música do cantor Fagner. E do Orós veio esta letra: "*mas quem tem nome joga prata no ar*". E esse sofrimento aumenta. Mas é necessário que do Orós venha mais um para libertar o Ceará, que, com certeza, será o nosso capitão. O Ceará não aguenta mais esse regime perverso.

E aí, meu querido Deputado Luiz Lima, o poeta Nivaldo Hipólito disse, mais ou menos, assim: "*A planta da minha horta não tem direito a vingar. Às vezes, eu penso e pergunto: como consigo cantar? O meu beco é sem saída. E, se eu falar da minha vida, tem gente que vai chorar.*"

Vão chorar, Governadora, essas crianças que estão passando fome.

Como eu disse aqui ontem, o que mais tem valor hoje no Ceará não são as praias, não é a cultura, não são os hotéis, é o papelão. Estão dormindo no papelão e usando o papelão para escrever e pedir socorro. Chega, Governadora! Não vamos mais pagar essa imprensa perversa. O dinheiro usado com essa imprensa...

Como nós estamos sabendo, Deputado Luiz Lima, Presidente, há uma parcela extra do FPM, prevista para o dia 20, amanhã, para 5.568 Municípios.

E eu queria pedir a todos os Prefeitos do Brasil, principalmente aos do meu Estado do Ceará, que reservem essa parcela para comprar alimento para os nossos irmãos que estão passando fome. Não vamos

malinar com essa parcela.

Presidente Calil, peço só 1 minuto para encerrar.

Cadê aquele Governo do Estado do Ceará que disse para ficar em casa e que a economia vinha depois? Esse Governo, que é petista, quebrou os pequenos comerciantes, acabou com os médios, acabou com os ambulantes, com os pipoqueiros, com os picolezeiros. Ele enterrou tudo e passou a pá de cal em cima! E está abandonado o meu Ceará, onde 61% das famílias estão abaixo da renda. Vamos pedir misericórdia. E vou pedir ao Governo Federal que mande, no mínimo, 500 mil cestas básicas para o nosso Ceará, porque, se depender do nosso Governo, nós continuaremos entregues às baratas, às traças. O Governo do PT no Ceará está igual à varanda em rede, a peito de homem e a mamão-macho, não está servindo para nada.

Um abraço, meu povo, e fique com Deus!

Documento 74/99

65.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/05/2022- CD 13:28
Publ.: DCD - 20/05/2022 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Caráter elitista do Projeto de Lei nº 3.179, de 2012, sobre a implantação do ensino domiciliar no País (homeschooling). Prioridade da Casa nas votações da proposição, em detrimento do debate dos preços dos alimentos, do gás de cozinha, da energia elétrica, da perda do poder aquisitivo do salário mínimo e da anunciada venda da PETROBRAS. Desrespeito do Parlamento brasileiro e do Presidente da República aos professores. Pedido à Casa de aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 31, de 2022, sobre a alteração da Lei Complementar nº 173, de 2020, relativa ao Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, colegas Parlamentares, tenho dito que este projeto de lei, em discussão, desde ontem, só vai atender gente que tem muito dinheiro, os ricos e milionários deste País. E é verdade, porque só eles vão poder pagar professor particular para ficar em casa ensinando seus filhos.

Até o nome é difícil de escrever e pronunciar: *homeschooling*. Eu pergunto a você que está em casa nos assistindo, a você que votou

nos Deputados desta Casa: você sabe o que é *homeschooling*? As pessoas mais simples não sabem. O povo mais simples não sabe. *Homeschooling* é estudar em casa.

As pessoas devem estar se perguntando: "*Meu Deus, será que estão votando uma lei na Câmara que me obrigue a ensinar meus filhos em casa?*"

O Parlamento passa 2 dias debatendo um assunto que só interessa aos ricos, aos que têm dinheiro, quando se tem tanta coisa para debater, como a carestia, o preço do gás de cozinha, a energia elétrica, a venda da PETROBRAS - empresa que o Bolsonaro quer vender, e só vai piorar - o salário mínimo. Na história do Brasil, o Presidente Bolsonaro vai ser o primeiro Presidente a terminar o seu Governo com o salário mínimo valendo menos ainda do que no início do Governo. Era para estarmos discutindo isso aqui, colegas, e não uma lei que só vai ajudar gente rica, só quem tem dinheiro e que pode pagar professor para dar aula em casa para os seus filhos.

Mas isso também é a cara do Parlamento atual, que tem desrespeitado o professor. É igual ao Bolsonaro, todo mundo sabe o que ele fala de professor. Todos sabem as mentiras que ficam inventando por aí, dizendo que os meninos saem e voltam para casa com um batom na bolsa. Ai, que coisa mais ridícula! Que discursozinho é esse?! Colegas, o debate aqui não é entre direita e esquerda. O debate aqui é sobre a educação. Que homens e que mulheres nós queremos formar para o futuro? Que educadores nós queremos?

Os trabalhadores em educação têm se desdobrado e feito um esforço enorme para melhorar a educação deste País, mas foram abandonados durante a pandemia.

Aliás, eu tenho um projeto de lei que devolve aos trabalhadores da educação o tempo de serviço que lhes foi roubado por Bolsonaro durante a pandemia. O Governo tirou 2 anos do tempo de serviço da educação, isso implica prejuízos em vantagens salariais, tempo de serviço, quinquênio. Nós precisamos fazer justiça para a educação e devolver aos trabalhadores isso. Aproveem o meu projeto de lei para a educação!

Também faço uma pergunta: será que uma família pobre que sabe que na escola seu filho às vezes toma café, almoça e faz outro lanche antes de ir embora, vai querer tirar seu filho da escola para estudar em casa?

O trabalhador brasileiro, na sua maioria, gasta um terço do seu dia no trânsito. Será que esse pai ou essa mãe vai chegar em casa em condições de dar aula, de ensinar para os seus filhos? É óbvio que

não. Ou será que alguém aqui está tendo a maldade de aprovar um projeto de lei desse porque não quer seu filho convivendo com outros alunos, com outras crianças.

Eu sei que tem muita gente milionária metida à besta que não quer seus filhos envolvidos com filhos de pobre, que ignora até a roupa que o aluno veste. Por isso existe a farda, para se garantir igualdade entre todos os alunos, para não virar um desfile de moda entre ricos e pobres. Mas será mesmo que tem alguém aqui com coragem de defender um projeto de lei como esse que vai dar oportunidade àqueles que não querem que seus filhos se misturem?

Colegas, a pandemia está aí para mostrar o que está acontecendo com a nossa juventude que ficou em casa, sem convívio com outros colegas. Está havendo um surto coletivo na volta às aulas por falta de convívio.

E agora V.Exas. querem trancar os jovens em casa, com esse negócio bonito de *homeschooling*. O que é isso? Estamos há 2 dias perdendo tempo neste debate para ajudar gente rica, para ajudar aqueles que ganham dinheiro com educação a montar empresas para oferecer serviços àqueles que decidirem deixar os filhos em casa para estudar. Haverá empresas se formando para elaborar material.

E mais: V.Exas. estão colocando nesta lei a possibilidade de o aluno que estuda em casa se matricular na escola. É óbvio, vai se matricular. Só que ele sai da aula e vai estudar em casa. No dia de prova, o pai ou a mãe vai levá-lo a uma escola pública - obviamente, não será a uma escola privada, porque lá vai ser caro - e dizer: *"Meu filho veio fazer uma prova. Ele estuda sozinho em casa e não pode se misturar com outros alunos"*. Aí se vai tirar um professor que está atendendo toda uma sala de aula para atender o filho daquela pessoa que quer o seu filho separado do convívio dos demais alunos.

A sociedade existe para a convivência. Nós não vivemos sozinhos. Nós sozinhos não nos bastamos. O ser humano precisa da relação com os outros, precisa da solidariedade dos outros. É na convivência que a criança e que o jovem aprendem a ser solidários, é na convivência de uma sala de aula que o jovem aprende que existem outros problemas no mundo que não só os dele, que existem diferenças. É na convivência com outras crianças, com outros jovens, que o cidadão aprende as diferenças, aprende que se deve respeitar um ao outro.

Quanto a este projeto de lei, que vai passar sem o meu voto, eu vou fazer um desafio. Daqui a 2 anos perguntarei a V.Exas.: quem aderiu a este projeto? E veremos que foram só os ricos, só os milionários. V.Exas. estão aqui defendendo quem tem dinheiro. O povo pobre vai continuar na escola pública, porque precisa de professor, porque

precisa de merenda escolar. É isso que vai acontecer.

Perdemos 2 dias aqui defendendo os milionários e aqueles que querem separação, segregação, ou seja, não querem seus filhos misturados com os outros. É como o Bolsonaro insistindo em criar escolas separadas para autistas, fazendo segregação, discriminação. E é isso que alguns estão fazendo aqui.

Colegas, a sociedade só sobrevive se houver convivência pacífica e solidariedade de uns para com os outros.

Muito obrigada, Presidente.

Documento 75/99

65.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 19/05/2022- CD	15:12
Publ.: DCD - 20/05/2022 - CAPITÃO ALBERTO NETO-PL -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PARECER DISCURSO

Sumário

Emissão de parecer à Medida Provisória nº 1.087, de 2021, e à Emenda nº 1 apresentada conforme o caput do art. 3º do Ato Conjunto nº 1, de 2020, editado pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.

O SR. CAPITÃO ALBERTO NETO (PL - AM. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) - Obrigada, Sra. Presidente. Prometo ser rápido, já que se trata de medida provisória em relação à qual há consenso.

A medida provisória abre um crédito extraordinário para o Ministério da Cidadania para a segurança alimentar dos povos quilombolas. Este crédito é de R\$167.288.600,00.

Dentro da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, de acordo com os arts. 62 e 167, é evidente, neste momento de pós-pandemia, que houve grandes efeitos imprevisíveis e urgentes. Logo, fica muito clara a compatibilidade do pedido.

Sra. Presidente, vou direto ao voto.

II - Voto

"Ante todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade da Medida Provisória nº 1.087, de 2021, bem como

pelo atendimento dos pressupostos de urgência, relevância, imprevisibilidade e adequação orçamentária e financeira, e pela constitucionalidade e adequação orçamentária da emenda apresentada.

No mérito, votamos pela aprovação da Medida Provisória nº 1.087, de 2021, na forma apresentada pelo Poder Executivo, e pela rejeição da emenda apresentada".

A emenda apresentada solicitava o valor em vista dos efeitos das chuvas. Como já havia medida provisória neste sentido, ela fugiria ao tema apresentado.

Documento 76/99

68.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	24/05/2022-13:52
Publ.: 25/05/2022 -	DCD	CORONEL TADEU-PL -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Desistência da candidatura à Presidência da República pelo ex-Governador do Estado de São Paulo, João Doria. Descaso do ex-gestor estadual com as camadas menos favorecidas. Prejuízos causados por João Doria à gestão do Presidente Jair Bolsonaro e à economia brasileira, pela decretação de lockdown durante a pandemia de coronavírus.

O SR. CORONEL TADEU (PL - SP. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente Charles Fernandes.

De pronto, eu solicito que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação da nossa querida Câmara dos Deputados.

Eu gostaria de falar sobre o João Doria - João Doria, fique em casa e vemos a eleição numa próxima oportunidade.

Ele pagou pela arrogância, pelo seu ego, pela sua vaidade e por não saber tratar um ser humano, principalmente em dificuldade. Eu tenho certeza de que ele nasceu em berço de ouro e nunca passou por uma dificuldade na vida.

Ele viu paulista morrendo de fome, correndo atrás de emprego. "*Se eu*

tiver que fechar a porta de um comércio, que se lasque o comerciante". Ele fez isso.

O Doria fez tanta maldade que qualquer castigo para ele é pouco. E ele está tomando um castigo muito grande. O sonho dele de ser candidato a Presidente - é maluco, não é? Lunático! Ele não ia ter voto no Estado de São Paulo.

Eu vi muitas famílias chorando, Sr. Presidente, pedindo leite e comida para o filho. Eu vi vendedor na rua, desesperado, pedindo para deixarem que ele vendesse água a 1 real para ter dinheiro, passar no mercado e comprar qualquer coisa para botar na mesa e ver os filhos felizes. Eu vi tantas cenas tristes, e esse homem, em nenhum momento, amoleceu o coração para as pessoas mais necessitadas. Mostrem-me uma foto desse canalha entregando uma cesta básica. Uma foto! Quero uma foto desse cara entregando uma cesta básica na rua, e fazendo isso de coração.

Na hora de baixar o decreto para ferrar o Bolsonaro, ele não hesitou. Isso ele fez. *Lockdown!* Pá! Fez em 2 minutos. Ele sabia que o *lockdown* ia quebrar a economia. E ele sabia que, quebrando a economia, prejudicaria o Presidente, que estava fazendo todos os esforços para dar o melhor para o povo brasileiro.

Canalha! Pagou caro e vai pagar ainda mais! Ainda virão processos.

O povo de São Paulo hoje sorri. Graças a Deus, nós sorrimos, nós estamos alegres, porque expurgamos um mal da política.

Eu sempre aprendi, Sr. Presidente - vou finalizar nestes 30 segundos - que para ser político é preciso ter um espírito de doação para os que mais precisam. Por isso eu fui policial por 30 anos - acho que ainda sou; minha idade ainda permite que eu faça alguma coisa. O espírito político é isso: é você se doar para as pessoas. Esse sujeito não fez isso. Merecidamente, hoje, ele está fora da política e está sepultado.

Obrigado, Presidente.

Documento 77/99

68.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	24/05/2022-14:00
Publ.: 25/05/2022 -	DCD LUIZ LIMA-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Renúncia do ex-Governador do Estado de São Paulo, João Doria, à pré-candidatura à Presidência da República. Atuação contra o Presidente da República, pelo consórcio de órgãos da imprensa destinado à divulgação de dados da Covid-19. Competência e probidade do Governo Jair Bolsonaro.

O SR. LUIZ LIMA (PL - RJ. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Presidente Charles. É uma honra ter esta sessão presidida por V.Exa.

Sabemos que tudo acontece aqui na terça e na quarta-feira.

Eu estava presidindo uma sessão extraordinária na Comissão do Esporte sobre as cinco maiores confederações que mais trouxeram medalhas para o País, desde a primeira Olimpíada, realizada em 1896, na Grécia.

Presidente Charles, o fato da semana, sem dúvida nenhuma, é a renúncia à pré-candidatura do então candidato Doria, Governador de São Paulo. A trajetória do Governador João Doria serve como lição política para o nosso País. Ele não completa o seu mandato de Prefeito, lança-se Governador e não completa o seu mandato à frente do Estado mais forte do nosso País, com mais de 40 milhões de habitantes, coração do Brasil, que é São Paulo, mostrando que a sua intenção não era uma intenção de política nacional, e sim um projeto de poder. Foi uma das maiores irresponsabilidades políticas patrocinadas por um partido que é grande, que hoje se diz a terceira via e que embarcou numa aventura pessoal de irresponsabilidade.

Até números em relação a eficácia de vacina esse senhor falsificou. Nós víamos, desde 2020 - principalmente em 2020, um ano em que o Governo Federal foi detonado -, diariamente, um comitê patrocinado por jornais - que eu chamo de consórcio de oposição, em que até ator foi usado, infelizmente - para atingir o Presidente Bolsonaro. Está mais do que provado que a política, usando uma calamidade pública, que não alertava nada, que amedrontava as pessoas, que fazia com que qualquer Prefeito de quinta categoria no interior de São Paulo fechasse a cidade e impedisse que o cidadão fosse trabalhar... Está aí! O Governador Doria perderia para o Cabo Daciolo. O Governador Doria perderia para o Amoêdo, o Governador Doria perderia para o Eymael. Bem feito! Ele afundou a nominata do PSDB no Estado de São Paulo e no País.

Fica aqui mais um que bateu contra o Presidente Bolsonaro e cai, começando com Wilson Witzel, Governador do Rio de Janeiro, passando por Amoêdo.

Presidente Charles, fica aqui registrado, mais um que cai.

É destino? Pode ser destino do Presidente Bolsonaro. Muitas pessoas ligadas aos astros, que gostam de fazer mapa astral, estão dizendo que está dando Bolsonaro no dia 2 de outubro - mas é por causa da competência. O Governo Federal não é mais o balcão de negócios que era no passado.

João Doria, acabou a sua carreira política.

Muito obrigado, Presidente Charles.

Documento 78/99

68.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	24/05/2022-15:12
Publ.: DCD 25/05/2022 -	- PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Convite aos Deputados para participação em seminário na Comissão de Cultura, no Plenário 10 da Casa. Defesa de rejeição do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, acerca da instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), a respeito do apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, demais pares, gostaria de convidar todo o Plenário da Câmara dos Deputados para amanhã, às 13h30min, no plenário 10, na Comissão de Cultura, participar de um seminário destinado a discutir a cultura do País. Uma das discussões é sobre a atual conferência para a qual o Governo Federal chama o País, num ano eleitoral, com dificuldades de discutir nos Estados e Municípios, e, depois, vamos fazer uma grande articulação nacional.

O seminário vai indicar os pontos principais das discussões nacionais. Teremos aqui gestores de cultura, aqueles que fazem cultura e aqueles que são nacionalmente responsáveis pelas discussões que nós mais precisamos neste momento.

Há outra questão a tratar: a sessão do Congresso Nacional, na próxima quinta-feira, que colocará em apreciação a derrubada dos vetos à Lei Aldir Blanc 2 e à Lei Paulo Gustavo.

Sr. Presidente, V.Exa. é da Comissão de Cultura, assim como a Deputada Jandira Feghali e a Deputada Alice Portugal. Demais Deputados e Deputadas dessa Comissão, vamos trabalhar, de forma muito forte, em prol da população brasileira que faz cultura neste País, daqueles e daquelas que, economicamente, dependem de um financiamento lá na ponta. Faremos isso para que a cultura do País continue enchendo a alma do povo e, mais do que isso, fomentando a economia do Brasil. Não é só fazer cultura pela cultura, é a cultura transformando a vida das pessoas, permitindo que tenham renda, tenham prazer em viver fazendo trabalhos criativos, trabalhos que enchem a vida de crianças, de jovens, de adolescentes, de idosos, de pessoas que dedicam a vida inteira a criar, produzir e estabelecer identidade no Brasil.

A Lei Paulo Gustavo trata de um fomento destinado a todos os Municípios brasileiros e a Lei Aldir Blanc 2 trata de um orçamento que ficará perene. Todos os anos, as Secretarias Municipais e Estaduais de Cultura terão como planejar as suas ações. Nós teremos editais em todo o País. Nós teremos o envolvimento da população. Nós teremos recursos chegando a todos e a todas que nunca tiveram acesso.

Portanto, é muito importante a derrubada desses vetos. Essa matéria não é de direita, de esquerda ou de centro; é do interesse da população brasileira.

Então, convido o Congresso Nacional a dizer não ao veto, a derrubar o veto, para que o nosso povo tenha os direitos necessários que a política da cultura oferece.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 79/99

68.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	24/05/2022-15:16
Publ.: 25/05/2022 -	DCD	JANDIRA FEGHALI-PCDOB -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº

1.518, de 2021, acerca da instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), a respeito do apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Posicionamento da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 206, de 2019, sobre a cobrança de mensalidades dos estudantes de universidades públicas.

A SRA. JANDIRA FEGHALI (PCdoB - RJ. Sem revisão da oradora.) - Boa tarde, Deputado Alexandre Frota, que preside a sessão, colegas Parlamentares, servidores da Casa e aqueles que nos ouvem.

Na semana passada, eu falei muito dos vetos à cultura. Eu terei a oportunidade de falar novamente todos os dias aqui, porque este é o momento exato de este Parlamento viabilizar essas leis e dar a resposta devida à sociedade brasileira, enfrentando esses vetos, que foram ideológicos, que foram vetos políticos, porque não há tecnicamente nada que sustente os vetos que foram dados à Lei Aldir Blanc 2 e à Lei Paulo Gustavo.

Eu tenho certeza de que a Câmara e o Senado derrubarão esses vetos e colocarão em vigor essas duas leis muito importantes para a cultura brasileira.

Eu gostaria de tratar aqui de um tema que surge hoje na Casa, na Comissão de Constituição e Justiça, que é exatamente o pagamento de mensalidades nas universidades públicas.

Desde a Constituição de 1988, nós enfrentamos a tentativa de desconstruir a própria Constituição.

A primeira emenda foi trazida à Casa 1 ano e meio depois da promulgação da Constituição e ficou conhecida como "emenda do Collor" à época, porque o Presidente era o atual Senador Fernando Collor. Constava dessa emenda a retirada do SUS do texto constitucional.

Muitas vezes, nós vivenciamos aqui a tentativa de desconstitucionalizar políticas universais públicas, como o SUS, como a previdência, como a educação, mas instituir o pagamento da universidade pública, exceto para os que dela "necessitam", entre aspas, afrontando claramente o art. 206 da Constituição, é como se nós não compreendêssemos o que sustenta o orçamento da universidade pública. O orçamento da universidade pública é a população que sustenta, são os tributos, são os impostos. A universidade é paga pelos tributos. Ela não é paga diretamente por ninguém. Ela é paga pelos tributos, pelos impostos da

sociedade.

Nunca vocês me ouvirão dizer que saúde pública é gratuita, que educação pública é gratuita. Nada é gratuito neste País! O Estado brasileiro tem a obrigação de fornecer educação. O Estado brasileiro tem a obrigação oferecer saúde. O povo paga, através dos tributos, por essas políticas. Não existe SUS gratuito. Não existe ensino gratuito. Existem saúde e ensino públicos, porque é o papel do Estado brasileiro fazê-los, e a sociedade já paga por isso. Querer agora fazer uma escala de pagamento de mensalidades é uma bitributação do povo.

Então, é um absurdo essa tentativa de cobrar mensalidade direta numa universidade que já é paga pela sociedade brasileira. Isso é uma violação do direito da sociedade, é uma violação das pessoas, é uma violação do direito desses jovens que são oportunizados pelo ENEM e que chegam à universidade pública neste País.

Eu recebi mensagens da Reitora da UFRJ, Denise Carvalho, representando todos os reitores que têm sede no Rio de Janeiro e que são contra essa proposta, assim como os reitores de todas as universidades brasileiras.

Somos contra essa proposta. Lutaremos frontalmente contra essa proposta. Eu acho vergonhoso que, a essa altura, na conjuntura brasileira, tente-se, neste momento, instituir mensalidades, porque o próximo passo é fazer pagamento nos postos de saúde, nos hospitais públicos. É a tentativa de privatizar aquilo que é obrigação do Estado brasileiro pela Constituição de 1988.

Muito obrigada.

Documento 80/99

68.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 24/05/2022-15:24
Publ.: DCD 25/05/2022 -	CARLOS ZARATTINI-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aumento da fortuna do clube do bilhão com a pandemia de coronavírus. Proposta do Clube dos Capitalistas de tributação de grandes fortunas e taxaço de lucros excedentes de grandes corporações. Elevada concentração de renda no Brasil. Distribuição pela PETROBRAS de elevados dividendos aos seus acionistas. Alta lucratividade alcançada pelos exportadores de carne e soja.

Reformulação do Sistema Tributário Nacional.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, nós lemos espantados uma manchete que saiu ontem: "*Fortuna do clube do bilhão cresceu mais de 40% na pandemia e atingiu US\$ 12,7 trilhões*". O clube do bilhão são os bilionários do mundo.

Esse estudo diz que a cada 30 horas, nos últimos 2 anos, surgiu um novo bilionário. Ao mesmo tempo, a cada 30 horas, 1 milhão de pessoas caiu abaixo da linha de pobreza extrema - a cada 30 horas. Esse estudo ainda diz mais: que esse aumento se deve à pandemia, mas é o aguçamento de uma dinâmica do capitalismo que já vinha acontecendo. Os 2.668 bilionários do mundo são responsáveis por 14% do PIB mundial. As dez pessoas mais ricas possuem um patrimônio maior que toda a riqueza nas mãos dos 40% mais pobres do mundo.

A Oxfam, que é quem fez esse estudo e que o está apresentando no Fórum de Davos, recomenda a tributação das grandes fortunas e a taxação de 90% de lucros excedentes obtidos pelas grandes corporações. Essa não é nenhuma proposta da Esquerda nem é uma proposta comunista. É uma proposta apresentada pelo Clube dos Capitalistas, e aqui no Brasil estamos assistindo à mesma coisa acontecer: a concentração de renda absurda!

Nós estamos vendo isso na PETROBRAS, onde os acionistas tiveram 106 bilhões de lucro no ano passado e 45 bilhões de lucro este ano. O mesmo acontece com os exportadores de carne e de soja que ganham bilhões exportando, mas também ganham explorando o povo brasileiro, que é quem produz. Há também aqueles produtores de aço e de ferro que vêm exportando o ferro brasileiro e ganhando trilhões.

Então, nós precisamos mudar o nosso sistema tributário, nós precisamos mudar a nossa concepção do capitalismo brasileiro. O capitalismo brasileiro não pode continuar sendo concentrador de renda como vem sendo. É por isso que as desigualdades aumentam a cada dia. Nós temos que resolver esses problemas mudando essa concepção. O País tem que ter distribuição de renda, precisa mudar. O que eu estou lendo aqui não é um estudo da Esquerda. É um estudo dos estudiosos do capitalismo. Eles mesmos reconhecem que não é possível continuar dessa forma no mundo.

Por isso, vamos fazer uma reforma tributária de fato, taxando os bilionários e reduzindo o imposto da maioria do povo brasileiro!

Muito obrigado.

Documento 81/99

68.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 24/05/2022- CD	17:00
Publ.: DCD - 25/05/2022 - ALTINEU CÔRTEZ-PL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Escolha, pela bancada do PL, do nome do Deputado Lincoln Portela para o cargo de 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados. Elevação dos preços de combustíveis e do gás de cozinha no contexto mundial. Criação do auxílio-gás pelo Governo Jair Bolsonaro. Encontro do orador com o Ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida, para debate dos preços de combustíveis. Discussão do Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2022, sobre a alteração da Lei nº 5.172, de 1966, e da Lei Complementar nº 87, de 1996, com vista à inclusão de combustíveis, energia elétrica, comunicações e transporte coletivo, entre os bens e serviços essenciais. Reflexos, sobre os preços de combustíveis, da não construção de refinarias de petróleo e da corrupção praticada pelos governos petistas. Desvio de recursos da PETROBRAS pelo governo do PT. Maior atenção para com os Estados brasileiros no processo de redução do imposto incidente sobre combustíveis.

O SR. ALTINEU CÔRTEZ (PL - RJ. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu quero relatar aqui a reunião do Partido Liberal em razão da vacância da 1ª Vice-Presidência. Fizemos uma votação para a escolha do nome que concorrerá ao cargo de 1º Vice-Presidente na eleição de amanhã. Os Deputados que estiveram nessa reunião apresentaram os seus nomes, e o escolhido foi o Deputado Lincoln Portela.

Sabemos que outros companheiros do PL possivelmente farão inscrições avulsas, mas, na reunião do partido, que contou com a participação de quase 45 Deputados, o nome vencedor foi o do Deputado Lincoln Portela. Portanto, em primeiro lugar, faço esse registro aqui.

Sr. Presidente, as discussões sobre o preço dos combustíveis continuam dominando o debate político aqui, como vimos na reunião de Líderes que V.Exa. conduziu, na qual o Partido Liberal foi representado pelo Deputado Edio Lopes, e na discussão do Projeto de Lei Complementar nº 18, de 2022.

Sabemos que a população brasileira clama por um preço de

combustíveis mais justo, sobretudo neste momento de crise internacional, em que há pouca oferta de óleo *diesel* no mercado mundial. Essa é uma crise de combustíveis sem precedentes no mundo. O preço do gás, na Europa, já subiu mais de 300% nos últimos tempos. Em alguns locais, o preço chegou a subir quase 400%.

Não foi diferente disso aqui no Brasil. Tivemos um aumento bem abaixo do mercado mundial, mas tivemos um aumento, e a população brasileira infelizmente vem tendo que pagar um preço mais caro pelos combustíveis.

Sabemos que o Governo Bolsonaro oferece o Auxílio Gás a 5 milhões e 500 mil famílias.

Na semana passada, eu tive a oportunidade de ter uma audiência com o Ministro de Minas e Energia, Adolfo Sachsida. Eu quero agradecer ao Ministro e a toda a sua equipe pelo pronto atendimento à nossa solicitação. Convidei o Deputado Christino Aureo para que estivesse conosco. Tivemos uma audiência muito produtiva com o Ministro, na qual colocamos a nossa preocupação com o que está acontecendo com o preço dos combustíveis.

Sabemos da responsabilidade que é uma decisão dessas. Surgiu também a ideia do PLP 18, que trata também do imposto sobre energia elétrica, sobre transporte, sobre combustíveis.

Nós temos que cuidar desse assunto com bastante responsabilidade e critério, para que não venhamos a prejudicar Estados e Municípios. Sabemos que algo tem que ser feito, que cada um tem que dar a sua parte para que a população seja atendida no momento desta crise mundial.

Infelizmente, cabe registrar aqui mais uma vez que, se o Brasil tivesse construído as refinarias no passado, só no Município de Itaboraí seriam refinados 50 milhões de litros de óleo *diesel* e gasolina todos os dias. E com certeza, se a corrupção não tivesse acontecido, o povo brasileiro estaria pagando mais barato pelo combustível na bomba.

Toda vez que um brasileiro abastece o seu carro, ele está pagando o preço da corrupção, do que aconteceu no Brasil no passado. Mesmo diante desta crise mundial de combustíveis, se as refinarias estivessem funcionando no Brasil, talvez o preço do combustível, da gasolina hoje, pudesse ser algo em torno de 5 reais na bomba; do óleo *diesel*, menos ainda. Só nas refinarias do Estado do Rio de Janeiro, 50 milhões de litros de combustível seriam refinados. Isso foi roubado pela corrupção de funcionários da PETROBRAS e de uma quadrilha que assaltou o Brasil!

Toda vez que eu falo deste assunto aqui, ou em reuniões das quais participo, as pessoas me perguntam por que eu sou repetitivo nisso, e eu digo que é porque eu vivi isso na minha vida. Eu fui Sub-Relator da CPI da PETROBRAS, em consequência da qual grande parte daquela quadrilha foi presa. Um gerente da PETROBRAS devolveu quase 100 milhões de dólares, 500 milhões de reais, e as refinarias não foram concluídas. Então, o preço na bomba é mais caro. Esse é o real motivo de o preço do combustível no Brasil ser mais caro.

Toda vez que um brasileiro vai abastecer o seu carro, ele está pagando o preço da corrupção dos governos anteriores e da quadrilha da PETROBRAS que lá operou. Se Deus quiser, nós vamos conseguir reverter isso num futuro próximo. Se Deus quiser, após as eleições de outubro, num novo mandato do Presidente Bolsonaro, ele terá tempo de construir essas refinarias que roubaram do Brasil.

Sr. Presidente, o critério da votação dessa redução de imposto precisa ser aqui muito estudado. É óbvio que somos favoráveis a reduzir o imposto, a baixar o preço do combustível, mas com responsabilidade. O Governo Federal tem que dar a sua cota, os Estados podem dar a sua cota, mas com responsabilidade.

O Estado do Rio de Janeiro, onde se produz 84% do petróleo nacional, está em pleno desenvolvimento.

O Governador Cláudio Castro tem atendido a todos os Municípios com investimentos. A retomada do investimento no Estado do Rio de Janeiro é uma coisa impressionante. Muitos projetos estão em andamento, gerando emprego e desenvolvimento no Estado.

Uma decisão dessas não pode afetar empregos e investimentos nas cidades, pelos quais a população tanto espera. Então, da minha parte, isso tem que ser muito criterioso. As coisas precisam ser bem transparentes, claras, para que façamos uma votação aqui, consigamos reduzir os preços dos combustíveis, mas sem prejudicar a vida e o planejamento dos Estados e o desenvolvimento das cidades e dos Municípios. Sabemos do poder da votação aqui na Câmara dos Deputados.

Eu me orgulho hoje de ocupar a Liderança do PL aqui, com 78 Deputados. É o partido do nosso Presidente Bolsonaro, que talvez seja o brasileiro que mais quer reduzir os preços dos combustíveis. Nós sabemos que o Bolsonaro encarou 2 anos de pandemia. E, por ter o seu Governo honesto, sem corrupção, conseguiu fazer a maior distribuição de investimentos na saúde, o que assegura a muitas cidades e muitos Estados pagarem as suas contas em dia. Não fosse a força e a posição firme da economia do Governo Bolsonaro, Estados e

Municípios estariam passando por muita dificuldade.

Então, Sr. Presidente, vamos aqui poder observar a proposta que vai ser colocada e fazer justiça para todos os brasileiros, sem causar nenhum tipo de problema para os Governadores, para os Municípios e para a população de todos os Estados do Brasil.

Que Deus abençoe a Câmara dos Deputados neste momento de grande responsabilidade para discutir esta matéria!

Se Deus quiser, nós vamos achar uma solução boa para o Brasil.

Muito obrigado.

Documento 82/99

70.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 25/05/2022-15:04
Publ.: DCD 26/05/2022 -	RICARDO SILVA (PRESIDENTE)-PSD -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Repúdio à exigência aos Oficiais de Justiça do grupo de risco, pela Central de Mandados da Justiça Federal de São Paulo, de cumprimento de mandados em dobro para compensação do tempo de trabalho em home office durante a pandemia de coronavírus. Apelo ao Conselho Superior da Justiça Federal, por revogação da iniciativa da Central de Mandados.

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Silva. PSD - SP) - Muito obrigado, nobre Deputado.

Antes de passar a palavra para o próximo orador inscrito, como Presidente desta sessão e como oficial de justiça, eu quero fazer um apelo ao Conselho Superior da Justiça Federal.

Na Justiça Federal em São Paulo, especificamente na Central de Mandados de São Paulo, os oficiais de justiça do grupo de risco, durante o auge da pandemia, fizeram trabalho em *home office*, eles trabalharam de casa. Agora, a Central de Mandados da Justiça Federal em São Paulo está punindo esses oficiais, dizendo que agora eles têm que cumprir mandados em dobro. Isso é um absurdo e está gerando, nos oficiais de justiça de São Paulo, abalos psicológicos. Então, da cadeira da Presidência desta sessão, eu apelo para o Conselho

Superior da Justiça Federal, que vai julgar esse caso em breve, pois não podemos permitir tamanha perseguição.

Eu fui procurado pelo João Paulo Zambom, Presidente da FENASSOJAF, a Associação Nacional de Oficiais de Justiça Avaliadores Federais; pelo Erlon Sampaio, da ASSOJAF-SP, a Associação dos Oficiais de Justiça Avaliadores Federais no Estado de São Paulo; pelo Thiago Duarte, da FENAJUFE, a Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União; e pelo Mário Medeiros Neto, da AOJESP, a Associação dos Oficiais de Justiça do Estado de São Paulo - o Mário é servidor da Justiça Estadual, mas está preocupado com isso também -, e todas essas instituições estão preocupadas e revoltadas com esse tipo de perseguição. Nós não podemos aceitar isso.

Então, na Presidência desta sessão da Câmara dos Deputados, este Deputado, que é oficial de justiça de carreira, apela para o Conselho Superior da Justiça Federal, a fim de que essa situação seja corrigida.

O próximo orador inscrito para fazer uso da palavra por 3 minutos é o Deputado Chico d'Angelo. Enquanto S.Exa. se dirige à tribuna, concedo a palavra ao Deputado Bibó Nunes por 1 minuto.

Documento 83/99

70.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	25/05/2022-15:08
Publ.: DCD 26/05/2022 -	- AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, a respeito do apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural, (Projeto Paulo Gustavo); e do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, acerca da instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Presença do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Marcos Montes, em audiência pública na Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural, para discussão dos rumos da agricultura brasileira.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Presidente, estava agendada para amanhã, quinta-feira, uma reunião

do Congresso Nacional, uma sessão para análise de vetos, que são muitos, do Governo Bolsonaro. Havia a expectativa de que viessem para a pauta os vetos à Lei Paulo Gustavo e à Lei Aldir Blanc 2. E a expectativa maior era de que o Congresso derrubasse esses vetos, até porque o Congresso aprovou essas duas leis quase por unanimidade, tanto na Câmara como no Senado. Essa sessão foi adiada para a quinta-feira da próxima semana, então eu convido este Parlamento e os fazedores e as fazedoras de cultura a continuarem se mobilizando pela derrubada dos vetos tanto à Lei Paulo Gustavo quanto à Lei Aldir Blanc 2.

Sr. Presidente, estive hoje na Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados o Ministro da Agricultura, atendendo a requerimento de autoria do Presidente da Comissão, o Deputado Jacobo, e de nossa autoria, representando o Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores.

Foi uma audiência em que nós do Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores, em vez de fazermos perguntinhas soltas, apresentamos um texto analítico sobre os rumos da agricultura brasileira, que, para nós, não vai bem. Provamos lá, tecnicamente, com dados, que, além de não haver recursos hoje para o INCRA estruturar os assentamentos, fazer habitações, estradas, fomento, e de terem acabado com o MDA, os investimentos na agricultura, no atual Governo, caíram muito. No Governo Dilma, por exemplo, foram investidos 13 bilhões de dólares no setor; agora, esse investimento caiu para 2 bilhões de dólares.

O mais grave é que a política do atual Governo de só pensar em exportação, e não em produzir alimentos para o mercado local, está nos deixando numa situação vulnerável do ponto de vista da produção de alimentos saudáveis, inclusive para ajudar a combater a fome, e também por ficarmos dependentes apenas do mercado externo.

Então, está lá a nossa contribuição, a nossa crítica à atual política do Governo Federal.

Gostaria que o meu pronunciamento fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Obrigado, Sr. Presidente.

Documento 84/99

70.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/05/2022-
	CD	16:12
Publ.: DCD - 26/05/2022 - NILTO TATTO-PT -SP		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO



Sumário

Inexistência de motivos para comemoração do Dia Nacional da Mata Atlântica. Importância de proteção das reservas ambientais brasileiras. Impedimento, pelo Governo Jair Bolsonaro, de votação do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, a respeito do apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural, (Projeto Paulo Gustavo); e do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, acerca da instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Importância do setor cultural como elemento indutor da geração de emprego e renda.

O SR. NILTO TATTO (PT - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero aqui cumprimentar os caros colegas Parlamentares e aproveitar a vinda a esta tribuna para compartilhar com V.Exas. e também com quem nos acompanha pela *TV Câmara* e pela *Rádio Câmara* que, no próximo dia 27, nós comemoramos o Dia Nacional da Mata Atlântica.

Nesta conjuntura, com este Governo central, não temos nada a comemorar nessa pauta ambiental. É nesse bioma em que praticamente 70% a 80% da população brasileira vive. Esse bioma quase foi extinto, nós temos pouco mais de 20% daquilo que nós tínhamos de floresta, de biodiversidade na Mata Atlântica.

O desafio que está colocado para nós é como aproveitar esse bioma para poder produzir alimento na perspectiva da agroecologia; restaurar aquilo que é necessário de reserva legal, que não está de acordo com o Código Florestal; proteger as áreas de preservação permanente, que são fundamentais para a produção de água. Isso nos ajudaria a enfrentar a crise climática e a crise hídrica que já estamos vivendo.

Também quero aproveitar este momento para denunciar que o Governo Bolsonaro, por meio da sua base, está impedindo que aconteça uma sessão do Congresso Nacional, para que esta Casa e o Senado derrubem os vetos à Lei Aldir Blanc e à Lei Paulo Gustavo, tão necessárias para dar um alento ao setor cultural, que tem um potencial enorme de ajudar a enfrentar a crise do desemprego.

Todos sabem o quanto é importante fomentar a cultura no País, setor que sofreu muito durante o período da pandemia. Mas nós temos um Governo insensível, irresponsável e que não consegue observar e entender que o setor cultural tem vários papéis importantes: valorizar toda a diversidade étnica e cultural deste País, mostrá-la ao mundo e, ao mesmo tempo, gerar empregos, tão necessários neste momento em que o Brasil volta para o Mapa da Fome depois de já ter saído dele.

Nós precisamos fomentar a criação de emprego, a geração de renda, a

produção de alimentos saudáveis, mas, com esse Governo, isso não é possível. Então, a primeira coisa a fazer é dar um basta nesse Governo e construir uma alternativa de Governo.

Obrigado, Presidente.

Documento 85/99

70.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária	-25/05/2022-
	CD	16:16
Publ.: DCD - 26/05/2022 - PAULO RAMOS-PDT -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Transcurso do 122º aniversário da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, instalada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Relevância do papel desenvolvido pela instituição de saúde durante a pandemia de coronavírus. Repúdio ao processo em curso de desestruturação da FIOCRUZ.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, estou inaugurando hoje a ocupação desta tribuna, mas só hoje, para homenagear a Fundação Oswaldo Cruz, que completa 122 anos num momento muito difícil.

Quero homenagear os trabalhadores, os funcionários da FIOCRUZ, que estão fazendo uma cruzada de mobilização em defesa da democracia, hoje ameaçada, da cidadania, da saúde pública, da ciência e da tecnologia. É o papel que vem cumprindo a FIOCRUZ, atestado, mais uma vez, durante a pandemia do coronavírus.

Os eventos organizados pela representação sindical acontecem num momento muito difícil: primeiro, porque está paralisada a produção da vacina BCG; segundo, porque os servidores vivem uma crise, sem reajuste, há mais de 6 anos; e, por fim, o acordo coletivo, assinado em 2015, continua sem cumprimento.

Sr. Presidente, é preciso verificar e constatar que o desmonte da FIOCRUZ é igual ao desmonte que vem acontecendo em quase toda a administração pública. O Governo atual não tem compromisso com o serviço público e não tem compromisso com o servidor público. Está desmontando o Estado brasileiro a partir da visão do chamado "Estado mínimo".

Portanto, Sr. Presidente, presto aqui minha homenagem à Fundação

Oswaldo Cruz. Tenho certeza de que essa instituição, que é um orgulho para o povo brasileiro, há de prevalecer e há de continuar dando sua contribuição para a ciência e a tecnologia, a pesquisa, mas acima de tudo para o patrocínio da saúde, da saúde preventiva, da saúde corretiva.

Salve a Fundação Oswaldo Cruz! Meus parabéns aos seus trabalhadores, aos seus funcionários, aos seus pesquisadores, aos seus professores, ao pessoal administrativo! A falta de prestígio à FIOCRUZ pelo atual Governo é a representação maior do desprezo que essa gestão tem pela ciência, pela tecnologia, pela inovação e, acima de tudo, pelo ensino e pela pesquisa! Salve a FIOCRUZ!

Sr. Presidente, solicito o registro deste pronunciamento nos Anais da Casa, no programa *A Voz do Brasil* e em todos os órgãos de comunicação da Câmara.

Documento 86/99

70.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 25/05/2022- CD	16:24
Publ.: DCD - 26/05/2022 - PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com as áreas de educação, ciência e cultura. Defesa de rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, a respeito do apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural, (Projeto Paulo Gustavo); e do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, acerca da instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, que o Presidente Bolsonaro é inimigo da educação, da escola pública, da universidade pública, todos nós sabemos. A sociedade brasileira também sabe. Votaram aqui, inclusive, a educação domiciliar para deslegitimar a escola pública, para desvalorizar os profissionais, nossos educadores e educadoras deste País, que atendem 47 milhões de crianças, adolescentes e jovens na escola pública brasileira.

Que o Bolsonaro é inimigo da cultura e da arte, todos nós sabemos também. E, por isso, ele vetou o projetos da Lei Aldir Blanc 2 e da Lei Paulo Gustavo. Mas esta Casa tem que demonstrar para a sociedade

brasileira que apoia, valoriza, prioriza a cultura brasileira, a política cultural brasileira, os profissionais, os artistas deste País, porque já chega o Executivo ser inimigo da cultura brasileira. Derrubar aqui os vetos do Presidente aos dois projetos de lei é fundamental, é decisivo.

Por isso, nós só temos um caminho, artistas, intelectuais, produtores de cultura deste País e de Santa Catarina: mobilização já, pressão aos Deputados e Deputadas de Santa Catarina e do Brasil. Derrubar o veto é defender a cultura, a diversidade, a pluralidade, a riqueza e não o autoritarismo, a intolerância e o ódio.

Eu não tenho dúvida de que a crítica a este Governo que nega a ciência, a educação e a cultura vai reconstruir este País, com um novo projeto de nação, com um novo projeto de Brasil, tendo a arte, a cultura e a educação como prioridades nacionais, para se pensar este País como nação desenvolvida, industrializada. A indústria cultural gera emprego, renda, oportunidade e cidadania a quem usufrui do direito à cultura.

Viva a cultura brasileira! Pela derrubada dos vetos...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 87/99

70.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-25/05/2022- 18:12
Publ.: DCD - 26/05/2022 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do requerimento de adiamento, por uma sessão, da discussão do Projeto de Lei Complementar nº 211, de 2021, sobre o estabelecimento de limites de tributação de bens essenciais, especialmente de energia elétrica, petróleo, telecomunicações e gás natural. Repúdio à operação policial realizada na periferia do Rio de Janeiro, culminante na morte de 25 pessoas. Descumprimento, pelo Governador Cláudio Castro, da determinação do Supremo Tribunal Federal de suspensão de incursões policiais em comunidades carentes durante a pandemia de coronavírus.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da

oradora.) - O PSOL está em obstrução.

Sr. Presidente, eu quero rechaçar o que ocorreu no Rio de Janeiro ontem, onde 25 pessoas foram executadas pelo braço armado do Estado - vinte e cinco pessoas com história, com famílias. Uma mulher foi assassinada dentro de casa.

Há uma ação no Supremo Tribunal Federal, uma ADPF, cuja decisão estabelece que não podem ser realizadas operações desse tipo durante a pandemia, mas essa decisão vem sendo descumprida sistematicamente pelo Governador Cláudio Castro.

Em que lugar do mundo isso é aceito? Foram 39 chacinas em 1 ano, quase 200 pessoas executadas. A ideia de que o corpo da favela é um corpo sem direitos, a desumanização imposta a esses corpos é um escândalo, parte do racismo que estrutura o Brasil. Lamentável!

E o Presidente da República comemorou. Isso é lamentável, e eu queria perguntar em que lugar do mundo isso é aceito, Sr. Presidente.

Documento 88/99

71.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 26/05/2022-09:16
Publ.: DCD 27/05/2022 -	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 25, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 6.566, de 2019, (nº 9.262, de 2017, na Câmara dos Deputados), acerca da inscrição do nome da psiquiatra Nise Magalhães da Silveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria; do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, relativo à instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), acerca do apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) -
Obrigada, Presidente Deputado Alexandre Frota.

Sras. e Srs. Deputados, eu quero hoje abordar um assunto que realmente me tocou profundamente. Entre os vetos à Lei Aldir Blanc 2

e à Lei Paulo Gustavo, está o veto ao projeto que inclui a médica psiquiatra Nise da Silveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Ele foi vetado integralmente pelo Presidente Jair Bolsonaro, por incrível que pareça! Sinceramente, eu acredito - acredito mesmo! - que ele e quem o assessorou nisso não saibam quem é Nise da Silveira.

Sr. Presidente, veja bem, Nise da Silveira foi pioneira na terapia ocupacional. Ela ficou conhecida mundialmente - mundialmente, repito - por modificar os tratamentos psiquiátricos nos hospitais no Brasil, onde até então eram conduzidos por meio de isolamentos em hospícios, de choques, de camisas de força, tratamentos que eu, como auxiliar de enfermagem, tive a oportunidade de ver. Chegamos a fechar, no Rio de Janeiro, a Casa de Saúde Dr. Eiras, que era uma casa de tortura. Era um absurdo!

Mesmo com esse reconhecimento mundial do serviço prestado por Nise da Silveira no País, olhem o que eles alegam! O Presidente Bolsonaro decidiu vetar o Projeto de Lei nº 6.566, de 2019, alegando - abrem-se aspas - "contrariedade ao interesse público" - fecham-se aspas. Contrariedade ao interesse público!? Então, se amanhã aparecer no País um cientista, ele vai negá-lo, porque é contra a ciência; vai negá-lo, porque é contra a tecnologia.

Essa, com certeza, será mais uma das lutas que nós deveremos travar nas derrubadas de vetos. Deixo aqui a minha manifestação. Com todos os esforços necessários, nós estaremos presentes aqui para fazer a derrubada desse veto.

Ainda aproveitando o tempo que me resta, Sr. Presidente, quero falar exatamente da importância da Lei Paulo Gustavo e também da Lei Aldir Blanc 2.

V.Exa., que é também da Comissão de Cultura, um colaborador eficaz, sabe que nós temos nos esforçado. Criamos o "Partido da Cultura" e avançamos consideravelmente. Desse avanço, resultaram esses dois grandes projetos: o primeiro foi a Lei Aldir Blanc 1, agora temos a Lei Aldir Blanc 2. E teremos, daqui a pouco, a Lei Paulo Gustavo. Esperamos derrubar os vetos aqui, nesta Casa. Sabemos que V.Exa., porque é um pioneiro na cultura, vai também liderar as conversas nesta Casa. Conversará com cada um dos nossos pares, para que esses vetos sejam derrubados.

E incluo, mais uma vez, no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria a nossa querida Dra. Nise da Silveira!

Peço que o meu pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 89/99

71.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/05/2022- CD 09:32	
Publ.: DCD - 27/05/2022 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), acerca do apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Compromisso do orador com a cultura brasileira.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos hoje com sessão do Congresso. Esperamos que o Congresso faça a derrubada do Veto nº 18, relativo ao projeto que cria a Lei Paulo Gustavo. A cultura brasileira merece. Há recurso e é preciso haver incentivo.

O Nordeste, depois de 2 anos, pode ter a retomada das festas juninas, e está retomando-as. Por isso, é fundamental que haja recursos para a cultura popular brasileira, para que nós possamos ser aquilo que já fomos. Temos hoje milhares de homens e mulheres, das mais diversas atividades culturais espalhadas pelo Brasil, que passaram e passam a maior dificuldade, devido ao período de pandemia, quando foram sufocados e prejudicados.

Esta Casa, com a Lei Aldir Blanc, fez algo muito importante, mas nós precisamos concretizar uma política firme e séria para a cultura, para o povo brasileiro. Portanto, nós esperamos derrubar o veto e garantir que o Congresso Nacional se posicione de maneira firme e forte em defesa da cultura brasileira.

Por isso, eu queria fazer um apelo, em nome de todos os artistas das mais variadas áreas da cultura, das quadrilhas juninas, dos grupos de teatro, a exemplo do teatro popular que está espalhado neste País: que nós possamos garantir que sejam implementadas políticas fortes, firmes, estruturantes.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Frota. PSDB - SP) - Deputado João Daniel, peço 1 minuto.

Dirijo-me à senhora que está ao telefone.

Senhora, por gentileza, eu gostaria que a senhora fizesse silêncio, quando o Deputado estiver falando. A senhora pode falar ao telefone, mas, por gentileza, peço que fale mais baixo. Peço com todo o carinho. Obrigado.

Deputado, por gentileza, tem V.Exa. a palavra.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE) - Sr. Presidente, encerro pedindo a divulgação, no programa *A Voz do Brasil*, do nosso compromisso em apoio à luta pela cultura brasileira. Em nome de todas e de todos que fazem a cultura, em nome do povo brasileiro, que tem a mais rica e linda cultura em todas as regiões, peço ao Congresso que faça um pouco de justiça: derrube o veto e ajude na construção de uma política estruturante para a cultura brasileira.

Muito obrigado.

Documento 90/99

71.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/05/2022- CD	09:36
Publ.: DCD - 27/05/2022 - PAULO RAMOS-PDT -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Associação ao pronunciamento do Deputado João Daniel em defesa da cultura brasileira. Defesa de rejeição do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, relativo à instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), acerca do apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, com a permissão de V.Exa., eu quero fazer minhas as palavras do Deputado João Daniel em defesa da cultura brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Frota. PSDB - SP) - Pois não.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) - Nós vamos construir nesta Casa uma coesão, em homenagem à cultura, para derrubar o veto à Lei

Paulo Gustavo e à Lei Aldir Blanc. A cultura brasileira merece.

Muito obrigado.

Documento 91/99

71.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 26/05/2022-09:40
Publ.: 27/05/2022 -	DCD - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, relativo à instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), acerca do apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Indignação com chacinas praticadas pela polícia. Valorização dos policiais brasileiros. Armamento de milícias pelo Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu inicio o meu pronunciamento pedindo mais cultura, mais educação e mais direitos ao nosso povo, à juventude e à população brasileira.

O que pensar de um Presidente da República que veta a Lei Paulo Gustavo e a Lei Aldir Blanc e retira os recursos da cultura, de quem pode produzir na base da sociedade valores diversos dos valores da violência, valores diversos dos valores da cisão e da cizânia, que, aliás, são aqueles produzidos a partir do Palácio do Planalto contra o Brasil?

Por isso, de pronto, peço a derrubada dos vetos à Lei Paulo Gustavo e à Lei Aldir Blanc.

Sr. Presidente, não tenho como deixar de me pronunciar dizendo aqui: parem de dividir o Brasil entre aqueles que querem segurança e aqueles que são a favor da violência. Quem mais quer segurança no Brasil são aqueles que defendem a lei, o primado da Constituição e da lei. Polícias, contem com o nosso total apoio! Eu mesma sou autora, nesta Casa, de um dos projetos que agravou a pena para o assassinato, a covardia cometida por criminosos contra os agentes do Estado que estão nas comunidades ou no Brasil inteiro para defender a

vida e a população.

Mas, senhores e senhoras, atravessemos o caminho do bom senso. Assim como há maus Deputados e Deputadas, há também maus policiais que agem por dentro das corporações, não honrando a farda e o juramento que fizeram. E, dessa forma, eles deixam de ser policiais e se tornam bandidos. Bandido não deve estar na polícia; bandido não pode agir fardado, como policial. É somente isso que é preciso separar. Quem é polícia defende a lei, cumpre a lei. Não é razoável pensar que se cumpre a lei em ações que fazem chacinas. Não é razoável pensar que se cumpre a lei - e é preciso investigar - quando o Brasil hoje amanhece com uma câmara de gás.

A PRF, honrada, não é uma polícia assim. A PRF é uma polícia séria. Nós apoiamos a Polícia Rodoviária Federal. É um ponto, certamente, fora da curva. As polícias estaduais precisam ser pensadas por outra formação, pela valorização profissional, pelos salários, pela dignidade, pela proteção à vida, porque nós não podemos ser mais o País que mais mata por ação do Estado e onde mais morrem os agentes do Estado. Eu estou usando esta tribuna pela vida da população e dos policiais.

Chega! Bolsonaro é um irresponsável! Ao liberar armas, colocou-as nas mãos das milícias. Ele próprio deve tomar uma decisão. Ele não pode ser a favor da polícia e a favor das milícias. Seus filhos, milicianos. Ele próprio é envolvido em milícias, age sempre ao lado do crime. Não dá para fazer nesse campo *"uma batida no cravo e outra na ferradura"*, como se diz no Rio Grande do Sul. Ao liberar as armas, ele liberou as armas que estão apontadas para os policiais sérios e também as que estão sendo utilizadas contra a população e contra os próprios policiais.

Chega de chacinas! Chega de mortes! Este País precisa de paz!

Vivam as polícias que são sérias e agem dentro da lei!

E fora todos aqueles que descumprem a lei e não agem mais como policiais, agem como bandidos! O lugar destes não é na polícia.

Separemos o joio do trigo, para o bem da democracia e do Brasil.

Muito obrigada.



27/05/2022 -

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador pela rejeição do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, relativo à instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), acerca do apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Apelo ao Governador Antonio Denarium por implementação da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Roraima.

O SR. RRENATO QUEIROZ (PSD - RR. Sem revisão do orador.) -
Perfeito, Presidente.

Srs. Deputados, bom dia.

Eu gostaria, Presidente, de começar minha fala registrando o meu posicionamento referente aos vetos presidenciais à Lei Aldir Blanc e à Lei Paulo Gustavo. Assim que eles adentrarem este Plenário ou este Congresso, o meu posicionamento será de derrubada desses vetos, em prol desses projetos, em prol desse auxílio que nada mais é que uma obrigação do Brasil para com a classe artística, que tanto fomenta o mercado, que tanto precisa e que tanto desenvolve o nosso intelecto, por meio da cultura, por meio da produção cultural. Então, é muito importante que marquemos este posicionamento.

Farei aqui um trabalho de construção com os meus colegas que por acaso forem contrários à derrubada desses vetos, a fim de mostrar a importância dessas duas leis para o País e para a cultura do País.

Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo direto ao Governador do Estado de Roraima, Antonio Denarium, um grande homem, um homem de visão.

Em outubro do ano passado, ele mandou à Assembleia Legislativa um projeto de lei que cria a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de Roraima. Nós fomos o último Estado a adquirir a possibilidade de criar essa fundação, que tem como finalidade o amparo à pesquisa científica básica e aplicada, à inovação e ao desenvolvimento tecnológico, com o objetivo de fomentar a pesquisa, o conhecimento científico, tecnológico e inovador, assim como sua aplicação no interesse do desenvolvimento econômico e social do Estado.

Essa parte foi feita. A Assembleia Legislativa aprovou o projeto.

E o que falta, Presidente? Falta o Governador, dentro das suas atribuições, fazer acontecer a fundação, nomear o presidente, os diretores. A fundação já existe de direito, só falta fazê-la acontecer de fato.

Só nos últimos meses, Presidente, nós perdemos, na concorrência em editais, 9 milhões de reais, que poderiam ter sido captados pelo Estado de Roraima, por meio da fundação, para investimentos na área do agro, da educação e da saúde. Infelizmente, por não estarmos com a fundação ativada, nós não pudemos concorrer a esses editais e acabamos não acessando esses recursos.

Então, mais uma vez, eu faço um apelo ao Governador do Estado de Roraima, Antonio Denarium - um grande homem, como já disse, um bom Governador, que tem uma visão de futuro importante para o Estado de Roraima: que, dentro do menor tempo possível, sente-se com seus assessores, com quem de direito, e resolva quem são as melhores cabeças para comandar essa tão importante fundação, que trará, certamente, benefícios inconfundíveis para o desenvolvimento do Estado de Roraima.

Era isso, Sr. Presidente.

Agradeço a oportunidade.

Muito obrigado.

Documento 93/99

71.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	26/05/2022-09:56
Publ.: DCD 27/05/2022 -	DRA. SORAYA MANATO-PTB -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Endividamento das Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos. Impacto financeiro sobre as instituições de saúde, advindo do Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, acerca da instituição do piso salarial nacional dos profissionais da enfermagem e da parteira. Busca de fontes de recursos para a implementação da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2022, originária do Senado Federal, sobre a remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Importância da aprovação

do Projeto de Lei nº 1.417, de 2021, acerca do repasse pela União de auxílio financeiro emergencial às Santas Casas de Misericórdia e hospitais filantrópicos, atuantes junto ao Sistema Único de Saúde - SUS. Defesa de direcionamento aos hospitais filantrópicos, pelos Governadores Estaduais, de percentuais dos vultosos recursos destinados às suas campanhas eleitorais. Caos da saúde pública no Estado do Espírito Santo. Protesto contra o fechamento, pelo Governador Renato Casagrande, do Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória. Fechamento de unidade da Santa Casa de Misericórdia no Município de Vargem Alta, no Estado.

A SRA. DRA. SORAYA MANATO (PTB - ES. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente. Obrigada, meu querido amigo Alexandre Frota.

Sr. Presidente, ontem nós recebemos os representantes das Santas Casas de Misericórdia de todo o Brasil e o Presidente da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Hospitais e Entidades Filantrópicas, Sr. Mirocles Véras, comandados pelo Deputado Antonio Brito.

Parte do financiamento das Santas Casas são incentivos enviados pelo Governo Federal e repassados por Estados e Municípios, que, por sua vez, também podem investir recursos próprios nas unidades. O Ministério da Saúde também paga, de acordo com a tabela do SUS, o valor padrão para cada procedimento, remédio ou material. Como já foi falado, temos que reavaliar esses recursos repassados pelo SUS, que cobrem somente 60% dos gastos por cada paciente, o que vai criando um passivo que realmente deixa as Santas Casas em situação muito difícil. O endividamento das Santas Casas e hospitais filantrópicos no Brasil é de 28 bilhões de reais. Nos últimos 6 anos, 315 desses hospitais fecharam suas portas ou deixaram de atender pelo SUS.

O Projeto de Lei nº 2.564, de 2020, que institui o piso salarial da enfermagem, vai gerar o impacto de 6,3 bilhões de reais no primeiro ano. E falta fonte de financiamento. Mas nós médicos defendemos esse aumento salarial, que é mais do que justo.

Mais de 53 projetos de lei referentes a piso salarial de profissionais da saúde estão tramitando nesta Casa. Há também a Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2022, do Senado. Temos que ver a fonte de recurso já. Esse projeto foi votado pelo Senado e aprovado sem fonte de recurso e chegou a esta Casa de Leis para resolvermos esse problema. Então, o Senado lançou essa PEC 11/22, para tentar ver de onde virão esses recursos, para que haja esse aumento mais do que justo para o pessoal da enfermagem.

O Projeto de Lei nº 1.417, de 2021, trata de um auxílio emergencial de 2 bilhões de reais para as Santas Casas e hospitais filantrópicos, para

tentar resolver uma parte do problema. É urgente viabilizarmos esse recurso.

Antes de terminar, cito o que o jornal *O Globo*, há 2 dias, publicou: *Governadores têm R\$ 320 bilhões em caixa para gastar em ano eleitoral.*

Conforme análise da Instituição Fiscal Independente, os Governadores nunca tiveram tanto dinheiro em caixa. Esses caixas estão gordos - gordos mesmo! - devido a transferências do Governo Federal na pandemia e também à inflação. Isso turbinou o caixa dos Governos Estaduais. Parte desses recursos, logicamente, é carimbada, mas parte poderia muito bem ser utilizada para ajudar os hospitais filantrópicos do País. Mas, infelizmente, os Governadores preferem fazer obras, pois isso dá muito mais visibilidade.

Enquanto isso, a população brasileira está morrendo por falta de atendimento. Dou o exemplo do Estado do Espírito Santo, onde um adolescente de 16 anos morreu na porta de um hospital, dentro de uma ambulância, porque não havia vaga na UTI. Não há vaga para cirurgias eletivas. Dizer isso é como chover no molhado. Além do mais, agora o Governador do Estado do Espírito Santo quer fechar o único hospital infantil, o Hospital Infantil Nossa Senhora da Glória, que atende às crianças e aos adolescentes no Estado. O hospital é especialista em doenças raras, em queimados, em reconstrução, em endoscopias de bebês e tudo mais e tem uma equipe multidisciplinar muito bem formada.

Esse é o caos da saúde, principalmente no meu Estado do Espírito Santo. Mas somente na pandemia, o Governador do Estado recebeu 16 bilhões de reais! Ele está com o caixa bem gordo, distribuindo dinheiro para todos os Prefeitos para tentar a reeleição. E a saúde, infelizmente, está entregue às baratas. Agora, eles acabaram de fechar em Vargem Alta uma Santa Casa que atendia pelo SUS.

Sr. Presidente, eu gostaria que meu discurso fosse divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigada, Presidente e Deputado Alexandre Frota.

Documento 94/99

71.2022	Sessão Deliberativa Extraordinária - 26/05/2022- CD	10:12
Publ.: DCD - 27/05/2022 - ALEXANDRE FROTA-PSDB -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	PELA ORDEM DISCURSO



Sumário

Apelo aos Parlamentares de rejeição do Veto Total nº 20, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 1.518, de 2021, relativo à instituição da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura; e do Veto Total nº 18, de 2022, aposto ao Projeto de Lei Complementar nº 73, de 2021, (Projeto Paulo Gustavo), acerca do apoio financeiro da União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para garantia de ações emergenciais direcionadas ao setor cultural. Valorização da cultura brasileira.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Presidente, muito obrigado.

Eu quero chamar a atenção desta Casa, dos nobres Deputados e Deputadas, para o fato de que nos próximos dias nós teremos um grande embate nesta Casa, que, eu acho, supera a condição de sermos de esquerda, de direita ou de centro. Falo do embate acerca da cultura.

O País é um núcleo cultural. Nós sabemos que o Brasil respira cultura em todas as regiões. Hoje, nós temos 6 milhões de brasileiros que vivem da cultura, são fazedores da cultura. Faz-se necessário que esta Casa, os Deputados e Deputadas, coloquem suas digitais para a derrubada dos vetos presidenciais a duas importantíssimas leis: a Lei Aldir Blanc 2 e a Lei Paulo Gustavo.

Eu quero desafiar os nobres Deputados e Deputadas a voltarem para os seus Estados com a seguinte pergunta: o que foi que V.Exas. fizeram pela cultura do seu Estado? Esta é a hora de dar um basta à perseguição ideológica, à perseguição desqualificada e radical que tem havido. Nós precisamos valorizar nossos artistas, sejam eles grandes artistas, sejam eles artistas iniciantes. Faz-se necessário que esta Casa assumira este compromisso.

A cultura brasileira não merece passar pelo que vem passando nesses últimos anos. Não é justo! Não é justo com o povo, não é justo com o público, não é justo com os artistas, sejam eles cantores, atores, diretores, produtores, técnicos. Todos merecem que nós trabalhemos pela derrubada desses vetos presidenciais.

Concordo, Presidente, com a sua fala. Estaremos lado a lado para que possamos derrubar esses vetos presidenciais. A cultura brasileira é maior do que direita, esquerda e centro.

Portanto, mais uma vez, faço este apelo aos nobres Deputados e Deputadas: olhem de maneira diferenciada para a questão e vamos, juntos, por um Brasil melhor, derrubar esses vetos presidenciais.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 95/99

71.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	26/05/2022-10:40
Publ.: DCD 27/05/2022 -	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Apropriação, pelo Presidente da República, do Estado brasileiro para a sua proteção pessoal e dos seus familiares. Denúncia de corrupção no âmbito dos Ministérios da Saúde e Educação. Confiança na prisão do Presidente Jair Bolsonaro pela gama de crimes praticados. Não aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de recomposição dos salários do funcionalismo público. Tentativa do Presidente da República de desestruturação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA. Apoio à recondução do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Estamos vivenciando um País, um Estado, que está sendo capturado para que sirva aos governantes e à iniciativa privada.

O Presidente da República acha que o Estado é dele, que tem que servir como baluarte para protegê-lo, assim como à sua família, a fim de que não sofram as investigações sobre os crimes que cometeram, que são a cada dia mais nítidos.

Por isso, nós vamos ver no Ministério da Educação um Ministério paralelo, onde pastores negociam propina. Nós vamos ver no Ministério da Saúde também um profundo esquema de propina no auge da pandemia, com também um Ministério paralelo.

É preciso devolver o Estado para povo brasileiro. O Estado tem que existir para enfrentar os problemas nacionais e se transformar em políticas públicas pela ação de servidores e servidoras.

O Governo, com a Proposta de Emenda Constitucional nº 32, tentou fazer com que o Estado saísse do povo brasileiro, tentou acabar com a estabilidade, colocar o Estado a seu serviço, a serviço da sua proteção, para que não seja investigado pelos crimes - e será investigado. Eu não tenho nenhuma dúvida de que o destino de Jair Bolsonaro é a

prisão, por todos os crimes que cometeu.

A PEC 32 representava a constitucionalização dessa concepção de Estado. E nós temos a nítida impressão de que Bolsonaro quer aplastar, atacar servidores e servidoras, porque estes garantem, resistem para que o Estado possa servir ao povo brasileiro. É por isso que merecem ter a recomposição dos seus salários.

A reivindicação não é só de servidores e servidoras, é de todo o Brasil.

O que faz Jair Bolsonaro? Tenta se apropriar da EMBRAPA para que ela sirva a seus amigos e não ao povo brasileiro. Bate palmas para a lógica antissindical que está na EMBRAPA. Esta, inclusive, já foi denunciada. Constatou-se que, na EMBRAPA, há um assédio moral institucional, que independe das relações interpessoais. Agora a empresa está perseguindo os sindicatos, está tirando as sedes. Os sindicatos pagam por elas. Alugam a sede para outros segmentos, mas não alugam para os sindicatos. Nós temos EMBRAPA em todo canto do Brasil, e as estruturas da EMBRAPA eram alugadas para que o sindicato ali estivesse. Elas eram alugadas ao sindicato, para que ali pudessem defender os direitos de trabalhadores e trabalhadoras. E agora o que se faz? Tenta-se tirar. Aluga-se para quem quer que seja, menos para as entidades sindicais.

O Brasil vai voltar a ser um país digno, com Lula Presidente!

Documento 96/99

71.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	26/05/2022-12:40
Publ.: DCD 27/05/2022 -	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO	

Sumário

Apoio do Presidente Jair Bolsonaro à operação policial realizada em comunidade periférica do Rio de Janeiro, resultante na morte de 20 pessoas. Repúdio à necropolítica defendida pelo Presidente da República. Vinculação entre o negacionismo do Presidente Jair Bolsonaro e a morte de 660 mil brasileiros pela Covid-19. Contrariedade à privatização da ELETROBRAS e da PETROBRAS. Repúdio à política de dolarização dos preços de combustíveis. Morte de portador de transtornos mentais asfixiado por gás lacrimogênio em viatura da Polícia Rodoviária Federal, no Estado de Sergipe. Apoio do Presidente da República à prática de tortura. Defesa da implantação de políticas de segurança pública no País. Propósito do Governo Federal de

privatização da escola pública. Contrariedade à pretendida cobrança de mensalidades dos estudantes de universidades públicas, e à privatização do Sistema Único de Saúde - SUS. Repúdio ao Veto Total nº 25, de 2022, aposto ao Projeto de Lei nº 6.566, de 2019, (nº 9.262, de 2017, na Câmara dos Deputados), acerca da inscrição do nome da psiquiatra Nise Magalhães da Silveira no Livro dos Heróis e Heroínas da Pátria. Apoio à recondução do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao poder.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, há notícias de que, quando foi instalado o AI-5 no Brasil, esse AI-5 que é aplaudido pelo atual Presidente da República, um Presidente da República que arranca a Bandeira Nacional do povo brasileiro, que busca ornamentar as salas escuras de tortura com ela e que coloca um cheiro de morte nela, Pedro Aleixo disse "*Tenho medo dos guardas da esquina*", ou seja, ele tinha medo de que houvesse uma autorização para a violência ser estabelecida, para que aqueles que acham que política de segurança pública é matar pudessem exercer um direito que não é assegurado na Constituição, não é assegurado na nossa condição de civilização: o direito de matar.

Simplesmente, nós estamos vivenciando uma chacina. Dezenas de pessoas foram mortas, mais de 20 pessoas foram mortas. E diz-se que isso é política de segurança pública? Isso é terrorismo de Estado, é o Estado sendo utilizado para rasgar a própria lei e para matar. E o Presidente da República aplaude esse espetáculo macabro - aplaude! - e diz que é isso mesmo, que é preciso matar. Que política é esta que está em curso neste Brasil?

Lembremos as mortes pela COVID-19. Mais de 660 mil pessoas morreram, e quem parte sempre é o amor de alguém. Grande parte dessas pessoas estariam vivas se não estivéssemos vivenciando e não tivéssemos vivenciado o negacionismo sobre a gravidade da própria doença. É um governo da morte.

É preciso sacudir a Bandeira Nacional, entregar a Bandeira Nacional para o povo brasileiro, para que ele possa se abrigar com ela, com o sentimento patriota ou o sentimento de defender este País.

Não defende este País quem acha que a morte tem que ser estabelecida como norma. Não defende este País quem entrega a ELETROBRAS, quem quer entregar a PETROBRAS. A PETROBRAS precisa ser entregue ao povo brasileiro, porque ela tem uma política privada de estabelecimento dos seus próprios preços.

Nós discutimos e aprovamos os limites para o ICMS, mas aqui não se falou que há uma política de Preço de Paridade Internacional, que faz com que os brasileiros sejam cobrados em dólar por despesas que são

feitas em real.

Portanto, não há nenhum sentimento de patriotismo neste Governo; o que há é um sentimento de arrancar a Bandeira Nacional, de fazer esses espetáculos macabros, de colocar a morte nos palcos e aplaudir a própria morte.

Logo depois da chacina que vimos no Rio de Janeiro, nós também vimos uma pessoa ser executada dentro de uma viatura da Polícia Rodoviária Federal. Essa pessoa, que, de acordo com os seus familiares, tinha transtornos, foi colocada dentro da viatura e teve a porta da viatura fechada sobre as suas pernas. Isso é tortura!

Aliás, a tortura é aplaudida pelo Presidente da República. O Presidente da República aplaude torturas. Aqui, ao proferir seu voto favorável ao golpe, esse Presidente homenageou Ustra, que é nitidamente um torturador, reconhecido pelo próprio Estado como torturador. Homenageou a tortura!

Essa pessoa em Sergipe foi presa em um camburão, com a porta machucando suas pernas, e se jogou gás nela. Ela foi asfixiada. Estabeleceu-se uma câmara de gás neste País! E o que diz a polícia responsável por essa morte? Que utilizou armas de pequeno potencial ofensivo.

Houve uma morte. Quem chora essa morte? Quais são as mãos negras e os úteros negros que choram a perda dos seus filhos pela brutalidade que se estabeleceu neste País, uma brutalidade que é incentivada, que é aplaudida? Nós precisamos de políticas de segurança pública, não de extermínio neste País. Nós não podemos achar que é natural e que é digno de aplausos esse tipo de chacina. Que país é este? É um país onde buscam arrancar o direito das crianças de ter acesso ao contraditório e de aprender a ter consciência crítica nas escolas, impondo o *homeschooling*. É um país em que querem privatizar as escolas públicas.

Portanto, não duvidemos da ousadia dos que querem arrancar o Brasil do povo brasileiro. Todos os territórios indígenas estão ameaçados. Também as universidades públicas estão ameaçadas, porque querem cobrar pelo estudo nelas. E foi elaborado pelos militares, como saiu na imprensa, um plano para privatizar o próprio SUS.

Mas isso não é tudo. Esse Presidente da República teve a ousadia de, numa demonstração de desprezo para com o povo brasileiro e para com a nossa história, vetar a condição que esta Casa ofertou a Nise da Silveira de heroína deste País. Nise da Silveira disse não ao choque elétrico, resistiu à tentativa de estabelecimento de um processo manicomial, algo que este Presidente volta a estimular, porque o

Ministério da Saúde está financiando choques elétricos. Nise da Silveira criou o Museu de Imagens do Inconsciente, humanizou as relações e o tratamento das pessoas com transtorno. Essa mulher corajosa, admirada no mundo inteiro, que é precursora da terapia ocupacional, que disse não aos choques elétricos e que tratou as pessoas como pessoas é uma heroína deste País. Mas o Presidente da República veta a posição desta Casa, a posição do Congresso. Nise da Silveira, aliás, carrega o nome em um prêmio, o Prêmio Nise da Silveira de Boas Práticas e Inclusão em Saúde Mental, com a aprovação desta Câmara.

O prêmio recebeu esse nome porque Nise da Silveira, uma alagoana que tomava conta do próprio mundo, uma cidadã de todo o mundo, inovou em relação a aspectos fundamentais para assegurar que nós não fôssemos o País dos manicômios. E o Bolsonaro quer o retorno dos manicômios a este País, quer o retorno das senzalas, quer o retorno dos grilhões, quer o retorno da supremacia das balas, das botas e das baionetas sobre os direitos e sobre os corpos de brasileiros e brasileiras.

Por isso, este País, que está grávido de um esperançar, caminha para dizer "*Bolsonaro nunca mais!*", para dizer que não queremos a morte assumindo as ribaltas, não queremos a morte sendo aplaudida. Nós queremos a vida, a vida em toda a sua plenitude. Ah, não queremos as senzalas, os armários; não queremos os manicômios permeando a nossa realidade! Queremos fazer o luto dos períodos traumáticos, seja do colonialismo, seja da ditadura, seja da escravidão. Por isso, queremos Lula governando esta Nação.

Documento 97/99

18.2022.N	Sessão Não Deliberativa Solene - CD 26/05/2022-10:12
Publ.: DCN - 27/05/2022 - ALLAN RAMALHO FERREIRA---	---
CONGRESSO NACIONAL HOMENAGEM	HOMENAGEM DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Nacional da Defensoria Pública.

O SR. ALLAN RAMALHO FERREIRA - Exmo. Sr. Senador da República, Fabiano Contarato, na pessoa de quem faço saudações aos demais membros e membras da Mesa; Exmos. Srs. Congressistas e Exmas. Sras. Congressistas, presto saudações e homenagens às demais defensoras e defensores públicos que acompanham a sessão solene e também aos usuários, usuárias, apoiadores e apoiadoras da

Defensoria Pública.

Segundo dados compilados pela Campanha *Despejo Zero em Defesa da Vida no Campo e na Cidade*, mais de 132.290 famílias estão ameaçadas de remoção durante a pandemia no Brasil. E 27.600 famílias ao menos foram removidas durante a crise sanitária. Nessa semana, tivemos dois cumprimentos de ordens de reintegração de posse em São Paulo: a ocupação Rua Augusta, na cidade de São Paulo, e a ocupação Vila Municipal, em Carapicuíba.

Um dos cartazes afixados numa das casas que foram demolidas dizia: "*Aqui é a Ucrânia*". Esses dados demonstram a crise humanitária em curso e progresso no Brasil. As Defensorias Públicas tanto dos Estados quanto da União, juntamente com a advocacia popular, os movimentos e coletivos sociais e as entidades de proteção de direitos humanos têm constituído uma rede de apoio interinstitucional e popular às famílias em situação de vulnerabilidade e precariedade habitacionais e insegurança possessória.

Além da defesa direta das comunidades, assentamentos, territórios, a Defensoria tem exercido um papel fundamental de fiscalização dos processos remocionistas na guarda dos direitos e dos interesses dos vulneráveis. Um aspecto importante dessa atuação é o controle da violência do Estado no cumprimento de ordens de remoção e o impedimento da condução dessas famílias pobres ao desabrigo e à desassistência. Essas circunstâncias são qualificadas por tratados internacionais como violação de direitos humanos, chamada de remoção forçada.

A Defensoria também tem exercido, cada vez mais, a sua legitimidade para o ajuizamento de ações coletivas, seja para o controle das políticas públicas, dentre as quais as habitacionais, seja no investimento público, no melhoramento de núcleos urbanos informais, formados e consolidados em substituição à sua remoção e pela luta da regularização fundiária, mas também para permitir uma adequada participação dessas pessoas nos projetos legislativos e nas políticas urbanas.

Por fim, a Defensoria Pública tem se esforçado para reunir as vozes dos usuários e usuárias que atende, articulando-se com eles e elas em frentes, campanhas e projetos de transformação social, pela educação em direitos, pelo empoderamento dessas pessoas e pela soma com outros agentes para a busca de soluções estruturais.

Eu quero encerrar a minha fala enaltecendo a atuação das Defensorias por comissões nacionais especializadas e por grupo de atuações especial perante os Tribunais Superiores, uma articulação que reúne, salvo engano, três Defensorias estaduais e demais amigos da Corte na

ADPF nº 828, que culminou em decisões históricas no âmbito do Supremo Tribunal Federal, não apenas no sentido da suspensão do cumprimento de ordens de remoção durante a pandemia da COVID-19 têm demonstrando que o direito à moradia, além do seu valor em si, é inter-relacionado com tantos outros direitos fundamentais, como saúde e vida, mas também no desenvolvimento do conteúdo normativo desse direito social, da moradia e dos deveres fundamentais do Estado na sua implementação.

A Defensoria Pública tem cumprido lindamente o seu papel na democracia constitucional brasileira e no projeto transformador de superação das desigualdades sociais e da constituição de uma sociedade solidária.

Quero novamente agradecer pela honra de compor esta Mesa, pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo e também pela Defensoria Especializada do Colégio das Defensoras e Defensores Públicos Gerais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

Documento 98/99

73.2022	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	31/05/2022-14:08
Publ.: DCD 01/06/2022 -	JUNIO AMARAL-PL -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio à decisão do Prefeito Municipal de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, de retomada do uso obrigatório de máscaras de proteção da Covid-19. Repúdio aos ataques de setores da imprensa ao cantor sertanejo Gustavo Lima, em face do seu apoio ao Governo Jair Bolsonaro.

O SR. JUNIO AMARAL (PL - MG. Sem revisão do orador.) - Quero nesta tarde parabenizar a cidade de Pouso Alegre, em Minas Gerais, porque deve contar com os melhores cientistas do Brasil. Em 24 horas elaboraram algum estudo em que embasaram o retorno do uso de máscaras à cidade, Deputado Luiz Lima. No fim de semana, no domingo, estava lá o Prefeito, o Secretário de Saúde, o pessoal da Prefeitura, a turma, a claque, aglomerados, em festa. Tudo voltou ao normal, é claro. Então, não estavam fazendo nada de errado. Mas, de um dia para outro, pânico na população: "*Aumentou o número de*

casos de COVID. Vamos voltar a usar as máscaras". Inclusive, o uso de máscaras em crianças que, em Pouso Alegre, foram as últimas a retirarem as máscaras. Imaginem as consequências psicológicas para essas crianças, que ficaram tanto tempo em casa e, agora, depois de conseguirem esse tão sonhado alívio, voltarão a ter que usar máscaras.

Fica a pergunta: até quando vai continuar essa arbitrariedade?

Em Pouso Alegre, mais de 90% da população está vacinada. O pretexto e o discurso eram esses: depois que for vacinada a maioria da população, vamos flexibilizar. Dão um gostinho à população, agora cortam de vez. Alerto à população de Pouso Alegre e aos moradores que reajam. Não duvidem se, na semana que vem, o comércio estiver todo fechado de novo. Estão testando vocês. Não admitam essa tirania no Município.

Passo a tratar de outro assunto, Presidente. Nos últimos 3 dias, principalmente, assistimos à imprensa se ocupar em procurar pretexto para atacar o cantor Gustavo Lima. O real motivo sabemos. Pseudo-alegações são buscadas para realizarem matéria sobre ele, mas sabemos que o real motivo é porque se trata de um apoiador do Governo. Com essa ideia, cria-se uma narrativa, como se ele estivesse roubando recurso público.

Deixo aqui bem claro que este artista é procurado pelas Prefeituras para fazer o *show* dele. Assim como ele fecha contrato com ente privado, fecha com o público também. O Estado que vai ao artista e não o artista que vai ao Estado buscar financiamento, como o da Lei Rouanet. Há uma diferença gritante inclusive de posicionamento político.

Por isso, o ataque e o desprezo com o que acontece do outro lado. Se a imprensa estiver preocupada com o gasto de recurso público em *shows*, por que não falaram nada sobre os mais de 20 milhões da virada cultural, Deputado Luiz Lima? Eles se calam! Na verdade, até falam, mas positivamente, brindando. Quem foi à virada? Luísa Sonza, que tem outros atributos além dos artísticos para apresentar. A Ludmilla, que é a garota propaganda do tráfico de drogas, com a música *Verdinha*. O propósito é outro. Portanto, não ataque o artista.

Eu quero aqui deixar bem claro que sou contra a utilização de recursos maiores para isso, mas nós políticos precisamos ser responsabilizados. Mudemos a legislação e promovamos as mudanças, mas não ataquemos o cantor que nada tem a ver com isso.

73.2022

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 31/05/2022-14:48

Publ.: DCD
01/06/2022 -

PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PSB -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Aumento do número de bilionários em concomitância com a ampliação da miséria em meio à pandemia de coronavírus. Vilanização do funcionalismo público. Incapacidade do Governo Federal de taxaço de lucros extraordinários.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PSB - DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Charles Fernandes, fico feliz em ver V.Exa. ocupando a Presidência hoje.

Nobres colegas, a Oxfam apresentou, com base na lista de bilionários da *Forbes*, uma lista de 573 novos bilionários. E o que eles têm em comum? O que eles têm em comum é que eles surgiram durante os primeiros 24 meses da pandemia, desde os primeiros *lockdowns*. Ao mesmo tempo em que esses 573 novos bilionários surgiram, o mundo ganhou novos 263 milhões de miseráveis, que vivem com menos de 10 reais por dia. Desses 573 novos bilionários que surgiram durante a pandemia, o Brasil ganhou 42 novos bilionários, que, sozinhos, acumularam a fortuna de 1 trilhão e 900 milhões de reais nesses 24 meses de pandemia. E aí o que nós temos, Sr. Presidente, é um novo bilionário no mundo a cada 30 horas, ao mesmo tempo em que vivenciamos uma desigualdade extrema.

O homem mais rico do mundo, Elon Musk, possui uma fortuna correspondente à soma das riquezas dos 40% mais pobres da população mundial, ou seja, possui a soma da riqueza de 3 bilhões e 100 milhões de pessoas.

Enquanto isso, aqui no Brasil, nós temos uma vilanização dos servidores públicos, cujo salário é integralmente devolvido ao mercado através do consumo. Países que são potências capitalistas, como Inglaterra, Estados Unidos e Austrália, durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais, compreenderam que alguns empresários se beneficiavam da guerra, enquanto outros se prejudicavam. E essas potências capitalistas cobraram impostos de guerra, impostos sobre lucros extraordinários.

Sr. Presidente, a verdade é que só quem paga a conta é a classe média e o pobre, porque o mundo, incluindo o Brasil, é incapaz de

discutir uma cobrança de impostos dessas empresas que arrecadaram muito durante a pandemia, enquanto milhões de seres humanos empobreceram e entraram na linha da miséria.

Peço a divulgação do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Muito obrigado, Sr. Presidente.
